



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA– PPGA**  
**MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Frederico Lima Teles**

**ENTRE O MAR E O RIO: AS PERCEPÇÕES DOS EX-MORADORES DA  
COMUNIDADE DO CABEÇO ACERCA DOS PROCESSOS DE MOBILIDADE  
TERRITORIAL COLETIVA DA ILHA FLUVIOMARINHA EM BREJO GRANDE –  
SERGIPE.**

**São Cristóvão- SE**  
**2021**

**Frederico Lima Teles**

**ENTRE O MAR E O RIO: AS PERCEPÇÕES DOS EX-MORADORES DA  
COMUNIDADE DO CABEÇO ACERCA DOS PROCESSOS DE MOBILIDADE  
TERRITORIAL COLETIVA DA ILHA FLUVIOMARINHA EM BREJO GRANDE –  
SERGIPE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Sergipe.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. GILSON RAMBELLI

**São Cristóvão- SE  
2021**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

T269e Teles, Frederico Lima  
Entre o mar e o rio : as percepções dos ex-moradores da comunidade do Cabeço acerca dos processos de mobilidade territorial coletiva da ilha fluviomarinha em Brejo Grande - Sergipe / Frederico Lima Teles ; orientador Gilson Rambelli. – São Cristóvão, SE, 2021.  
142 f. : il.

Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Antropologia social. 2. Mobilidade social - Brejo Grande (SE). 3. Territorialidade humana. 4. Percepção social. I. Rambelli, Gilson, orient. II. Título.

CDU 572.028:316.444(813.7)

**Frederico Lima Teles**

**ENTRE O MAR E O RIO: AS PERCEPÇÕES DOS EX-MORADORES DA  
COMUNIDADE DO CABEÇO ACERCA DOS PROCESSOS DE MOBILIDADE  
TERRITORIAL COLETIVA DA ILHA FLUVIOMARINHA EM BREJO GRANDE –  
SERGIPE.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 16 de agosto de 2021.

---

Prof. Dr. Gilson Rambelli – Universidade Federal de Sergipe  
Presidente- orientador

---

Prof. Dr. Leonardo Leal Esteves – Universidade Federal de Sergipe  
Examinador Interno

---

Prof. Dr. Luís Felipe Freire Dantas Santos  
Examinador Externo

**São Cristóvão- SE  
2021**

*Dedico este trabalho à minha família e a todos os moradores ribeirinhos do rio São Francisco, em especial, aos ex-moradores da antiga Ilha fluviomarina do Cabeço.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, que apesar de não compreender a forma de sua existência ou os seus propósitos, posso senti-lo durante às vezes que testemunho um ato de amor ou de benignidade, pois se o presente estudo envolveu pessoas que agregaram amor, certamente a presença de Deus esteve o tempo todo ao nosso lado durante esta trajetória.

À minha família que sempre me deu apoio, em especial à minha mãe, Prazeres e ao meu pai, Heribaldo, ambos têm um dedo neste trabalho, especialmente pelo apoio a mim oferecido diante das dificuldades que surgiram no percurso desta empreitada. Somando-se a estes, meus irmãos e particularmente a minha namorada que também desenvolveram um papel especial nas exaustivas discussões que iam além do tema deste trabalho, mas que de alguma forma contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual durante o processo de construção da dissertação. Neste pacote da família, não menos importante, ainda incluo minhas tias, primos e cunhados pelo apoio.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Gilson Rambelli, pela paciência, camaradagem e principalmente por me orientar, ajudando significativamente a desenvolver este trabalho da melhor maneira possível. Muito obrigado pela força!

Ao professor Dr. Leonardo Esteves, pelos ensinamentos, paciência e por acreditar que as minhas ideias não eram criações aleatórias, sem serventia. Este trabalho tem um caráter construtivo e reconheço a contribuição que o professor me proporcionou para o desenvolvimento deste estudo.

Ao amigo João Mouzart, por me apresentar à disciplina Antropologia e por me incentivar desde o processo inicial de seleção, até os últimos instantes da defesa deste trabalho. Na maioria das vezes te venero por isso, outras vezes te odeio por ter me dado este abacaxi para descascar, chamado Antropologia.

Agradeço ao amigo de graduação em História, Rafael, que deveria ter um diploma “por osmose”, visto que me acompanhou nas pesquisas de campo ao povoado Saramém em Brejo Grande, debateu os principais temas comigo diversas

vezes e me auxiliou nas investidas de toda a pesquisa de campo. Teve papel imprescindível, especialmente nas entrevistas.

Aos amigos do mestrado em Antropologia, pelo companheirismo de todos que estiveram sempre ali quando precisei. São poucos, mas são sinceros e arrisco dizer que para a vida inteira.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe pelo empenho e desenvolvimento das atividades e aulas, certamente não sou a mesma pessoa desde as aulas presenciais. Discussões calorosas, com pessoas de diversas áreas e que certamente ampliou minhas percepções de mundo.

Agradeço à comunidade do povoado Saramém pela recepção, todos os envolvidos foram bastante solícitos e empenhados em ajudar, especialmente durante as entrevistas. Espero que este trabalho sirva como um documento de memória feito por nós, pois sem vocês nada disto teria acontecido.

Em especial, agradeço aos interlocutores e facilitadores: Walberck dos Santos, o “Bagre”, José Jackson, o “Zé Véio” e ao Paulo Jefferson Carozo Teles, meu “tio Paulinho”. Estes muito importantes para a execução de todas as etapas deste trabalho, sem dúvidas foram vitais tanto para as pesquisas de campo como para informações além destas. Muito obrigado.

Agradeço ao antigo Farol São Francisco do Norte, conhecido popularmente como Farol do Cabeço, é atualmente o único responsável em sinalizar o lugar onde ficava a antiga Ilha do Cabeço e nos guiou até ele num momento inolvidável de toda a pesquisa realizada.

Por fim, agradeço ao rio São Francisco, pois sem a presença deste símbolo, inúmeras comunidades tradicionais, a ciência e a literatura brasileira certamente não seriam as mesmas. Todo o presente trabalho envolve casos ocorridos principalmente pela presença do “Velho Chico”. Este merece respeito, tenho certeza que um dia os brasileiros hão de compreender o seu valor.

*“Riacho do Navio corre pro Pajeú,  
o rio Pajeú vai despejar no São Francisco,  
o rio São Francisco vai bater no meio do mar,  
o rio São Francisco vai bater no meio do mar”.*

*(Riacho do Navio – Luiz Gonzaga).*

## RESUMO

As comunidades ribeirinhas e insulares despertam a curiosidade das pessoas e atraem pesquisadores há muito tempo, especialmente seduzidos pelas belezas naturais, em busca de sossego ou por interesse em conhecer as práticas sociais, diferentes das sociedades continentais. O modo de vida de quem na maioria das vezes depende da aventura de enfrentar mares e rios para garantir o sustento familiar, somado ao peculiar cotidiano destes povoados distantes, algumas vezes vilarejos isolados, chamam a atenção especialmente pelas suas singularidades. Estas, por sua vez, são territorialidades construídas ao longo de muito tempo de convívio entre eles, parecendo ficar mais evidente quando nos referimos às comunidades insulares, pois o isolamento geográfico destes povoamentos aparentemente aumenta o sentimento de comunhão entre os nativos, surgindo o questionamento se este cenário pode ser identificado nos remanescentes do antigo povoado Cabeço. Assim, a presente dissertação é o resultado obtido do trabalho de campo, investigação documental e pesquisa em fontes bibliográficas, realizados entre os anos de 2019-2021 e tem como objetivo analisar as percepções dos ex-moradores do antigo Povoado Cabeço, acerca do impacto direto causado à antiga comunidade estabelecida na ilha, que ficava localizada por mais de um século no lado direito da foz do rio São Francisco (município de Brejo Grande- Sergipe) e que, após significativa diminuição da vazão em sua desembocadura, resultou no avanço das águas costeiras marítimas, provocando a inundação de todo o espaço físico insular, obtendo como consequência a ação de mobilidade coletiva compulsória dos moradores daquela região. Ao utilizar a *observação participante* como estratégia de aproximação, somada à *captação de oralidades em entrevistas*, foi possível desenvolver um *estudo etnográfico* das narrativas dos antigos moradores, através dos inúmeros relatos registrados no campo pesquisado, de uma comunidade que foi abalada por uma intempérie e que até hoje é atingida pelos desdobramentos desta, ao mudar sua dinâmica social e potencializar outras formas de se relacionar com os antigos espaços ocupados pela comunidade.

**Palavras-chave:** Comunidade. Insulares. Mobilidade coletiva. Oralidades. Território.

## ABSTRACT

Riverside and island communities arouse people's curiosity and have long attracted researchers, who are drawn to them by natural beauty, a desire for peace, or an interest in learning about social activities that differ from those seen in continental societies. The way of life of those who rely on the adventure of facing seas and rivers to provide for their families, combined with the peculiar daily life of these distant, sometimes isolated, villages is particularly noteworthy for their uniqueness. These villages, in turn, are territorialities built over a long period of coexistence between them, which appears to be more evident when we refer to island communities, as the geographic isolation of these settlements apparently increases the feeling of communion among the natives, raising the question of whether this scenario can be identified in the remnants of the former village Cabeço. Thus, this dissertation is the result obtained from fieldwork, documental investigation, and bibliographic research conducted between 2019 and 2021, with the goal of analyzing the perceptions, of former residents of the former village Cabeço, about the direct impact caused to the former community established on the island, which was located for more than a century on the right side of the mouth of São Francisco River (municipality of Brejo Grande - Sergipe) and which, after a significant decrease in the flow at its mouth, resulted in the advance of coastal maritime water, causing the flooding of the entire physical insular space, forcing residents of that region to take obligatory collective mobility action. By using participant observation as an approach strategy, added to the capture of oralities in interviews, it was possible to develop an ethnographic study of the narratives of former residents, through the numerous reports recorded in the researched field, of a community that was shaken by bad weather and is still affected by its developments, by changing its social dynamics and potentializing other ways of relating to the community's old spaces.

**Keywords:** Community. Islanders. Collective mobility. Oralities. Territory.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa de Sergipe. ....	21
FIGURA 2 – Localização de Brejo Grande. ....	22
FIGURA 3 – Localização por Satélite. ....	23
FIGURA 4 – Subdivisões da Bacia do Rio São Francisco. ....	24
FIGURA 5 – Imagem paisagística da foz do rio São Francisco. ....	27
FIGURA 6 - Imagem paisagística da foz do rio São Francisco. ....	28
FIGURA 7 – Embarcação turística. ....	28
FIGURA 8 – Primeira tentativa de aproximação do Farol do Cabeço. ....	40
FIGURA 9 – Pescaria Artesanal na foz do Rio São Francisco. ....	43
FIGURA 10 – Entrevista informal com a interlocutora Anelice dos Santos. ....	45
FIGURA 11 – Entrevista com o interlocutor Walberck dos Santos. ....	75
FIGURA 12 – Entrevista com a interlocutora Maria Nilza. ....	76
FIGURA 13 – Entrevista com o interlocutor Genalro dos Santos. ....	77
FIGURA 14 – Entrevista com a interlocutora Josenilda Gomes. ....	78
FIGURA 15 – Entrevista com a interlocutora Elza Barreto. ....	79
FIGURA 16 – Entrevista com a interlocutora Elízia Rosa. ....	80
FIGURA 17 – Entrevista com o interlocutor Arlindo Ferreira. ....	81
FIGURA 18 – Entrevista com o interlocutor Raimundo Gonçalves. ....	82
FIGURA 19 – Primeiras casas (modelo original do NCHS). ....	91
FIGURA 20 – Inundação do povoado. ....	94
FIGURA 21 – Casas destruídas. ....	95
FIGURA 22 – Entrevista com a interlocutora Maura dos Santos. ....	96
FIGURA 23 – Entrevista com a interlocutora Maria Elisabete. ....	98
FIGURA 24 – Entrevista com a interlocutora Maria Luísa. ....	99
FIGURA 25 – Entrevista com o interlocutor Josafar dos Santos. ....	100
FIGURA 26 – Entrevista com o interlocutor Júlio Pereira. ....	101
FIGURA 27 – Entrevista com a interlocutora Marli Rosa. ....	102
FIGURA 28 – Entrevista com o interlocutor Paulo Jefferson. ....	103
FIGURA 29 – Ficha Catalográfica do Farol São Francisco do Norte. ....	106
FIGURA 30 – Farol São Francisco do Norte durante manutenção. ....	107

FIGURA 31 – Povoado após enchente. ....	109
FIGURA 32 – Moradores destelhando igreja. ....	109
FIGURA 33 – Farol resistindo ao impacto das águas. ....	110
FIGURA 34 – Memorial do Farol da Capitania dos Portos de Sergipe. ....	111
FIGURA 35 – 3 Perspectivas do Farol São Francisco do Norte. ....	115
FIGURA 36 – Entrevista com a interlocutora Silvânia Souza. ....	117
FIGURA 37 – Entrevista com o interlocutor José Ferreira. ....	118
FIGURA 38 – Entrevista com a interlocutora Edileuza Soares. ....	119
FIGURA 39 – Entrevista com a interlocutora Anelice dos Santos. ....	120
FIGURA 40 – Entrevista com a interlocutora Marivanda dos Santos. ....	121
FIGURA 41 – Entrevista com o interlocutor Edinésio dos Santos. ....	122
FIGURA 42 – Entrevista com o interlocutor Álvaro Carozo. ....	123
FIGURA 43 – Entrevista com a interlocutora Maria Adair. ....	124
FIGURA 44 – Requerimento de tombamento junto ao IPHAN. ....	125

## LISTA DE SIGLAS

ACISO	Ação Cívico Social
AL	Alagoas
BA	Bahia
BSF	Baixo São Francisco
ES	Espírito Santo
NCHS	Novo Conjunto Habitacional Saramém
PE	Pernambuco
RSF	Rio São Francisco
SE	Sergipe
TDR	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UHE	Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO -</b> .....	<b>14</b>
<b>Elementos de Pesquisa</b> .....	<b>14</b>
<b>Localização</b> .....	<b>19</b>
<b>Objetos de Estudo</b> .....	<b>24</b>
<b>Objetivos da Pesquisa</b> .....	<b>29</b>
<b>Da Metodologia Utilizada</b> .....	<b>30</b>
<b>Primeiras Investidas ao Campo de Pesquisa</b> .....	<b>38</b>
<b>Da Primeira Visita ao Campo / Primeiros Interlocutores</b> .....	<b>39</b>
<b>Da Segunda Visita ao Campo de Pesquisa</b> .....	<b>40</b>
<b>“A Lua Grande”</b> .....	<b>44</b>
<b>Da Terceira Visita ao Campo de Pesquisa</b> .....	<b>46</b>
<b>Análise dos Resultados</b> .....	<b>52</b>
<b>- CAPÍTULO I -</b> .....	<b>55</b>
<b>I TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES INSULARES</b> .....	<b>55</b>
<b>1.1 Contextualização e Elementos Conceituais</b> .....	<b>55</b>
<b>1.2 Território</b> .....	<b>58</b>
<b>1.3 Territorialidade</b> .....	<b>61</b>
<b>1.4 Ilheidade e Insularidade</b> .....	<b>64</b>
<b>1.5 Maritimidade</b> .....	<b>66</b>
<b>1.6 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização</b> <b>(TDR)</b> .....	<b>67</b>
<b>2.0 Processo de Povoamento das Comunidades Ribeirinhas e</b> <b>Insulares</b> .....	<b>69</b>

3.0	Processos de Territorialização e Desterritorialização ao longo do Rio São Francisco .....	71
4.0	Impressões dos Antigos Moradores .....	74
-	CAPÍTULO II - .....	83
II	ANTIGA ILHA DO CABEÇO, MOBILIDADE COLETIVA E A VIDA NO NOVO CONJUNTO HABITACIONAL SARAMÉM .....	83
2.1	Aspectos Gerais da Comunidade do Cabeço .....	83
2.2	Questões Econômicas e o Cotidiano dos Moradores da Ilha do Cabeço .....	84
2.3	Mudanças e Adaptações do Cotidiano dos Moradores no Saramém .....	87
2.4	Impressões dos Antigos Moradores (Mobilidade Coletiva) .....	93
-	CAPÍTULO III - .....	105
III	FAROL DO SÃO FRANCISCO DO NORTE .....	105
3.1	Localização, Aspectos Históricos e Sociais.....	105
3.2	Registros Atuais .....	111
3.3	Impressões dos Antigos Moradores.....	115
-	CAPÍTULO IV - .....	128
IV	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
4.1	Análise Geral da Pesquisa de Campo.....	128
4.2	Conclusões do Autor.....	130
4.3	Referências Bibliográficas.....	140

## INTRODUÇÃO

### Elementos de Pesquisa

As comunidades ribeirinhas<sup>1</sup> e insulares<sup>2</sup> despertam a curiosidade das pessoas e atraem pesquisadores há muito tempo, especialmente seduzidos pelas belezas naturais, em busca de sossego ou por interesse em conhecer as práticas sociais, diferentes das sociedades continentais. O presente estudo tem sua atenção voltada para uma comunidade tradicional do rio São Francisco, conhecida popularmente como Povoado Cabeço, que ficava localizada em uma ilha fluviomarinha<sup>3</sup> que levava o mesmo nome, mas que atualmente não se encontra mais em seu lugar insular de origem e sim no continente, porém na mesma cidade que o povoamento já pertencia, em Brejo Grande-Sergipe. Esta mudança de ocupação dos espaços vividos pela comunidade ocorreu devido ao processo de mobilidade coletiva compulsória sofrida pelos moradores do povoado, em virtude da inundação causada em todo o território ao qual estavam inseridos.

O cotidiano de quem na maioria das vezes depende da aventura de enfrentar mares e rios para garantir o sustento familiar, especialmente através dos conhecimentos tradicionais da pesca artesanal, somado a outros fatores como as limitações causadas pelo difícil acesso a estes moradores de povoados distantes, algumas vezes inseridos em vilarejos isolados, chamam a atenção especialmente pelas suas particularidades. Estas, por sua vez, são territorialidades construídas ao longo de muito tempo de convívio entre eles, parecendo ficar mais evidente quando nos referimos às comunidades insulares, pois o isolamento geográfico destes povoados aparentemente aumenta o sentimento de comunhão entre os nativos e demonstram ainda mais suas características próprias, surgindo o questionamento se este cenário pode ser identificado nos remanescentes do antigo povoado Cabeço, pois logo nos primeiros contatos com estes moradores, testemunham-se relatos das

---

<sup>1</sup> Que ou o que vive junto de ribeiras ou rios; assentado à margem de ribeira, de rio.

<sup>2</sup> Relativo ou pertencente a ilha; semelhante a uma ilha; que tem características de ilha.

<sup>3</sup> Relativo a rio e ao mar simultaneamente, pois a antiga ilha do Cabeço era banhada por um lado pelas águas do rio São Francisco e por outro pelas águas do mar (oceano Atlântico).

mudanças de comportamentos no seio da comunidade em relação a este aspecto, visto que os ex-moradores citam que não possuem mais o sentimento coletivo de fraternidade presente na antiga comunidade insular.

Salienta-se, que a delimitação territorial do espaço físico proveniente do ambiente insular não deve ser encarada como principal fomentadora das relações sociais, visto que são as práticas dos envolvidos que formam as estruturas sociais e que revelam as territorialidades criadas nas relações da comunidade com o espaço inserido, todavia, neste caso é importante discutir estes elementos, pois são encontrados nas oralidades presentes neste estudo que uma das principais características da comunidade foi alterada justamente ao se mudarem do antigo espaço físico em que habitavam há anos (ambiente que os deixavam numa situação semelhante ao isolamento), refiro-me ao sentimento de fraternidade supramencionado, porquanto os mesmos citam que, quando moravam na ilha, o sentimento da maioria era que todos faziam parte de uma grande e única família.

Destarte, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as percepções dos ex-moradores do antigo povoado Cabeço, acerca do impacto direto causado à antiga comunidade estabelecida na ilha. Ressalto que, o povoamento ficava localizado por mais de um século no lado direito da foz do rio São Francisco (município de Brejo Grande-Sergipe) e que, após significativa diminuição da vazão em sua desembocadura, resultou no avanço das águas costeiras marítimas, provocando a inundação de todo o espaço físico insular, obtendo como consequência a ação de mobilidade coletiva dos moradores daquela região para um povoado próximo, constituindo assim o Novo Conjunto Habitacional Saramém (NCHS).

Desenvolvendo a *Observação Participante* como estratégia de aproximação, somada à *realização de entrevistas*, foi possível discorrer um *Estudo Etnográfico* das narrativas dos antigos moradores, através dos inúmeros relatos registrados no campo pesquisado, de uma comunidade que foi abalada por uma intempérie e que até hoje é atingida pelos desdobramentos desta, ao mudar sua dinâmica social e potencializar outras formas de se relacionar com os antigos espaços ocupados pela comunidade.

A partir destas informações, evidencio que o processo de formação destas comunidades (ribeirinhas e insulares) se dá especialmente pelas condições naturais favoráveis para a vida humana, visto que os espaços ribeirinhos, em sua maioria, oferecem água potável (própria para o consumo) e animais oriundos da pesca.

Entre 2017 e 2018 desenvolvi juntamente com outros acadêmicos do curso de História (ciência na qual possuo formação em licenciatura) um projeto intitulado *Caravana da História*. Este projeto me fez pesquisar e conhecer locais que foram palcos de acontecimentos históricos em Sergipe, pois faço uma investigação histórica destas localidades e em seguida apresento estes espaços no formato de excursão e visita técnica aos acadêmicos de história e áreas afins, não menos importantes, a estudantes da rede particular e pública. Durante estas pesquisas de campo obtive conhecimento da existência do Farol do Cabeço e a interessante história dos insulares que tiveram que abandonar suas residências por causa da invasão do mar.

Sendo assim, com as informações iniciais obtidas através do artigo produzido em 2013, pelo prof. Dr. Ademir Ribeiro Júnior, prof. Dr. Gilson Rambelli e o prof. Dr. Luís Felipe Freire, criou-se uma melhor compreensão do contexto histórico-social que os antigos moradores estavam inseridos e uma razoável percepção da celeuma vivida pela comunidade. Surgiu daí, a provocação de aprofundar-nos no tema.

Desta forma, a ideia de pesquisar a comunidade remanescente da ilha fluviomarina do Cabeço, antes localizada na parte direita da foz do rio São Francisco, na cidade de Brejo Grande em Sergipe, surgiu pela presença icônica do único item arquitetônico da região que se mantém a vista: o farol. Este persiste em permanecer de pé, resistindo às condições climáticas adversas, sem nenhuma manutenção e obtendo contato direto com as águas do mar todo momento, inclusive com o nível destas à sua meia altura.

Este ícone tem peculiaridades únicas e a sua memória tem um valor significativo no imaginário dos antigos moradores da região, apresentando-se como único bem material (tangível), norteador de um lugar que hoje tem sua história contada principalmente através de antigos registros e oralidades por intermédio de seus antigos moradores. Ressalto que, essa antiga comunidade ocupava a ilha por gerações, todavia, em menos de uma década, o mar (ou o homem) não vos deram

opção a não ser de sair às pressas e deixar para trás tudo que eles compreendiam como forma de viver e se relacionar com os espaços oferecidos pelo lugar que estavam inseridos.

Ciente destas informações primárias, pudemos notar facilmente a riqueza de detalhes dos relatos de alguns pescadores e a partir de então foi despertado o interesse de pesquisar os moradores da antiga ilha, fazendo-os rememorar os dias que a habitavam e trazendo à tona a forma que se deu o processo de mobilidade coletiva, fato que até hoje sobrevive no imaginário destes antigos insulares. Neste momento, o antigo farol tornou-se um dos elementos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, mas os ex-moradores da antiga comunidade da Ilha do Cabeço se metamorfosearam, transformando-se nos principais atores a serem estudados, especialmente por intermédio de suas narrativas.

Através do contato direto com estes antigos moradores foi possível identificar além do deslocamento físico. A perda da territorialidade é um fato, inclusive, perceptível através da alteração do sentimento coletivo de pertencimento, pois estes moradores além de sofrerem o infortúnio de perderem suas residências, outras edificações que fizeram parte da trajetória da comunidade como: escola, igreja, praça, cemitério, casas de comércio local, dentre outras, hoje não podem nem mais serem visualizados, tudo está submerso. Destarte, o antigo povoado do Cabeço permanece vivo especialmente no imaginário de seus antigos moradores e seu espaço físico que é identificado tão somente pela presença do farol, pode ser retratado como um lugar de práticas, visto que até hoje alguns pescadores retornam para suas imediações para praticar a pesca artesanal. Podendo, segundo alguns pesquisadores, também ser considerado como um *Lugar de Memória*.

De acordo com a ideia do historiador francês Nora (1981, p.07):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há meios de memória.

Diante do cenário citado, um dos principais acionadores de memória presente e que faz o papel de istmo, ou seja, que “liga” os moradores (hoje residentes no continente) às suas antigas memórias da ilha (hoje totalmente submersa) é o farol.

Sobre o “lugar de memória”, iremos abordar as noções conceituais no próximo capítulo.

A antiga comunidade insular que habitava a ilha do Cabeço é um relicário de lembranças vívidas, que agrega antigos valores de um grupo afastado do continente e que em alguns momentos estabeleciam suas próprias regras<sup>4</sup>, em prol da boa convivência dentro da ilha. Atualmente, o povoado que se encontra submerso, é um espaço que muitos dos seus ex-moradores evitam ir visitar, pois é um local que traz consigo sensações e lembranças que ainda hoje não foram superadas, principalmente se tratando de perdas materiais em consequência da inundação.

A discussão em questão é associada ao tema abordado neste estudo, principalmente pelo motivo do qual a antiga ilha predomina o imaginário de todos os envolvidos além da historicidade local. Destacamos que, não há registros de perdas de vidas humanas durante o processo de inundação e mobilidade compulsória dos antigos insulares do Cabeço.

Vale ressaltar, que o grupo não era totalmente isolado, pois sempre tiveram contato com moradores de outras localidades, seja em busca de relações comerciais (na maioria das vezes venda de pescados oriundos da região) ou com assuntos adversos. Mas, no que tange à moradia e convívio no interior da ilha, estes não tinham o hábito de relacionar-se facilmente com “estranhos” (pessoas que não eram nativas da ilha), sendo que para residir na antiga ilha tinha que ter permissão de um conselho de moradores que foi criado por sugestão da própria Capitania dos Portos de Sergipe (Marinha), e pela própria instituição.

Com a mobilização coletiva dos moradores da antiga ilha, sabemos que a grande maioria das famílias instalaram-se em um povoado próximo chamado Saramém, localizado no mesmo município de Brejo Grande, em Sergipe, não muito distante do Cabeço, porém no continente. Hoje, para podermos obter informações por intermédio de interlocutores que vivenciaram esta mobilização coletiva, sem dúvida o novo conjunto habitacional do Saramém (NCHS) é o principal caminho,

---

<sup>4</sup> Algumas oralidades registradas apontam que visitantes indesejados eram convidados a se retirar da ilha, na pescaria eles também tinham normas criadas por eles mesmos quanto à divisão dos pescados e até para se construir alguma casa no interior da ilha era necessário obter aprovação de um conselho criado por eles, etc.

pois, como foi dito, mais de cinquenta por cento dos antigos moradores do antigo Cabeço migraram suas moradias para este local.

Foi neste mesmo povoado, que tivemos os primeiros contatos com os antigos moradores da ilha (em julho de 2018) e tentamos nos aproximar o máximo possível do sentimento coletivo que a população carrega até os dias atuais, deslumbrado, também foi neste momento que percebemos que deveríamos iniciar uma pesquisa etnográfica com a comunidade e buscar apresentar neste estudo as oralidades captadas, expondo a público as singularidades de depoimentos de quem testemunhou os últimos dias de existência da comunidade da antiga Ilha do Cabeço.

### **Localização**

O principal espaço geográfico delimitado para o desenvolvimento deste estudo é o povoado Saramém (recorte espacial), evidentemente por ser o local onde moram os interlocutores desta pesquisa, ademais, a antiga Ilha do Cabeço (espaço físico) é meramente ponto de passagem de embarcações e eventualmente local de captura de imagens (por causa do farol), visto que se encontra totalmente submersa, sem a presença de terra firme.

O Novo Conjunto Habitacional Saramém (NCHS) fica localizado no município de Brejo Grande – Sergipe (distante 137 km da capital Aracaju, via BR- 101), situado no extremo norte-nordeste do estado de e que faz divisa com o estado de Alagoas, separados unicamente pelo rio São Francisco e localizado na margem direita de sua foz, defronte ao município de Piaçabuçu- Alagoas.

Segundo alguns pesquisadores, desde o início da implantação do NCHS, o Saramém não foi composto unicamente pelos remanescentes do antigo Cabeço, informação confirmada posteriormente pelos próprios ex-moradores da antiga ilha, durante as entrevistas realizadas no presente estudo.

O NCHS é uma comunidade que se formou com a junção de comunidades pesqueiras e não pesqueiras, como as comunidades de pescadores do antigo Saramém, de Resina e do Povoado do antigo Cabeço, além de uma pequena parcela de moradores não pescadores que vieram de outras regiões como Piaçabuçu, no estado de Alagoas e de Brejão e Brejo Grande-Sergipe, entre outros (ALBUQUERQUE, 2013 apud SILVA, 2014, p. 21).

O município de Brejo Grande- Sergipe possui uma área territorial estimada em 149,952 km<sup>2</sup> e possui atualmente população de mais de 8.000 habitantes, ressaltando que é um dos municípios que compõem a região do Baixo São Francisco, sendo que dos 4 estados que fazem parte do Baixo São Francisco, Sergipe fica atrás somente de Alagoas em quantitativo de cidades que compõem esta divisão, com 28 e 50, respectivamente, seguidos de Pernambuco com 16 municípios e Bahia com 6 municípios, totalizando o montante de 100 municípios (CODEVASF, 2002).

Estudos realizados pela CODEVASF apontam que o Baixo São Francisco, ocupa uma área total de 30.377 km<sup>2</sup>, equivalente a 5% da área da Bacia do São Francisco, correspondendo à menor porção dentre as quatro subdivisões da bacia, segundo a CODEVASF (2002, p. 1):

O Alto, que abrange o trecho que vai da nascente até a cidade de Pirapora, no Estado de Minas Gerais (MG); o Médio, que vai de Pirapora até a cidade de Remanso, no estado da Bahia (BA); o Sub-Médio que se estende de Remanso até Paulo Afonso, ambas cidades do estado da Bahia (BA); e o Baixo que vai de Paulo Afonso até sua foz no Oceano Atlântico, que ocorre entre os Estados de Sergipe (SE) e Alagoas (AL).

Para a CHESF (2011), o município de Brejo Grande, em tempos pretéritos, também era um território insular, todavia os primeiros povoamentos têm os indígenas como protagonistas:

O município de Brejo Grande, no passado, também foi uma ilha, mas diferentemente da ilha do Cabeço, ele está localizado na ponta extrema norte e direita do estado de Sergipe, povoado pelos Índios Tupinambás, que viviam na Ilha Paraúna, doada a Antônio Cristóvão de Barros em 1570. Depois de algum tempo, fizeram ligação dessa ilha com o continente, onde se passou à monocultura de cana-de-açúcar. Logo depois a principal atividade econômica tornou-se o arroz, pois a região é bastante rica em terras inundáveis, propícias a esse tipo de cultivo. Após alguns anos, o coco, a pesca e o petróleo tornaram-se fontes econômicas para o município (CHESF, 2011, apud SILVA, 2014, p. 19).

Segue a Figura 1, com o mapa dos municípios de Sergipe. Destaque (seta vermelha), para melhor identificação do município de Brejo Grande.



FIGURA 1 – Mapa dos Municípios de Sergipe com destaque à cidade de Brejo Grande.  
 Fonte: Observatório de Sergipe, 2020.  
<http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=jeMiBmdR9IGiDp5a2U2zDXRBW0QXe3Ye>

Na imagem a seguir (Figura 2), temos a ampliação da Figura 1, onde identificamos a presença de uma ilha (identificada com uma seta menor), todavia, sabemos que a região possui outras ilhotas, a exemplo da conhecida “Ilha da Criminosa”, localizada em frente ao porto do povoado Saramém, citada no Hino de Louvor da comunidade, desta forma, não se deve afirmar com precisão que seja a representação da antiga Ilha do Cabeçõ ou do antigo Farol São Francisco do Norte.



FIGURA 2 – Localização de Brejo Grande (ampliação da Figura 1).  
 Destaque para a presença de uma ilha na região da foz do São Francisco.  
 Fonte: Observatório de Sergipe  
<http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=jeMiBmdR9IGiDp5a2U2zDXRBW0QXe3Ye>

Segue o Hino de louvor da comunidade de Saramém, produzido por José Erival Ferreira, conforme foi supracitado:

Deste rio, as nossas vidas sustentamos, nosso amor, Bom Jesus dos Navegantes, vinde- e vamos navegar. De proa, mares e ao rio, banhado ao sol desta foz. Ordena, Senhor, a saída, na barca já nos encontramos. É a vida de nós pescadores; Senhor, vem conosco ficar. Nós descendemos do Cabeço e o Saramém, a Resina, as Capivaras e a nossa ilha criminosa. Marco histórico, nossos pais, nossas vidas, primitivos índios Tingas, destas terras e destes lagos. Bonitas praias, lindos mares, lindo rio, luminoso rio das pratas, dos piras do São Francisco. (SILVA, 2014, epígrafe).

Na imagem a seguir (Figura 3), apresentamos visão de satélite da região da foz do Rio São Francisco:

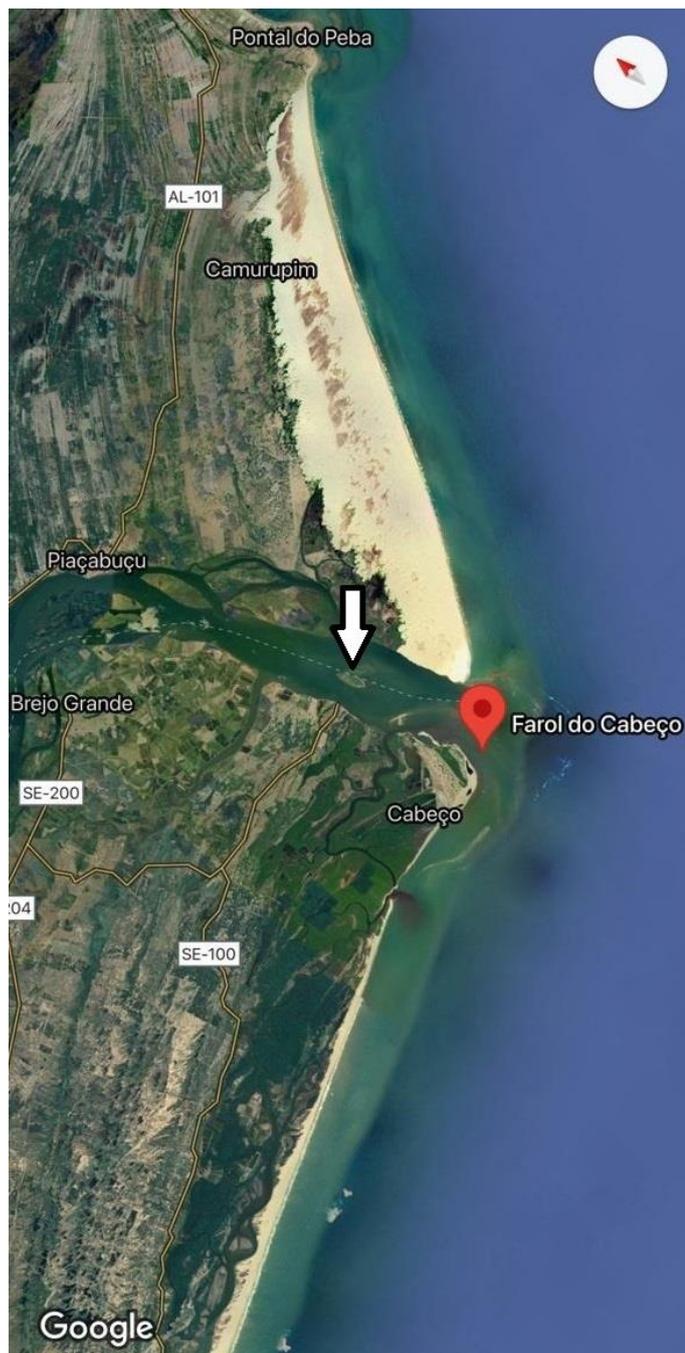


FIGURA 3 – Imagem de satélite da região da Foz do São Francisco. Com destaque da Ilha da Criminosa e o Farol São Francisco do Norte, conhecido como Farol do Cabeço.

Fonte: Google Maps, maio de 2021.

[https://www.google.com/maps/place/Farol+do+Cabe%C3%A7o/@-10.4839701,-](https://www.google.com/maps/place/Farol+do+Cabe%C3%A7o/@-10.4839701,-36.4169017,3688m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x704f02fc6e0603d:0xf925ec634ea814dd!8m2!3d-10.5096682!4d-36.4021817)

[36.4169017,3688m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x704f02fc6e0603d:0xf925ec634ea814dd!8m2!3d-10.5096682!4d-36.4021817](https://www.google.com/maps/place/Farol+do+Cabe%C3%A7o/@-10.4839701,-36.4169017,3688m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x704f02fc6e0603d:0xf925ec634ea814dd!8m2!3d-10.5096682!4d-36.4021817)

Nesta próxima imagem (Figura 4), temos as 4 subdivisões da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, com destaque para o Baixo São Francisco e, em menor escala, a localização da Bacia em território brasileiro.



FIGURA 4 - Subdivisões da Bacia do rio São Francisco.  
Fonte: Projeto ANA/GEF/PNUMA/OEA, p. 1, 2004.

## Objetos de Estudo

O antigo povoamento da Ilha do Cabeço permaneceu por mais de um século e meio situado na ilha mencionada, sendo que os moradores tiveram que migrar suas residências por conta das inundações que provocaram a derrubada de suas casas e de todo vilarejo na última década do século passado (século XX), até a primeira década do século atual (século XXI), estabelecendo assim o recorte temporal dos fatos, ou seja, o processo de mobilidade compulsória aconteceu de forma gradativa, informação que foi confirmada pelos próprios ex-moradores durante as entrevistas realizadas para esta pesquisa e também encontradas em matérias de jornais da época do acontecimento.

À vista disto, esta situação aponta como consequência o incontestável questionamento da comunidade se as ações humanas tiveram influência sobre a

inundação da antiga ilha, que resultou com a perda do território dos seus moradores ou se foi coincidência a inundação do território ocorrer após as construções de barragens realizadas pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), mais precisamente depois da instalação da barragem de Xingó, inaugurada em 1994, todavia com início das obras em meados de 1987. Segundo alguns ex-moradores, seis meses após o represamento das águas do RSF, o mar já começou a avançar significativamente e em menos de um ano já estava ameaçando invadir o antigo povoado.

Saliento que o presente estudo tem a principal intencionalidade de analisar e expor os testemunhos dos ex-moradores do Cabeço, elevar estes depoimentos ao seu “lugar de fala”, que por muitas vezes são silenciados diante de relatórios técnicos apresentados, este trabalho revela as “vozes da comunidade” acerca da discussão, independente dos motivos que causaram a inundação do antigo povoado. Destarte, temos a pretensão de compreender as narrativas dos antigos moradores durante o involuntário processo de mobilidade populacional da ilha, reconhecendo que compreender narrativas passa-se por determinado risco interpretativo e que estas têm suas perspectivas, na maioria das vezes, particulares de cada indivíduo.

Desta forma, por compreender que o presente estudo tem o cunho antropológico e possui sua base alicerçada especialmente nas oralidades, captadas em pesquisa de campo no interior da comunidade afetada, decidimos não debruçarmos aos laudos técnicos periciais de possíveis impactos na comunidade, visto que tais informações oriundas da empresa em questão teriam caráter técnico-científico e, além de desconfigurar o direcionamento e modelo adotado nesta pesquisa (pois, buscaria argumentos para concordar ou discordar destes), entende-se que não agregaria relevância ao resultado do presente estudo, pelo contrário, surgiriam novas problematizações com sentidos não pertinentes aos objetivos pré-estabelecidos neste trabalho.

Trazendo a pesquisa de campo para o debate acadêmico e tornando público este trabalho, acredito colaborar com a elucidação de alguns questionamentos levantados pela comunidade acadêmica, e também fora dela, acerca do antigo povoado do Cabeço, especialmente tratando-se da perspectiva atual dos antigos

moradores do povoado, pois principalmente estes podem apresentar com maior precisão o sentimento que carregam ao longo do tempo, consoante com as suas ressignificações presentes no imaginário coletivo.

Diante do proposto, se fosse para citar uma única palavra que me remetesse a estes antigos insulares, arriscaríamos a palavra resiliência <sup>5</sup>, porquanto, fui testemunha de inúmeros relatos fantásticos de superação, como já mencionado, de uma comunidade que foi abalada por uma intempérie e que até hoje é atingida pelos desdobramentos desta, atraindo a atenção de pesquisadores e curiosos. Atesto que até o presente momento, um número pequeno de pessoas conseguiu aproximar-se das sensações emotivas de quem vivenciou este fenômeno. Neste trabalho, além de analisarmos as questões envolvidas, vamos transcrever relatos captados em entrevistas, auxiliando-o em sua metodologia e possibilitando uma melhor compreensão do leitor.

Desde as primeiras investidas à foz do Rio São Francisco, percebe-se que o local tem um excelente potencial de belezas naturais, destacamos que o espaço físico da região tem um cenário paradisíaco e que não se deve negar o potencial turístico que carrega. Mesmo com esse segmento sendo minimamente explorado por alguns moradores da localidade, existem empresas de cidades vizinhas, advindas principalmente do estado de Alagoas, que trabalham com turismo e oferecem rotas fluviais até a foz, inclusive apresentando o antigo farol do Cabeço como marco principal do roteiro.

Segundo os moradores do povoado Saramém, desde a migração compulsória dos moradores da antiga Ilha do Cabeço até o presente momento, não houve um investimento significativo do poder público de incentivo ao turismo regional, pois, mesmo diante de admiráveis espaços litorâneos e com potencial fluvial e marítimo, não se encontra nada relacionado ao turismo local, apenas algumas poucas doceiras mantêm a tradição de fabricar cocadas e vendê-las em barracas no outro lado do rio, nas proximidades da foz do rio São Francisco, em terras alagoanas (Piaçabuçu), buscando vender seus produtos aos turistas que quase sempre vêm de Alagoas, visto que poucos são oriundos de cidades sergipanas.

---

<sup>5</sup> [Figurado] Capacidade de quem se adapta às intempéries, às alterações ou aos infortúnios.



FIGURA 5 – Imagem do rio São Francisco em direção à foz.  
Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada ao chegarmos no porto do povoado Saramém, 2018.

Na imagem acima (Figura 5), apresento um registro fotográfico da foz do RSF, capturado em julho de 2018, durante visita ao novo conjunto habitacional Saramém, onde na ocasião não tive a oportunidade de aproximação ao antigo farol localizado na ilha submersa do Cabeço, visto que a “maré estava cheia”<sup>6</sup> e o perigo era iminente, diante da insistência de aproximação. No meio da investida, optamos em retornar à terra firme para garantir a segurança de todos.

Os pescadores e agentes de turismo da região reconhecem o risco de aventurar-se na foz do rio São Francisco, como também sabem do histórico de acidentes fatais que não raramente acontecem por lá. Geralmente, aconselha-se a aproximação do antigo farol do Cabeço especialmente com embarcações de maior porte, visto que possuem menos chances de virar e conseqüentemente são mais seguras. Ressalto que, durante a maioria das investidas ao povoado Saramém não foi encontrada nenhuma embarcação de maior porte, quase todas que estiveram presentes no porto eram barcos pequenos (canoas), com motor de rabeta.

Todavia, excetuam-se algumas poucas embarcações turísticas de empresas de Alagoas que aparecem com frequência na foz, mas não foi visto embarcações de grande porte proveniente de empresas sergipanas. A única embarcação turística flagrada nas pesquisas de campo foi no final de 2020, mesmo assim, na cidade de Brejo Grande.

---

<sup>6</sup> Termo comumente utilizado por pescadores, referindo-se ao pico máximo de enchente das marés que ocorrem duas vezes ao dia.



FIGURA 6 – Imagem do fim de tarde no rio São Francisco em direção à foz.  
Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada durante visita ao povoado Saramém, 2018.



FIGURA 7 – Imagem de embarcação de turismo em Piaçabuçu- Alagoas, próximo à foz do rio São Francisco.  
Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada durante visita ao lado esquerdo da foz, no município de Piaçabuçu- Alagoas, 2018.

## **Dos Objetivos da Pesquisa**

A presente pesquisa teve como objetivo geral, sobretudo, analisar as percepções dos ex-moradores acerca do impacto direto causado à antiga comunidade da ilha do Cabeço, que ficava localizada por mais de um século na foz do rio São Francisco (município de Brejo Grande- Sergipe) e que, após o recuo de sua vazão, resultou no avanço das águas costeiras marítimas, provocando a inundação de todo o espaço físico da ilha, tendo como consequência sua total submersão e a ação de migração compulsória dos habitantes daquela região.

Desta forma, observar os efeitos produzidos a partir da mobilidade coletiva dos moradores que foram obrigados a deixar para trás suas moradias (muitas vezes único bem familiar repassado por gerações), investimentos em plantações (na maioria das vezes de arroz e de coqueiros) e locais de pesca, que por muitos anos eram preservados entre os próprios pescadores e que contribuíram para o sustento de suas famílias por décadas (através de conhecimentos tradicionais).

Por fim, destacar de qual forma o farol como único patrimônio arquitetônico que se mantém erguido na antiga ilha pode ser considerado como um dos principais acionadores de memória da comunidade e analisar o sentimento coletivo que a comunidade ainda hoje possui com este item.

Dentro destas perspectivas, pretendemos especificamente:

1. Analisar o processo de mobilidade coletiva dos moradores do antigo povoado Cabeço até o novo território no Saramém, através das oralidades captadas;
2. Identificar as práticas do cotidiano dos moradores que resistiram após a saída da ilha, identificando as perdas de territorialidades e novas ressignificações;
3. Verificar a atual relação da comunidade do Cabeço com o antigo espaço ocupado por eles;
4. Analisar de qual forma o farol, atualmente como principal símbolo material de resistência para alguns antigos moradores, adentra às pautas de patrimonialização pelos órgãos fiscalizadores, considerando o notável

simbolismo desta materialidade para a antiga comunidade do Cabeço e historiografia sergipana.

### **Da Metodologia Utilizada**

Primeiramente, ressalto que antes de ir ao campo de pesquisa dediquei-me a determinada autorreflexão, considerando a importância do presente estudo e as possíveis consequências dos resultados oriundos deste, visto que, segundo relatos dos próprios moradores, alguns deles têm (ou tinham) ações judiciais ativas, buscando reparações para os notórios danos causados às suas famílias após a inundação da antiga ilha. Desta forma, me preparei para buscar (de forma empírica) dados que contribuíssem para a análise e compreensão antropológica, com a intenção de produzir resultados verídicos, sendo assim, os elementos que compõem a caracterização antropológica partem inicialmente da etnografia, seguida de levantamento bibliográfico e investigação documental.

Vale ressaltar, que não compete ao antropólogo o papel de mediador de conflitos, mas o ofício de traduzir categorias culturais alheias. Desta maneira, munido de informações advindas de pesquisas documentais, somado ao seu próprio arcabouço teórico e experiência de vida, concentrei-me para que estes dois últimos fatores citados não pudessem ser algo que interferissem no resultado desta pesquisa. Ou seja, desde o início deste trabalho, houve um esforço desmedido para se manter fiel aos resultados encontrados no campo de pesquisa (mesmo levando em consideração que um pesquisador não é “neuro”) e buscar a fidedignidade dos relatos, especialmente por acreditar que quanto mais o antropólogo se aproxima dos conceitos da disciplina (Antropologia), mais coerente será o resultado obtido. Destarte, buscamos as devidas precauções para que os pré-conceitos que um indivíduo normalmente carrega consigo (não nos excluimos desta afirmativa) não influenciassem as conclusões, pois “é preciso primeiramente limpar o campo” (mental, composto de pré-conceitos), para depois adentrar-se no campo de pesquisa, como salienta o autor Cardoso de Oliveira no seu estudo sobre as relações sociais:

[...] a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. (OLIVEIRA, 1996, p.16).

Em contrapartida, é fundamental ter a noção que se faz necessário portar do domínio de conceitos, para utilizá-los como parâmetro da pesquisa de campo, inclusive ao lançar o olhar sobre o pesquisado e em relação às decisões tomadas durante as imersões ao campo, ciente de que não devemos comparar uma sociedade com outra, pois cada sociedade possui seus próprios valores singulares que não devem ser mensurados.

Partindo desta premissa, a discussão da ética na antropologia se faz necessária, dada a importância desta disciplina e diante dos possíveis impactos causados nas comunidades pesquisadas (possíveis consequências). Ressalto que, isto não limita ou impede que o antropólogo participe de debates acadêmicos, políticos ou judiciais com questões inerentes ao campo pesquisado, pelo contrário, credencia-o. Este podendo, inclusive, representar determinado grupo e servir como ferramenta para elucidação de alguns questionamentos levantados.

Os dilemas, que se manifestam a alguns antropólogos, são os mesmos para todos os profissionais quando a pergunta é até que ponto se deve ou não participar do debate político, social e cultural contemporâneo a respeito dos direitos das populações excluídas. Nesse sentido, é importante entender que participar intensamente do debate político em favor de certos grupos não implica, de forma alguma, a compreensão de que o antropólogo seja “porta-voz” dos grupos, de seus anseios e de suas reivindicações (CARDOSO, 2010, p. 211).

Desde o primeiro contato com os moradores da comunidade pesquisada, estive buscando exercer (intencionalmente) o que a antropologia denomina de *Observação Participante*, não como um dos métodos de investigação, mas como estratégia de aproximação da comunidade, uma vez que desde o início tive a oportunidade de navegar com os pescadores na foz do rio São Francisco, pescar com estes, fazer as refeições entre eles, acompanhar o conserto e manutenção de barcos e redes de pesca, dentre outras atividades do cotidiano da comunidade de pescadores do novo conjunto habitacional Saramém.

Esta prática foi inicializada pelo antropólogo Bronislaw Malinowski, que durante seis anos (1914-1920) fez três expedições de pesquisa de campo ao leste da Nova Guiné, mais precisamente às lhas Trobriand. Empreitada que foi relatada

em sua obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1921), onde o autor destaca o seu trabalho empírico com os nativos das ilhas, valorizando a presença do pesquisador no campo de pesquisa que, naquela época, parecia ter se tornado incontestável, a ideia que a presença do antropólogo no seio das comunidades tribais e participando dos seus rituais, legitimava o seu discurso.

Segundo Geertz (1988), ele (Malinowski) tinha “tradição da escrita etnográfica calcada no ‘Não apenas estive lá, como fui um deles e falo com sua voz’”, por este motivo, esse “ESTAR LÁ” foi bastante criticado por Geertz. É possível identificar outras críticas diretas a Malinowski citadas pelo mesmo autor:

Talvez se devesse acreditar nos etnógrafos pela extensão de suas descrições, mas não parece ser assim que a coisa funciona. Por que persiste a ideia de que funciona assim, é difícil dizer. Pode ser que as concepções antiquadas sobre como se “estabelecem” os “fatos” nas ciências mais exatas tenham algo a ver com isso. Seja como for, a principal alternativa para esse tipo de teoria factualista sobre o que faz os textos de antropologia serem convincentes, a saber, que eles o são pela força de seus argumentos teóricos, é igualmente implausível. O aparato teórico de Malinowski, que em certa época foi uma torre imponente como poucas, está basicamente em ruínas, mas ele continua a ser o supra-sumo do etnógrafo (GEERTZ, 1988, p. 14 E 15).

Entretanto, após Malinowski, a ideia de que a etnografia seria a melhor alternativa da disciplina de antropologia em captar sistematicamente as informações do campo, auxiliando nas interpretações das culturas nativas ganhou mais força. Em sua obra supramencionada, o autor critica outros autores e evidencia a importância da fidedignidade dos dados etnográficos:

A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é talvez ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente deste tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam plenamente o recurso da sinceridade metodológica ao manipular os fatos e apresentam-nos ao leitor como tirados do nada. (MALINOWSKI, 1921, p. 18).

Ainda sobre a *Observação Participante*, o autor Marietto (2018, p.7 e 8) retrata:

A observação participante é um método qualitativo com raízes na pesquisa etnográfica tradicional. O termo foi usado pela primeira vez pelo antropólogo social Malinowski na década de 1920 e a abordagem foi posteriormente desenvolvida pela Escola de Chicago sob a liderança de Robert Park e Howard Becker (Given, 2008; Mack, Woodsong, Macqueen, Guest & Namey 2005). Essa abordagem permite ao pesquisador (Fieldworker) utilizar o contexto sociocultural do ambiente observado (os conhecimentos socialmente adquiridos e compartilhados disponíveis para os participantes ou membros deste ambiente) para explicar os padrões observados de atividade humana. Ou seja, consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o

que significa estar naquela situação (Marietto & Sanches, 2013; Given, 2008; Queiroz, Vall, Alves e Souza & Vieira, 2007; Van Maanen, 1979).

Desta maneira, Malinowski iniciou um novo *modus operandi* de se fazer antropologia, pois o antigo modelo de *Antropologia de Gabinete*<sup>7</sup> se mostrou insuficiente (ou incompleto), diante dos “bons resultados” provenientes da pesquisa de campo apresentada por ele. A partir de então, começa-se uma integração entre a observação participante e as descrições etnográficas que influenciou (e influencia) antropólogos até os dias atuais, uma verdadeira revolução da disciplina que ainda divide opiniões entre os profissionais da área.

A etnografia requer uma atenção especial, pois é uma ferramenta indispensável para o antropólogo, observo que desde sua investida ao campo pesquisado, este já deve estar atento aos detalhes e buscar desenvolver o registro detalhado destas informações e particularidades do campo estudado, técnica chamada pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz como *Descrição Densa*, elemento imprescindível para a etnografia, pois tem significativa relevância para a coleta e interpretação dos dados obtidos em campo, como os autores acrescentam:

A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição densa, a mais completa possível, sobre o que um grupo particular de pessoas faz e o significado das perspectivas imediatas que eles têm do que eles fazem; esta descrição é sempre escrita com a comparação etnológica em mente. O objeto da etnografia é esse conjunto de significantes em termos dos quais os eventos, fatos, ações, e contextos, são produzidos, percebidos e interpretados, e sem os quais não existem como categoria cultural (SYVAIN AUROUX apud MATTOS E CASTRO, 2011, p.10).

De fato, por andarem lado a lado, o “fazer etnográfico” muitas vezes é confundido com o próprio conceito da disciplina da Antropologia em si, arrisco afirmar que a etnografia está mais ligada à análise da coleta de dados captados no campo de pesquisa (especialmente por intermédio da descrição densa), interpretando os significados e buscando compreender os sentidos de determinados fenômenos sociais nas perspectivas de quem os vivenciaram. Enquanto a Antropologia utiliza sistematicamente deste dispositivo para formular suas análises e conceitos de cunho teórico.

Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. E é justamente ao compreender o que é a

---

<sup>7</sup> Termo utilizado para denominar pesquisadores que não executam a pesquisa de campo. Estes, por motivos diversos, produzem seus trabalhos em suas residências, escritórios, bibliotecas ou laboratórios.

etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Devemos frisar, no entanto, que essa não é uma questão de métodos. Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma 'descrição densa', tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1978, p. 15).

Para o antropólogo britânico Timothy Ingold, a Etnografia não é um método, mas possui seus próprios métodos para ser utilizada. Acerca desta mesma discussão, o autor apresenta:

O objetivo da Antropologia é, creio eu, o de buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão. Minha tese é a de que a antropologia e a etnografia são empreitadas de ordens bem diferentes. Isso não é reivindicar que uma é mais importante que a outra, ou mais honrosa. Nem é negar que elas dependem uma da outra de maneiras significativas. É simplesmente afirmar que elas não são a mesma coisa (INGOLD, 2011, p. 229).

Por conseguinte, ao escolher estas práticas e exercê-las com os ex-moradores da antiga ilha do Cabeço fez com que aumentasse o nosso respeito pelos moradores. Concomitante a este fator, criou-se um vínculo e uma sensação temporária de pertencimento da comunidade, entretanto com a consciência de que um antropólogo jamais pensará igual ao nativo, apenas poderá chegar perto da compreensão do "outro", como destaca a citação a seguir:

Os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são 'algo construído', 'algo modelado' – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não- factuais ou apenas experimentos de pensamento (GEERTZ, 1978, p. 25, 26).

Ao realizar uma autocrítica, reconheci, que na verdade quando estou em campo e consigo me aproximar dos nativos, assemelho-me ao "estar lá" tão criticado pelo antropólogo Clifford Geertz (que já dizia que o pesquisador jamais seria um nativo), e algumas das imagens que fazemos questão de aparecer entre elas, talvez seja mais uma forma de legitimar o nosso discurso do que contribuir com a proposta da pesquisa. Fato é que o "estar lá", observado pelo autor, acarreta numa multiplicidade de pontos de vista acerca deste método e até hoje padece de críticas,

promovendo certo incômodo na antropologia, principalmente pela aparente necessidade de se construir uma “identidade autoral”, na tentativa de certa legitimação, especialmente ao se desenvolver essa “questão de assinatura” (GEERTZ, 1988, p. 20).

Destarte, saliento que a etnografia continua sendo bastante importante e utilizada. Além disto, ao refletir sobre as experiências de campo, os relatos registrados e os dados obtidos percebi que o antropólogo antes de qualquer coisa deve ter a “compreensão das narrativas”, visto que estas são perspectivas e podem variar de acordo com os interlocutores, reconhecendo assim o seu risco interpretativo e a dificuldade de alcançar um objetivo final, especialmente por reconhecer que os interlocutores também são seletivos, não transmitem as informações em sua totalidade.

Ademais, além da possível prática da observação participante (como estratégia de aproximação), agregou a este mecanismo as pesquisas qualitativas como ferramenta imprescindível de captação dos relatos, pois as oralidades dos antigos moradores (agora interlocutores) são pilares do presente estudo e elementares para a compreensão analítica e teórica, desenvolvida nesta pesquisa etnográfica. Toda a riqueza das histórias e lembranças vividas por eles puderam agora ser salvaguardadas por intermédio de entrevistas desenvolvidas em formato de vídeo e gravação de voz, que serão transcritas neste trabalho.

Durante as imersões ao campo pesquisado, realizei 23 entrevistas com ex-moradores do antigo povoado Cabeço, onde foi registrado ao todo aproximadamente 500 minutos de vídeos gravados, que foram indispensáveis para a compreensão da dinâmica dos fatos e conseqüentemente para o desenvolvimento deste trabalho. Pois, concordamos com as práticas bem-sucedidas de elaborar entrevistas, inicialmente realizadas pelo sociólogo Paul Thompson, pesquisador que mais tarde ficou reconhecido mundialmente como um dos pioneiros a utilizar o mecanismo da *História Oral* como metodologia de pesquisa.

Destarte, este se tornou autoridade neste estilo de trabalho, aplicando as entrevistas como uma ferramenta poderosa para o registro das oralidades, principalmente através de entrevistas compostas de perguntas estruturadas e semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas), modelo de captação de

informações bastante útil. Entende-se que perguntas estruturadas são perguntas com roteiro pré-estabelecidos e que são realizadas as mesmas perguntas para todos entrevistados, enquanto as perguntas semiestruturadas são perguntas guias, mas que buscam a intenção da entrevista assemelhar-se a uma conversa.

Diante disto, a captação das oralidades feitas em entrevistas com os antigos moradores do Cabeço tornou-se necessária, pois através destas podemos analisar as múltiplas narrativas deles e ainda salvaguardar estas oralidades captadas para futuras pesquisas acerca do tema. Destaco a idade já avançada da grande maioria dos entrevistados como um empecilho para futuras captações de oralidades, pois na sua grande maioria são idosos, sendo que a entrevistada com menor idade possuía 44 anos, enquanto a mais idosa interlocutora tinha aproximadamente 100 anos e apenas 4 entrevistados possuíam idade inferior a 50 anos, à época das entrevistas (dezembro de 2020).

O pesquisador acima citado retrata:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992:17).

De fato, utilizar das oralidades apresenta-se como uma excelente alternativa para a captação de múltiplas perspectivas, sobretudo quando o estudo é voltado para informações acerca de uma comunidade que perdeu seu espaço físico e que os relatos pessoais se fundem com o sentimento coletivo de toda a comunidade atingida.

Partindo desta afirmativa, o mesmo autor que foi citado anteriormente complementa:

A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1978, p. 25).

A partir da ideia de desenvolver os dois elementos já citados: *observação participante* (como técnica de aproximação) e a *captação de oralidades*, ambas como procedimentos basilares para a execução deste ensaio etnográfico, enfatiza-se que o perfil do público entrevistado foi definido antecipadamente, pois já obtinha

conhecimento que o povoamento que era localizado na antiga ilha do Cabeço consistia em aproximadamente 140 residências, e entrevistar todos os ex-moradores (cerca de 400 pessoas) era um feito improvável de acontecer, diante do tempo disponível para a realização de uma pesquisa em meio à pandemia de 2020, mas também por acreditar não ser necessário para alcançar os objetivos do presente estudo.

Desta forma, primeiramente decidi que o entrevistado deveria ser ex-morador do antigo povoado Cabeço, ter morado a maior parte de sua vida na antiga comunidade insular, ter testemunhado o processo de inundação (consequentemente a mobilidade coletiva dos moradores do antigo povoado) e que atualmente fosse morador do Saramém, local onde foi desenvolvida cerca de 90% da pesquisa de campo e que a maioria dos moradores migrou após a saída da ilha.

Acrescento que, além do aparelho smartphone para fazer as filmagens, foi utilizado gravador de voz para auxiliar nas transcrições das entrevistas e diário de campo que foi usado a todo instante para descrever as ações sociais e estrutura física do espaço, com o intuito de agregar com a descrição densa, auxiliando nas oralidades e na análise dos dados obtidos em campo.

Durante as análises do progresso desta pesquisa no ano de 2019, tempo que, concomitantemente, foram realizadas investidas à comunidade pesquisada com o intuito de criar-se um vínculo (e que deu certo), consideramos que tivemos a “sorte grande” ao tomar conhecimento de um tio que morava no povoado Saramém. Este mesmo tio foi morador do antigo Cabeço quando era criança e que por fim tornou-se um dos principais facilitadores deste trabalho. Inclusive, acolhendo-nos em sua residência o tempo necessário para a realização da pesquisa de campo.

Destaco que, a pesquisa não seria desenvolvida de forma positiva, caso não tivesse feito investidas à comunidade do Saramém diversas vezes e se não conseguisse estabelecer determinado grau de confiança com alguns poucos moradores, o que sem dúvida facilitou o acesso aos antigos habitantes da antiga ilha do Cabeço.

Sendo assim, acrescentamos que a *Observação Participante* e a *Captação das Oralidades* não se opuseram para o desenvolvimento da presente *Etnografia*,

pelo contrário, destacamos que os métodos utilizados se completaram e facilitaram a presente produção textual.

Por conseguinte, finalizo este tópico esclarecendo que utilizamos especialmente as diretrizes do antropólogo Clifford Geertz, em seu livro *Obras e vidas: o antropólogo como autor* (1988), como referencial teórico do presente estudo etnográfico, somado aos estudos do doutor em Ciências Sociais Antônio Carlos Sant'Ana Diegues direcionados à Antropologia Marítima, em especial a sua obra *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário* (1998), por identificar determinada aplicabilidade dos conceitos da obra no contexto da comunidade pesquisada.

### **Das Primeiras Investidas ao Campo de Pesquisa**

Durante as primeiras visitas ao campo de pesquisa, fui à comunidade de moradores do povoado Saramém duas ou três vezes. O intuito era criar uma boa percepção espacial, conhecer antigos moradores que poderiam servir como interlocutores, tirar fotografias, fazer vídeos e ir ao local específico onde era localizado o antigo povoado Cabeço. Pequena experiência que se tornou uma missão, pois muitos pescadores não se arriscam em ir para o alto-mar e a maioria das embarcações do povoado são pequenas. Existe o risco iminente de virar, podendo provocar acidentes fatais, como foi dito anteriormente.

Aproveitei estas investidas ao Saramém e nos enveredamos em buscar possíveis informações em documentos de arquivos públicos da região, em dialogar com funcionários da secretaria de cultura e antigos professores do município de Brejo Grande acerca do antigo Cabeço, tudo isto com bastante dificuldade para ser desenvolvido por conta da pandemia. Mesmo diante destas empreitadas, não vimos grande avanço nas primeiras visitas ao campo, especialmente nesta linha de investigação. Tanto pela escassez documental, quanto pela ausência de um setor que salvasse a memória do antigo povoado.

Acredito que o maior progresso realmente foi com as relações interpessoais criadas com os antigos moradores, estes foram muito solícitos e sempre buscavam

indicar alguém que pudesse me guiar para a elucidação de questionamentos que naturalmente apareciam.

### **Da Primeira Visita ao Campo / Primeiros Interlocutores**

O primeiro contato com os moradores aconteceu em julho de 2018, quando tive a oportunidade de viajar até o povoado Saramém. Neste mesmo dia, conheci um antigo ex-morador do povoado Cabeço, o pescador “Bagre”<sup>8</sup>, por indicação de um cunhado meu, Pedro Marcelo, que já teve contato com ele outrora. Logo, desde o primeiro contato, este pescador mostrou-se bastante prestativo e por fim se tornou um dos principais interlocutores desta pesquisa. Ele fez questão de apresentar-nos à sua família, seus amigos mais próximos e de contar a “sua versão” de toda a história traumática (segundo ele) que aquela comunidade passou, mas ficou evidente que em seu imaginário parece não ter significância para o poder público.

Ainda pela manhã, ele tentou nos levar até o local da antiga ilha do Cabeço, mas devido à maré estar de enchente, nós tivemos que voltar da metade do caminho por conta do risco real do barco virar. A foz do rio São Francisco estava muito revolta e obviamente assusta quem nunca presenciou tanta fúria do mar. Investida frustrada de aproximação ao espaço submerso, o que chamou a atenção além da agitação do mar foi a presença do farol, mesmo sendo avistado de longe: inclinado e bastante solitário, porém resistente. Fazendo agora seu atual papel de demarcar o antigo local que já foi a morada de uma farta comunidade pesqueira. Não conseguimos aproximação.

---

<sup>8</sup> Nome que se dá um peixe que pode ser encontrado tanto na água doce ou salgada. Existem diversas espécies de bagre. Peixe facilmente encontrado na foz do rio São Francisco.



FIGURA 8 – Imagem da tentativa frustrada de aproximação à antiga ilha do Cabeço.  
Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada durante visita ao povoado Saramém, 2018.

A partir daí, o entusiasmo de investigar cada vez mais a história daquela comunidade só fez aumentar. Percebi desde cedo que estava enganado ao pensar que a antiga ilha tinha ficado no passado e aparentemente não fazia mais parte do cotidiano dos antigos moradores, na verdade, esta faz parte do imaginário da antiga comunidade, mostrando-se sempre presente, principalmente diante de algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores que jamais eram vistas no antigo povoado Cabeço.

Sem dúvida, o sentimento coletivo de boas lembranças sempre predomina o campo das ideias de seus antigos moradores, tudo que eles precisam é que alguém “acione o gatilho”. E este foi acionado diversas vezes durante o desenvolvimento deste trabalho.

### **Da Segunda Visita ao Campo de Pesquisa**

Durante o ano de 2019, tive a prudência de priorizar as aulas teóricas (presenciais) do curso de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Sergipe, com o objetivo principal de trazer maturidade à elaboração do projeto e buscar conhecimento teórico necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

No início de maio de 2020, retornei ao Novo Conjunto Habitacional Saramém (NCHS). Desta vez com mais discernimento antropológico, fiquei mais tempo na região e pude aumentar os laços de amizade e confiança que tinha iniciado na outra visita, ressaltando que entre a primeira e a segunda visita mantive contato principalmente por ligação telefônica e chamada de vídeo via whatsapp com alguns moradores.

Neste segundo momento, me hospedei na Pousada Raízes na cidade de Brejo Grande- Sergipe e tive que fazer o trajeto Brejo Grande – Povoado Saramém diversas vezes (aproximadamente 17 quilômetros de distância), ou seja, além de ter um custo elevado por conta das diárias de hospedagem, ainda tive um aumento de despesa por conta desse traslado, somado ao cansaço em transitar neste percurso no mínimo duas vezes por dia, em pistas de piçarra esburacadas e cobertas de lama (por conta da chuva). Entretanto, a pesquisa rendeu muito bem e surgiram novas possibilidades de direcionamentos da pesquisa.

Através da responsável pela pousada, a senhora Vanderlan, obtive indicações de alguns possíveis interlocutores, destaco que por intermédio da mesma tivemos acesso ao professor Nunes, sujeito conhecido da região que contribuiu com informações relevantes sobre o tema pesquisado, especialmente como se deu a mobilidade coletiva dos moradores da antiga ilha e o sentimento de territorialidade ficado para trás. Inclusive, foi o professor que primeiramente nos trouxe a afirmativa que a ilha do antigo Cabeço possui este nome por se assemelhar a uma cabeça ao ser observada de longe e que esta não fazia parte da ilha Arambipe, informação interessante que foi confirmada pelos antigos moradores durante a pesquisa de campo e pela análise dos antigos mapas da região. Desta forma, destacamos que alguns pesquisadores relataram em seus trabalhos erroneamente que o Cabeço pertencia à Ilha.

A partir de então, começaram as sucessivas indicações de interlocutores, pois cada um deles além de versar seu ponto de vista, sempre finalizava indicando outra pessoa que poderia contribuir com a pesquisa. Por conseguinte, ao perceber a inexistência de fontes históricas documentais relevantes nos órgãos públicos acerca do tema, e diante da idade avançada dos interlocutores, reafirmou-se a ideia de entrevistá-los e filmar estes momentos, a fim de captar estas oralidades e preservá-

las para futuras pesquisas. Durante este segundo contato direto, já nos damos conta que teríamos que fazer outras investidas ao campo com os recursos necessários de filmagem e fotografia, somando-se ao bloco de anotações, questionário elaborado com antecedência, dentre outros.

Foi na segunda investida que tive a oportunidade de visitar e conversar com um tio que é pescador chamado Paulo (ex-marido da minha tia) soube que ele era morador do Saramém somente depois da primeira visita ao campo. Na ocasião da visita à sua casa, tio Paulo nos convidou para ficar na sua residência o tempo que fosse necessário para a pesquisa, mas recusei, visto que esta situação não tinha sido programada e não queria correr o risco de sermos inconveniente. De qualquer forma, já o informamos que iria fazer outra visita em breve e já deixei combinado que possivelmente eu iria ficar instalado em sua residência durante a pesquisa. Informação importante foi saber que tio Paulo nasceu na ilha do Cabeço, saiu de lá para morar em Aracaju quando criança, deixando seus pais ainda morando na antiga ilha, somente os visitava esporadicamente, retornando à comunidade para fazer nova morada quando os seus pais já estavam instalados no Saramém.

Desta forma, tio Paulo tornou-se um interlocutor em potencial e as informações advindas dele certamente contribuíram para me direcionar durante esta imersão ao campo pesquisado, pois apesar de não ter participado do processo de mobilidade coletiva junto aos moradores, tio Paulo narra algumas particularidades que ocorreu com estes, visto que seus pais vivenciaram e também pelo contato diário que ele mantém com os habitantes do novo conjunto habitacional Saramém.

Outro morador do Saramém, que conheci neste segundo momento, foi o pescador chamado “Zé Véio”, ex-morador do Cabeço e também muito solícito. Inclusive, se dispôs juntamente com tio Paulo a nos levar a uma pescaria próximo à foz do rio São Francisco, momento importante onde pude participar da pesca artesanal promovida pelos pescadores que habitaram a antiga Ilha do Cabeço. Saliento que, apesar do grande comprimento da rede de pesca utilizada, não conseguimos pegar nenhum tipo de pescado, parecia improvável isto acontecer, mas depois fui alertado que a região “não dá mais peixe como antes”. Tudo registrado em filmagens e fotografias.



FIGURA 9 – Imagem com o amigo Rafael (historiador) à esquerda, Zé Véio no centro, tio Paulo ao fundo conduzindo a embarcação e eu, ao lado direito, de azul e boné, durante pescaria na foz do rio São Francisco. Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada durante visita ao povoado Saramém, 2020.

Mesmo insistindo para irmos até o local onde ficava situada a antiga ilha do Cabeço que hoje está submersa, tio Paulo e Zé Véio não nos levaram pelo mesmo motivo da outra vez quando viajamos ao Saramém em 2018: o risco iminente de virar a embarcação. Somente depois comecei a perceber que muitos pescadores não se arriscam em ir até o alto-mar, mesmo com a experiência de uma vida inteira pescando nestas águas. Muitos evitam subestimar o “Velho Chico”, como é carinhosamente conhecido o rio São Francisco, justamente por saberem do histórico de acidentes fatais.

O fato é que vários pescadores já testemunharam eventos traumáticos nas águas da foz do rio São Francisco, causando certo receio para muitos em avançar até o alto-mar, alguns alegam que o mar vem mudando nos últimos anos ficando mais perigoso e com menos peixes, enquanto outros dizem não faz mais sentido em arriscar-se até a antiga região que costumavam pescar, após a saída da comunidade do Cabeço, preferem evitar a nostalgia provocada pela aproximação do

antigo local que moraram por muitos anos. Muitos jamais retornaram àquela região desde a saída do povoado da antiga ilha.

### **“A Lua Grande”**

Mais tarde, naquele mesmo dia, me reuni com os pescadores que são os principais interlocutores desta pesquisa: tio Paulo, Zé Véio e o Bagre, juntamente com o amigo historiador Rafael Lopes que acompanhou-me durante estas expedições. Tinha ideia de ouvir informalmente as histórias locais, tomar conhecimento de curiosidades regionais, fazer anotações no diário de campo e, principalmente, compreender como seria possível chegar até o local exato onde se encontrava a Ilha do Cabeço, identificada facilmente pelo farol.

Na ocasião, tive o conhecimento que o momento mais apropriado e conseqüentemente mais sensato seria durante o plenilúnio<sup>9</sup>. Mas, o curioso é que entre os pescadores este fenômeno é chamado de “Lua Grande”, ou seja, recebe esta denominação durante apenas o fenômeno de lua cheia. Independente das tábuas de marés que ocorrem diariamente, o fenômeno lunar influenciaria ainda mais nossa investida à antiga ilha do Cabeço. Simples: com a “força da lua grande” a maré fica alta além do normal, o interessante que a maré mais alta que o normal supostamente dificultaria ainda mais uma possível aproximação do farol. A compreensão da oportunidade vem justamente no oposto: se a maré sobe além do normal, seu recuo também vai além do normal e este é o momento mais oportuno de nos aproximarmos.

Fiquei muito entusiasmado ao descobrir que através do conhecimento tradicional de pescadores artesanais seria possível chegar até onde desejava ao mesmo tempo que sabia que não estava em época de lua cheia e que se realmente quisesse a aproximação do antigo local da ilha, teria que me programar para voltar ao Saramém em semana da lua cheia.

Além de adquirir conhecimentos importantes, que contribuiriam para o direcionamento da pesquisa, durante o restante do tempo que estive de passagem ainda tive a oportunidade de conversar com dona Luzia e seu esposo, mãe e pai de Zé Véio, ambos falaram do cotidiano da vida no Cabeço e ressaltaram que se pudessem ainda estariam por lá, mas que infelizmente foram obrigados a se retirar

---

<sup>9</sup> Lua cheia.

devido à invasão da água em sua casa. Segundo o esposo de dona Luzia “a vida no Cabeço era dez mil vezes melhor”. Falamos à dona Luzia que em outro momento voltaríamos e que se ela concordasse filmaríamos para registrar o testemunho. Ela concordou de imediato. Conversamos mais um pouco e me despedi em seguida.

Neste mesmo dia fui ao encontro da senhora mais antiga do povoado Saramém, sendo indicada por muitos como “a mais velha do Cabeço”. Conversa muito boa com uma senhora que possui aproximadamente 100 anos (a própria não consegue falar com precisão, além de acreditar que foi registrada muito depois do seu nascimento), mas que se encontra completamente lúcida. Dona Maura, assim como dona Luzia, falou muito sobre a vida no Cabeço e mostrou-se solícita para uma eventual filmagem com o intuito de colaborar com a pesquisa.

Desta forma, finalizei a segunda etapa da visita de campo, entretanto, sabendo que voltaria para um terceiro encontro (não último), mas com a consciência que deveria me preparar para as entrevistas que seriam realizadas e que os arquivos públicos da cidade de Brejo Grande também serviriam como paradas obrigatórias para a continuidade e complemento da pesquisa de campo.

A partir de então, me organizei para uma terceira visita de campo ao povoado mencionado, desta vez orientado pelos três interlocutores que já foram citados, nos programamos para chegar em semana de lua cheia, desta forma haveria uma possibilidade maior de conseguir uma aproximação do espaço físico da antiga ilha do Cabeço, hoje submersa, fazer o registro fotográfico da região e especialmente do farol, que encontra-se com água à sua meia altura, na solidão no meio do mar.



FIGURA 10 – Fotografia retirada durante conversa informal com dona Luzia (ex- moradora da Ilha do Cabeço e mãe do interlocutor “Zé Véio”).  
Fonte: TELES, F. L. Povoado Saramém, maio de 2020.

Destaco que, o principal motivo de realizar esta terceira visita ao campo de pesquisa era o de entrevistar os antigos moradores. Desta forma, fomos ao Povoado Saramém pela terceira vez já com as perguntas prontas, estas por sua vez, foram formuladas com base no conhecimento teórico, adaptadas para atingirem o objetivo desta pesquisa e lapidadas no próprio campo pesquisado, ou seja, foi previsto que as respostas fossem realizadas sem muita dificuldade, pois o questionário foi elaborado para captar experiências vividas pelos próprios entrevistados.

Sendo assim, consegui entrevistar vinte e três antigos moradores da antiga ilha do Cabeço e acredito que esta ação fez-nos aproximar ainda mais da comunidade, caminhando a pé ou de carro por mais de uma semana recebi o acolhimento de todos que tivemos contato, sempre muito bem recebido por estes moradores. Com certeza, esta terceira investida foi a que mais tivemos contribuição para a pesquisa, visto que o objetivo principal deste trabalho é o de compreender as percepções através das narrativas (oralidades) dos antigos moradores da Ilha do Cabeço.

### **Da Terceira Visita ao Campo de Pesquisa**

Na primeira semana do mês de Dezembro de 2020, percorri os aproximados 120 quilômetros de percurso de Aracaju até o povoado Saramém em Brejo Grande-Sergipe (via Rodovia SE-100) para realizar a terceira expedição ao campo de pesquisa. Tivemos certa animação diante da possibilidade de chegar ao lugar exato onde se encontrava a antiga ilha do Cabeço, pois era semana de lua cheia. Desta vez, não ficamos hospedado na cidade de Brejo Grande e sim na casa de tio Paulo, o que me fez economizar bastante e deu o suporte para ficar durante o tempo necessário da pesquisa realizada. Neste mesmo dia que chegamos, já deixamos acertado com Zé Véio nossa investida do dia seguinte à foz do rio São Francisco, rumo ao antigo Cabeço.

Na manhã do dia seguinte, já me organizei para visitar o Cabeço e o farol, porém o pneu do carro estava furado e isso atrasou um pouco nossa saída até o porto. Assim que resolvemos este contratempo fomos até o porto, chegando por lá aproximadamente às nove horas.

Tentamos zarpar de imediato, mas o motor do barco começou a apresentar defeito e só conseguimos seguir viagem com a ajuda de outro pescador que

emprestou o seu motor de rabeta, modelo comum utilizado pelos pescadores da região, vale salientar que na época em que moravam no Cabeço os pescadores utilizavam vela de pano para conduzir a embarcação, mudança significativa para o cotidiano dos pescadores. Mas, isto ainda será discutido em outro momento neste mesmo trabalho.

De fato, a maré mais baixa que o normal em tempo de “lua grande” facilitou a aproximação do local, tão bem sinalizado pelo antigo farol. Conseguimos finalmente chegar até ele sem grandes sustos, isso após duas tentativas frustradas.

Ao chegarmos próximo ao farol fomos recompensados com uma imagem maravilhosa, que jamais sairá da memória: o farol no meio do mar tem o poder de deixar qualquer visitante extasiado, demos em média seis voltas em torno dele e tudo se passava como um filme, em câmera lenta. Não tentamos entrar na torre por causa da força da água que dificulta muito o acesso, inclusive devido ao risco da embarcação ser jogada contra o farol, que está impregnado de ostras ou até mesmo de virar a embarcação. Zé Véio também nos alertou para a presença de tubarões que frequentemente são vistos no local, tudo isto contribuiu para descartarmos a tentativa de entrar neste ícone.

Destaco a presença de bandeiras de sinalização próximas ao farol, por um instante pensei que fosse para sinalizá-lo, mas Zé Véio alertou serem bandeiras que sinalizavam redes de pesca, informação confirmada posteriormente, em conversa informal com o faroleiro da Capitania dos Portos de Sergipe.

Este trabalho terá um capítulo exclusivo para o farol, nele irei abordar sua história, a contribuição para a comunidade do Cabeço e as impressões dos moradores acerca deste, por intermédio das oralidades.

Constatamos de forma empírica a relevância do conhecimento tradicional para as comunidades e visitantes, sem o conhecimento necessário adquirido pelos pescadores artesanais dificilmente conseguiríamos obter a aproximação do local que almejamos.

Fazer a visitação no antigo local do povoado Cabeço acompanhado de um pescador que morou e vivenciou todo o processo de mobilidade coletiva dos moradores, ouvindo-o e questionando-o constantemente para sanar as dúvidas que surgiam, fez daquele momento uma ocasião especial, não estamos afirmando que

passamos por um rito de passagem<sup>10</sup>, mas a partir de então pareceu ficar mais fácil avançar na pesquisa e indagar os moradores, principalmente por saber que durante as entrevistas que seriam realizadas a seguir, a atual situação do espaço físico seria comentada. Tiramos o restante do dia para celebrar nossa conquista e estreitarmos os laços com a comunidade, além de me preparar para o início da tarefa que começaria no dia seguinte: as entrevistas.

Aproveitando o cenário paradisíaco, o fenômeno da “Lua Grande” e a empolgação de ter conseguido chegar até o farol, ainda insistimos para fazermos outra investida no período da noite, com a intenção de fazer registros fotográficos e filmagens da região com outra perspectiva, mas os anfitriões não acharam seguro e não aceitaram tal empreitada sugerida.

Até o fim desta terceira visita, como já havia mencionado, consegui entrevistar uma quantidade significativa de ex-moradores do antigo Cabeço. Entrevistas que foram filmadas e que terão alguns trechos transcritos em sua íntegra neste trabalho, porém, para facilitar a dinâmica contextual e a compreensão destas, as mesmas foram inclusas no texto de acordo com o tema abordado.

Como foi dito anteriormente, a entrevista foi composta por perguntas estruturadas e semiestruturadas, fazendo com que tivéssemos um padrão de perguntas, mas sem deixar que as respostas fossem limitadas. O intuito foi de acionar a memória dos entrevistados e deixar que estes falassem o que acreditavam serem informações relevantes.

Certamente, esta terceira viagem à comunidade foi a que mais obtive contato com os moradores, marcada pela conquista triunfante de ir visitar o local após outras tentativas frustradas e especialmente por conseguir entrevistar um número significativo de ex-moradores, fazendo com que o presente estudo tenha adquirido novos conteúdos relevantes a partir desta empreitada.

Saliento que durante as entrevistas a relação de confiança com os moradores aumentou consideravelmente e marcou a minha presença na comunidade, pois ao adentrar em suas casas e ficar por um bom tempo rememorando um acontecimento marcante na vida dos entrevistados, obtive um resultado positivo, acredito que o momento de certa forma foi até íntimo, auxiliando bastante na relação pesquisador-

---

<sup>10</sup> São momentos, na maioria das vezes celebrações, que marcam mudanças de posição de um indivíduo no seio de determinadas comunidades. Os ritos de passagem podem possuir caráter religioso, místico ou até mesmo profissional (representado até em assinatura de documento), contendo especialmente significado simbólico e/ou formal.

interlocutor. Naquele momento eles queriam apenas contar as narrativas de suas vivências e eu me apresentei como um bom ouvinte.

A seguir, apresento o quadro com a lista de perguntas enumeradas que foi utilizada durante as entrevistas e o diagrama dos objetivos e resultados obtidos desde o início da pesquisa.

QUESTIONÁRIO
1. Nome
2. Idade
3. Local onde nasceu
4. Local onde mora atualmente
5. O que significa para você a antiga ilha antes da sua saída?
6. Acompanhou o processo de mobilidade?
7. Em qual momento você percebeu que não poderia mais permanecer no Cabeço? Algo o(a) assustou?
8. Vocês foram amparados imediatamente pelo poder público?
9. O que o Cabeço significa para você?
10. O que o farol significa para você?
11. Qual era a forma de sustento da sua família antes de sair da ilha? Algo mudou após a saída de sua família do Cabeço?
12. Uma memória que ficou para trás? Cite uma ou duas.
13. Apesar de tudo, considera a vida hoje melhor que a vida na antiga ilha?
14. Já apareceram alguns pesquisadores outras vezes em busca de informações sobre o antigo Cabeço? Estes mesmos pesquisadores trouxeram algum resultado obtido destas pesquisas? Alguma informação ou retorno?

[4]

Data	Objetivos	Resultados obtidos
Março / 2018	- Primeiras pesquisas na internet.	- “Descoberta” da existência do Farol do Cabeço.
Junho / 2018	- Viagem ao Saramém. - Reconhecimento espacial da área (povoado Saramém). - Obtenção dos primeiros contatos com os moradores. - Aproximação do farol.	- Obtenção das primeiras impressões da região. - Conheceu “Bagre” – primeiro interlocutor. - Não conseguiu aproximação do farol.
Agosto/ 2018	- Pesquisa em arquivos públicos de Sergipe - Visita ao SEPAC (setor responsável pelo registro de tombamentos pelo estado (na época). - Visita ao IPHAN.	- Não encontrou nenhum material relevante à pesquisa. - Sem registro sobre o farol. -Conhecimento do artigo sobre o Primeiro Sítio Arqueológico Subaquático de Sergipe. - Requerimento de tombamento do Farol são Francisco do norte.
2018 a 2019	- Levantamento bibliográfico. - Manutenção de contato com o interlocutor “Bagre”.	- Definição dos objetivos da pesquisa. - Leitura de monografias relacionadas ao tema. - Período de “maturação” da pesquisa. - Informações atuais do povoado Saramém.
01 de maio / 2020  a  03 de Maio / 2020.	- Viagem ao Saramém. - Pesquisa de campo. - Ampliar a quantidade dos interlocutores. - Aproximação do farol. - Registros fotográficos. - Observação participante. - Primeiras entrevistas.	- Visita à casa de “tio Paulinho”. - Segunda tentativa frustrada de aproximação do farol, sem sucesso. - Imagens das primeiras residências do povoado, prédios públicos e espaços coletivos. - Pescaria artesanal com moradores. - Tecelagem de redes (manutenção). - Entrevistas informais que serviram como base.

Junho / 2020	- Visita ao IBGE.	- Não encontrou nenhum material relevante à pesquisa.
01 de Dezembro / 2020 A 06 de Dezembro / 2020	- Realização das entrevistas. - Aproximação da antiga região do Povoado Cabeço. - Visita ao Arquivo Público e Secretaria de Cultura de Brejo Grande- Se. - Registro das edificações do Povoado Saramém.	- Realização de 23 entrevistas (gravação de áudio e vídeo). - Aproximação do Farol do Cabeço (registro atual). - Sem informações adicionais. - Registro da atual infraestrutura do Saramém.
09, 28 e 30 de Dezembro / 2020	- Visita ao arquivo da Capitania dos Portos de Sergipe (Investigação Documental)	- Obtenção de informações relevantes acerca do Povoado Cabeço e do Farol São Francisco do Norte. - Obtenção de registros de relatórios, fotografias, recortes de jornais, etc.
2021	-Análise dos dados obtidos. - Investigação documental. - Levantamento bibliográfico. -Produção textual.	-Presente produção textual de cunho antropológico.

## **Análise dos Resultados**

A análise dos dados obtidos em campo foi desenvolvida com base especialmente nas entrevistas realizadas com os ex-moradores da antiga ilha, leitura de produções literárias acerca do tema e na busca de documentações em setores públicos. Obviamente, houve preparação antecipada muito antes do trabalho de campo ser executado.

Após a aquisição de conhecimento prévio do tema, escolha do objeto de estudo, preparação para a pesquisa de campo aparelhado de diário de campo para anotações e câmera digital (celular), foi elaborado um questionário (detalhado anteriormente) com catorze perguntas escolhidas, com o intuito principal não só de captar e analisar as oralidades dos entrevistados, mas o de amearhar os relatos dos ex-moradores da antiga Ilha do Cabeço salvaguardando esta memória repleta de significados e valores para a antiga comunidade. Ressaltamos que outros estudos foram realizados com a comunidade por outros pesquisadores, mas nenhum deles com o objetivo principal de transcrever o sentimento coletivo dos ex-moradores, nem o de registrar especialmente a perspectiva destes remanescentes no que tange ao fenômeno de mobilidade compulsória do agrupamento.

Com a compreensão que a Etnografia está ligada especialmente à descrição, identificação das características, coleta de dados provenientes do trabalho de campo e análise, as entrevistas mostraram-se satisfatórias para o desenvolvimento do presente estudo. Enfatiza-se, que foram analisadas minuciosamente o quantitativo de 8 horas e 30 minutos de gravações de vídeos com os interlocutores, sendo que estas foram desenvolvidas sem pressa para obtermos um resultado adequado, obtendo em média pouco mais de 21 minutos de gravações por interlocutor. Além do mais, outras entrevistas foram realizadas informalmente, onde não fizemos o registro, todavia auxiliou na compreensão do contexto e na elaboração das perguntas que foram estabelecidas no questionário.

As perguntas elaboradas tiveram um direcionamento inicial de identificação básica dos entrevistados, visto que estes foram selecionados sob um requisito de serem atualmente moradores do Saramém, ter morado a maior parte de suas vidas na antiga ilha e ter testemunhado a mudança de todo o povoado da Ilha do Cabeço para o Novo Conjunto Habitacional Saramém (NCHS), como foi dito anteriormente,

excetuando-se o interlocutor “tio Paulinho”, pois o grau de parentesco nos permitiu a estadia durante o tempo necessário em sua residência o que facilitou toda a dinâmica do desenvolvimento da pesquisa. Destarte, o contato com ele foi maior do que muitos entrevistados e consideramos ser justo entrevistar o nosso anfitrião do Saramém, mesmo sabendo que o mesmo mudou-se da antiga ilha ainda criança, visitando-a algumas vezes e só voltando a morar na comunidade quando estes já estavam instalados no Saramém.

As análises dos resultados obtidos no campo de pesquisa deram-se após as investidas à comunidade, ou seja, somente quando retornávamos à minha residência que juntávamos o material colhido, analisava-o e refletia acerca dos acontecimentos. Somente depois disto começava a produção da escrita deste trabalho, gradualmente.

Ao analisar os dados obtidos em campo, identifiquei que quatro perguntas do questionário já indicava o principal sentido das entrevistas, pois, como foi supramencionado, utilizei perguntas estruturadas (pergunta 1, 2, 3, 4 e 14), que possuem uma resposta direta e sem desenvolvimento, enquanto as nove demais foram perguntas semiestruturadas, com o objetivo de captar um “feedback” do entrevistado. Desta forma, ao analisa-las, percebi que as quatro perguntas realizadas (5, 7, 10 e 13) servem como parâmetro para as transcrições e compreensão da grande maioria dos entrevistados, pois, ao responderem estas perguntas, os entrevistados quase sempre mergulharam em um mar de lembrança, revelando detalhes de todo o processo, indo muito além do sentido inicial da pergunta efetuada.

Assim, como o presente trabalho tem a atenção principal voltada para os seus interlocutores entrevistados, decidimos escolher algumas oralidades captadas e transcrevê-las em sua plenitude, pois acreditamos ser justo ao interlocutor e também à própria pesquisa em virtude do modelo adotado, escolher ao menos uma única resposta de cada interlocutor e apresentá-la na íntegra, juntamente com a fotografia do entrevistado no exato momento da captação destas oralidades, separando-as em blocos temáticos ao decorrer dos capítulos deste trabalho, com o objetivo de facilitar a dinâmica de leitura e a compreensão do leitor.

Destaco que, devido ao momento que passamos (pandemia proveniente do Corona Vírus - Covid-19), aumentou a dificuldade do desenvolvimento da pesquisa não somente para a produção das entrevistas, visto que tivemos que manter todas

as medidas sanitárias necessárias<sup>11</sup>, tais como: distanciamento mínimo das pessoas da comunidade (evitando aglomerações), cuidados básicos de higiene e a utilização de máscara e álcool em gel, com o propósito de não colocar a comunidade estudada em risco, mas também obtive dificuldade em setores públicos, não conseguindo acesso a possíveis documentos existentes, acerca dos impactos causados à comunidade perante a inundação da antiga ilha (alegaram não existir tais documentações ou registros), excetuando o acesso aos arquivos cedidos pela Capitania dos Portos de Sergipe, principalmente voltados ao antigo Farol São Francisco do Norte.

Ressalto que, a Secretaria Municipal de Cultura de Brejo Grande em Sergipe não forneceu nenhum documento, alegando a inexistência destes, mas indicaram a professora Edileuza Soares que nos ajudou neste sentido, a Secretaria de Estado da Cultura e o próprio IBGE também não contribuiu com nenhum registro. Adquiri algumas imagens, incluindo mapas, através de publicações já realizadas pela CODEVASF e CHESF, e de ex-moradores da antiga Ilha do Cabeço.

Destarte, mesmo diante das dificuldades citadas, ao analisar os dados obtidos do trabalho de campo, somando-se à pesquisa documental e bibliográfica, acredito que o resultado foi promissor, especialmente pelos ricos relatos contidos nas entrevistas que atingem a proposta do objetivo desta presente pesquisa.

---

<sup>11</sup> Medidas adotadas como prevenção ao Covid-19.

## - CAPÍTULO I –

### I TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES INSULARES

#### 1.1 Contextualização e Elementos Conceituais

Primeiramente, é válido esclarecer que para a Antropologia o conceito de *Território* vai além da definição semântica apresentada no dicionário, ou seja, transpassa a ideia de delimitação territorial e aproxima-se do sentimento de identidade; pertencimento a determinado lugar (LITTLE, 2002). Concomitantemente, também é legítimo observar que para alguns pesquisadores o conceito de *Lugar* difere do conceito de *Espaço*, ambos os conceitos serão abordados neste capítulo.

A partir desta compreensão antropológica, deve-se salientar que paralelo ao entendimento de território surge outra definição: *Territorialidades*. Estas, por sua vez, são singularidades encontradas nas relações socioespaciais de determinadas comunidades que agregam valores que vão além do material. Sentimentos como pertença (apropriação simbólica), hábitos coletivos, simbolismos e a origem de um povo, são exemplos de territorialidades valoradas, identificadas entre os moradores que convivem em comunidade. Estes são elementos que constituem sua base principal pautada na memória, tradição e transmissão.

Ciente dos conceitos agora pré-apresentados, destacam-se neste trabalho as territorialidades desenvolvidas em ambientes insulares, pois sabemos que a comunidade pesquisada é originária de uma ilha, ou seja, seus habitantes eram ilhéus, e, desta forma, ressalto que as comunidades insulares têm aparentemente territorialidades específicas em virtude de outros fenômenos: a *Ilheidade* e a *Maritimidade*, temas abordados especialmente na Antropologia Marítima (DIEGUES, 1998).

Cabe observar que, mesmo que estes fenômenos geralmente sejam aplicados a povos insulares provenientes de ilhas oceânicas, pude constatar na comunidade pesquisada neste trabalho, que os conceitos apresentados têm aplicabilidade para o entendimento do contexto no qual estão inseridos, pois, além da própria delimitação física do espaço, alguns fatores contribuíam com o aumento

da sensação de isolamento no interior do seu território, como as regras impostas pela Capitania dos Portos de Sergipe, que regulava o crescimento habitacional no Cabeço e proibia que pessoas de fora da ilha pudessem construir novas moradias no espaço desta, como também a distância considerável da comunidade para o povoado mais próximo.

A *Ilheidade* não é identificada em todos ilhéus, pois alguns moradores nativos de ilhas não desenvolvem esse sentimento de pertencimento específico de quem habita nelas, inclusive alguns habitantes insulares (acreditando ser um estilo de vida limitado ou retrógrado) esperam apenas a oportunidade e vão morar em outros lugares no continente, não desenvolvendo esta territorialidade, outros só desenvolvem este sentimento após muito tempo de sua saída da ilha, sob a forte influência de nostalgia, enquanto outros carregam consigo este sentimento desde criança, pois sentem que o seu lugar é na comunidade insular e não conseguem sequer imaginar viver fora da ilha em que nasceram. Todavia, o termo não deve ser confundido com *Insularidade*, como veremos neste capítulo.

A *Maritimidade*, como o próprio nome já diz, tem relação direta com o mar, contudo este fenômeno também não é necessariamente encontrado em todos os habitantes de comunidades insulares, visto que mesmo morando em ilhas, algumas comunidades priorizam suas atividades para agricultura, pecuária ou comércio local, não criando um vínculo especial com o mar, ou seja, não desenvolvem o tradicional sentimento de maritimidade presente na grande maioria dos insulares, em especial entre os pescadores.

Tão importante quanto os conceitos acima citados, iremos compreender a definição de *Desterritorialização*, como se deve imaginar, o termo é aplicado ao sentimento da perda de territorialidade, conceito que é adequado para os ex-moradores do antigo povoado Cabeço, visto que foram obrigados a deixar suas casas, a deixar para trás o local que a comunidade esteve ocupando por mais de um século e meio, abandonaram os locais de pesca que eram preservados por gerações, tiveram que se adaptar e modificar a forma de trabalho e convivência, etc. Como foi dito anteriormente, espaços como: igreja, cemitério, escola, comércios, dentre outros, sem opção de escolha, também foram deixados para trás, situação conhecida como o fenômeno de *Migração Compulsória*, na Antropologia, discute-se frequentemente o conceito de *Mobilidade Coletiva*.

A *Mobilidade Coletiva*, ou seja, a saída em massa dos moradores do povoado Cabeço para outra região (migração) ocorreu de forma diferente, pois os moradores não saíram por vontade própria, todos estes foram obrigados a fugir da ilha para salvarem suas próprias vidas (compulsoriamente), não tinham como permanecer no local, visto que o mar estava invadindo o povoado cada vez mais e destruindo tudo que encontrava pela sua frente, nada era um obstáculo que o impedisse de submergir toda a ilha.

E, por último, compreender o conceito de *Reterritorialização*, como o nome sugere: o processo de readaptação da comunidade em um novo espaço. A maioria dos moradores que se viram forçados a sair da antiga ilha depararam-se com uma nova realidade: menos fartura, menos fraternidade, dificuldade de conseguir desenvolver o trabalho repassado por gerações: a pesca artesanal (que sempre foi o principal sustento da maioria das famílias do povoado Cabeço), a adaptação de convivência com novos habitantes que eram “continentais”, ou seja, não tinham hábitos pesqueiros como os remanescentes do Cabeço e, obviamente, por serem pertencentes a outras comunidades tinham outros costumes, dentre outros fatores.

Em contrapartida, o acesso à energia elétrica facilitou a preservação dos alimentos (antes os pescados eram conservados com sal) e mudou a rotina de quem dependia de candeeiro e geradores (somente poucos possuíam este “luxo”), o acesso à escola que oferece até o ensino médio (na ilha somente era ofertado o ensino fundamental) ampliou as oportunidades principalmente para os mais jovens, o acesso a hospitais próximo à comunidade facilitou especialmente a vida dos mais idosos e/ou enfermos, a vantagem da aproximação com a rodovia que dá acesso à cidade de Brejo-Grande deixou-os com um maior contato com o poder público municipal e o comércio local (especialmente as feiras), a água encanada trouxe a melhoria da qualidade de vida e mais salubridade para a população, dentre outras mudanças que facilitaram o cotidiano da comunidade.

Todo este processo traumático provocado por uma efeméride causou impacto bastante forte para a comunidade: tanto negativo quanto positivo, sendo que até hoje divide opiniões entre aqueles que vivenciaram toda a celeuma do processo de mobilidade coletiva dos moradores da antiga ilha, e desde então testemunham os desdobramentos destes acontecimentos.

## 1.2 Território

Como foi dito anteriormente, o termo geralmente é empregado à área ou espaço com delimitações fronteiriças que são ligadas por uma relação de posse ou propriedade. Já para a Antropologia, a compreensão do conceito de Território está relacionada especialmente ao sentimento coletivo de pertencimento, não somente ao espaço físico, ou seja, é o domínio de ocupação sócio-simbólica de um espaço, criando-se a ideia de identidade da comunidade ou território identitário.

Segundo o sociólogo que tem vasta produção acerca de identidades:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2000, p. 106).

Ou seja, mesmo com a primeira impressão de que o isolamento geográfico destes povoamentos aparentemente fomenta o sentimento de comunhão entre os nativos, podemos dizer que o fator da delimitação territorial (espaço físico) não é o principal acionador das identidades criadas nas comunidades.

Todavia, a comunidade pesquisada em questão era insular e por ter uma delimitação espacial diferente dos continentais deve possuir outros elementos que influenciaram o processo de construção de sua identidade. Neste mesmo raciocínio, alguns pesquisadores atribuem às ilhas como lugar considerado perfeito para desenvolver os estudos das comunidades, especialmente pelo seu aparente isolamento físico, entretanto, como já foi dito, a espacialidade não deve ser considerada como fator principal do processo identitário.

Augé (1992) afirma que a escolha das ilhas para muitos dos trabalhos clássicos da Etnologia está relacionada à ideia do espaço insular como lugar por excelência, onde cultura, sociedade e espaço coincidem. Naquelas ilhas existiam contornos bem definidos que desenham uma fronteira clara entre a cultura local e a dos outros. Para os antropólogos culturalistas, seria ideal que cada etnia fosse uma ilha, eventualmente ligada às outras, mas ao mesmo tempo distinta de todas as outras e que cada ilhéu fosse o homólogo do seu vizinho. Nesse sentido, a ilha seria o lugar antropológico por excelência (DIEGUES, 1998, p. 16).

Ainda neste raciocínio, o mesmo sociólogo ainda acrescenta, sobre as identidades insulares:

Na realidade, a vida social na ilha não se define pelo fato de ela estar cercada de água por todos os lados, mas pelas práticas em que estão envolvidos os ilhéus na sua relação com o mar.

[...] Vários estudos, tanto na Europa quanto na Polinésia, têm mostrado a grande vinculação do ilhéu com seu território, marcado pela presença de fronteiras definidas, mas, sobretudo sociais (DIEGUES, 1998, p. 259).

De fato, o que caracteriza o território identitário são suas significações construídas ao longo do tempo de convívio no interior da comunidade (sentimento coletivo de pertencimento). As práticas coletivas partilhadas, o sentimento de comunhão e de fraternidade, os conhecimentos tradicionais repassados por gerações e a negação da influência externa são elementos que contribuem para o fortalecimento de uma identidade genuína de um povo.

Nas sociedades, grupos ou comunidades tradicionais de pescadores artesanais, o espaço vivido é afetivamente valorizado em razão de crenças e significados que conferem especificidades a cada parte do espaço. Dessa forma, os espaços vividos pelos pescadores são os lugares onde eles constroem seus territórios identitários. Essa relação identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo ao seu espaço de vivência (SOUZA; PEDON, 2007, p. 126-148, apud SILVA, 2014, p. 38).

Destarte, devemos analisar o espaço insular com equidade ao espaço continental, visto que são os fatores simbólicos que definem o território identitário. O autor completa:

Assim, o elemento básico da sociedade insular não é a presença física do mar, mas as práticas sociais e simbólicas desenvolvidas em relação ao mar, representado pelos ilhéus de várias maneiras: obstáculo, e também caminho para o contato com outras sociedades, espaço de trabalho e de representações simbólicas (DIEGUES, 1998, p.40).

Ainda sobre a discussão do conceito de *Território*, surgem definições para diferenciar a compreensão de *Espaço e Lugar*, mesmo que vez ou outra os significados se fundam. Segundo alguns autores, o que diferencia estes é a presença de pessoas (suas vivências e histórias), são principalmente esses elementos que fazem com que o simples espaço aumente o seu significado e passe a se tornar um lugar. Todavia, para que seja considerado um lugar precisa possuir determinado significado simbólico atribuído, ou seja, para pessoas desavisadas ou alheias às vivências de determinados lugares, estes podem ser considerados “apenas espaços”.

No entanto, para Tuan (1983), na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’ o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valores e significados. Nesse caso, quando se define uma relação de apropriação em dado lugar tem-se a construção de identidades, mais do que domínio dos espaços e dos recursos naturais e dos espaços físicos, por um determinado grupo ou coletividade (SILVA, 2014, p. 36).

Entretanto, para o antropólogo contemporâneo Marc Augé, não é apenas a presença de pessoas em determinados espaços que os “promovem” a lugares, pois, há espaços que comportam muitos transeuntes anônimos, mas que não devem ser considerados como “lugar”, considerando a noção antropológica de lugar, definindo-o como: simbolizado, identitário, relacional e histórico (1994, p. 52). O autor dá o nome a estes espaços de “não-lugares”, tema abordado em suas obras bastante debatido por outros antropólogos.

Assim, Augé completa que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (1994, p. 73). Ou seja, segundo o autor, se um lugar precisa ter estes símbolos citados, os “não-lugares” são espaços que não os possuem, como por exemplo, um aeroporto, quarto de hotel ou supermercado, estes locais transitórios estão inseridos no que ele chama de sobremodernidade. Para o autor (1994, p. 32), a modalidade essencial da sobremodernidade e, ao mesmo tempo, a sua grande produtora é o excesso, somente possível a partir da superabundância de três fatores que, para ele, são: o excesso de informação, de imagens e de individualismo. Fatores elencados pelo autor que não são necessários destrinchá-los, devido à relativa contribuição que ofereceria a este presente estudo.

Mesmo considerando-os como “não-lugares”, Augé identifica estes como reflexos da sobremodernidade e reconhece estes espaços como pertencentes à nossa contemporaneidade. De acordo com o autor:

Mas, na medida em que o não lugar é o negativo do lugar, torna-se de fato necessário admitir que o desenvolvimento dos espaços da circulação, da comunicação e do consumo é um traço empírico pertinente da nossa contemporaneidade, que esses espaços são menos simbólicos do que codificados, assegurando neles toda uma sinalética e todo um conjunto de mensagens específicas (através de monitores, de vozes sintéticas) na circulação dos transeuntes e dos passageiros (Augé, 2006, p. 115).

A partir da compreensão do que é considerado um Lugar, alguns autores, inclusive na antropologia, defendem outra particularidade que deve ser apresentada: o *Lugar de Memória*, como foi citado no início deste trabalho. Mas, a noção deste termo foi criada com perspectivas (temporais) específicas do francês Pierre Nora, todavia, é inegável que a Ilha do Cabeço desperta a memória coletiva dos antigos habitantes, independente da presença do farol, e isto se enquadra na ideia principal

do autor, pois para ele um lugar de memória tem uma caracterização sistemática de lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais (NORA, 1993: 21).

Para o autor, a história e a memória não são a mesma coisa, porém caminham paralelamente, pois "o que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca", sem esse desejo, os lugares de memória são lugares de história (NORA, 1993: 9).

O autor defende que é preciso existir valor simbólico para que o lugar seja considerado um *Lugar de Memória*, mesmo com circunstâncias diferentes, é preciso acessar a memória ou as lembranças de alguma forma, fazendo-os sempre coexistirem:

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993, p. 21-22).

O autor supramencionado, ainda aborda em sua perspectiva de pensamento acerca da memória, história e lugares:

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1981, p. 8-9).

### 1.3 Territorialidade

Sabendo-se que os valores simbólicos e culturais entrelaçam-se com o sentimento de pertencimento do lugar que consideramos um *Território* e a partir daí compreendemos o seu significado para a Antropologia, podemos dizer que a *Territorialidade* deriva-se do termo (ou vice-versa) e se define como as estruturas das relações sociais que encontramos na comunidade. Dito anteriormente, são particularidades presentes nas relações socioespaciais de determinadas comunidades que agregam valores que vão além do material, ou seja, compreendendo o significado de Território se compreende as territorialidades nas

comunidades, perpassando pela lógica de organização territorial, lugar e a paisagem do espaço.

A *Territorialidade* está ligada diretamente à ideia de território e pressupõe-se que surge especialmente pela relação “homem-homem-lugar” (termo criado por mim durante reflexão do tema), visto que são as vivências que também possuem influência do espaço vivido, e que criam as formas de convívio dentro das comunidades, estabelecendo suas próprias regras com o passar do tempo, formando seus sentimentos e hábitos coletivos, suas demonstrações simbólicas e culturais e, especialmente, desenvolvendo formas de trabalho, disponíveis dentro delas, criando-se estruturas no interior destas organizações sociais, que fazem parte do cotidiano das comunidades.

A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para, ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu “território” ou homeland. Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. (LITTLE, 2002, p.3)

Ou seja, as relações sociais diretamente ligadas às ocupações dos espaços podem ser consideradas como o caminho para compreender o conceito da territorialidade presente nas comunidades. Há um consenso entre os autores que as territorialidades surgem a partir das ações humanas em contato com a natureza (incluindo o sentimento de dominação e apropriação), pois suas particularidades (relações específicas) são influenciadas especialmente pelas condições estruturais físicas impostas pela natureza nestes espaços.

Na Ilha do Cabeço, por exemplo, observamos a ocupação tradicional de pescadores artesanais, que criaram suas próprias regras de uso dos espaços marítimos para a pesca (de forma oral), sendo que todos os envolvidos respeitavam estas regras e sabe-se que não encontramos facilmente estas estruturas em outras comunidades pesqueiras. A limitação fronteiriça do espaço de moradia (insular) permitiu que estes pescadores criassem suas leis de convívio dentro da comunidade para facilitar o cotidiano em seu interior.

Identificamos algumas particularidades nas relações do sistema de pesca artesanal da comunidade, desde o rodízio do uso do espaço, da divisão de trabalho

durante a pesca, na divisão dos pescados, etc. Inclusive, a não aceitação de novos moradores na antiga ilha, ao menos que seja aprovado pelo conselho instaurado por eles e com o consentimento da Capitania dos Portos.

Para melhor compreensão, o autor abaixo sugere uma definição:

Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (SAQUET, 2010, p.115).

Entretanto, deve-se salientar que há diferença entre a insularidade e isolamento, pois as ilhas mesmo afastadas do continente, não possuem regras de isolamento total, pelo contrário, existe contato com os continentais e um padrão rítmico de se relacionar com moradores de outras regiões.

Desta forma, identifica-se que as territorialidades existentes na antiga Ilha do Cabeço possuíam sua base na materialidade e imaterialidade, pois além dos utensílios de fabricação tradicional (próprios para a pesca artesanal), a forma de pescar e os locais de pesca passados por gerações dentro da comunidade, as relações sociais, o modo de viver em um espaço físico insular, dentre outros, são elementos que constituem as territorialidades da antiga comunidade.

Em outra abordagem, essas regras sociais são caracterizadas como territorialidade, ou seja, mecanismos desenvolvidos pelos pescadores para manter, defender e usufruir os espaços interessantes, que se desenvolvem através do tempo, passando de geração em geração, nos processos de socialização e de transmissão da tradição, como uma relevante dimensão da capacidade que os pescadores têm de conferir significados simbólicos aos espaços de uso comuns e de recursos naturais (MALDONADO, 1994, apud SILVA, 2014, p. 46).

Ainda na mesma página, o autor corrobora com o mesmo pensamento supracitado:

Em suma, Raffestin (2010) denomina a territorialidade como um conjunto de relações materiais e imateriais. Nesse sentido, com um olhar mais acurado, o território da pesca artesanal, em especial a região da foz do rio São Francisco, compreendido como espaço de uso comum e de recursos naturais, é também um lugar social e natural. Nele se desenvolvem as territorialidades materiais, com a presença de um bote ou uma rede, como também as territorialidades imateriais, pela presença de regras e leis orais, constituídas consuetudinamente (CORDELL, 2000, apud SILVA 2014, p. 46).

Há um consenso, entre os antropólogos, da importância de compreensão dos conceitos de *Território* e *Territorialidade* para a reflexão antropológica de comunidades tradicionais, visto que, na maioria dos casos, estes são os pilares do processo de formação da identidade de uma comunidade, ou seja, as relações

sociais estabelecidas entre os ocupantes do lugar, somadas às relações criadas com os elementos naturais oferecidas pelo ambiente. Pesquisadores, incluindo antropólogos, em relatório sobre uma comunidade tradicional de quilombo, apresenta:

Por conseguinte, *território* e *territorialidade* serão conceitos igualmente importantes para o entendimento antropológico dos processos sociais envolvendo as comunidades remanescentes de quilombos. Por *território* compreendemos “[...] o espaço simbólico de reprodução coletiva, permitindo a seus integrantes o estabelecimento de relações identitárias, moldadas pelo reestabelecimento e a recriação de laços com o lugar” (LEITE, 2012, p.357). O território é, portanto, produto da apropriação simbólica do lugar em que se vive coletivamente e que, provavelmente, foi também o lugar onde viveram os parentes (ECODIMENSÃO, 2014, p. 13).

As estruturas das relações sociais provocam sentimentos coletivos, que criam territorialidades relacionadas ao ambiente físico, neste caso específico de ambientes insulares, pode surgir o sentimento (territorialidade) de *Ilheidade*.

#### 1.4 Ilheidade e Insularidade

A *Ilheidade* (palavra de origem francesa) ainda é considerada um termo novo para a Antropologia e deve ser questionado por alguns pesquisadores, pois já foi evidenciado que os espaços físicos não devem ser um fator que tenha forte relevância das territorialidades, porém os especialistas em comunidades insulares abordam a *Ilheidade* como um elemento preponderante nestas comunidades (Diegues, 1998).

A *ilheidade* surge como representações coletivas do interior da comunidade. Para identificá-la, é preciso olhar para os símbolos que os moradores compartilham, incluindo suas territorialidades específicas já citadas, ou seja, aparentemente o conceito de *ilheidade* se funde com o de territorialidade, levando esta denominação especialmente para constar determinada característica.

Os conceitos de insularidade e ilheidade são definidos segundo propostas metodológicas de Moles (1982), Péron (1993), Coddacioni-Meisterheim, (1989). Conforme esses autores definem-se: - insularidade como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares que podem ser quantificados (distância do continente etc.);- ilheidade como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Ilheidade diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular (DIEGUES, 1998, p. 89).

Destarte, podemos destacar que o conceito de *Ilheidade* está relacionado às territorialidades (símbolos), enquanto a *Insularidade* está ligada ao espaço físico e a limitação territorial do espaço. Como afirma o mesmo autor:

Essa tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais, está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico-cultural, oriundas de sua insularidade. A esses processos, marcados pela presença de mitos, os geógrafos e antropólogos franceses dão o nome de “ilheidade” (ileité), distinta do conceito de insularidade que caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento geográfico e social. Numerosos autores (Perón, 1993; Bonnemaïson, 1991; Moles, 1982) destacam que as barreiras que separam os ilhéus dos continentais são mais de origem sócio-cultural que meramente geográficas. Esses fatores ligados à “ilheidade” são ainda pouco estudados, sobretudo no Brasil (DIEGUES, 1998, p. 3).

No povoado Saramém, onde reside atualmente a maioria dos ex-moradores da Ilha do Cabeço, é identificada através de suas oralidades uma forte presença da *ilheidade*, mas que vem desaparecendo gradualmente. Principalmente, pelo motivo de muitos não pescarem mais porque se aposentaram outros não querem se arriscar em alto-mar e preferem arranjar trabalhos em terra, alguns tiveram a oportunidade de estudar e mudaram-se para outras regiões em busca de um emprego melhor, enquanto outros se mantêm de benefícios governamentais, etc.

Todos estes elementos citados contribuem para o afastamento da comunidade de sua antiga estrutura de relações internas. Ressalto que, quase por unanimidade, citam que quando moravam na antiga ilha possuíam um sentimento de fraternidade que hoje não é possível identificar na comunidade e isto reflete diretamente no cotidiano da comunidade do povoado Saramém.

Assim, podemos identificar que o processo de mudança territorial dos moradores da Ilha do Cabeço para o povoado Saramém, teve como consequência a mudança da principal forma de sustento das famílias, mudança nos hábitos que eram encontrados nas relações internas de convívio dentro da comunidade, também surgiu uma nova perspectiva de mobilidade social e, os antigos costumes da antiga comunidade na ilha aparentemente ficaram no passado desta, ou seja, a *ilheidade* presente nos antigos hábitos dos moradores está naturalmente sumindo, visto que as novas gerações, após o processo de mobilidade coletiva, não tiveram a oportunidade de morar no ambiente insular. Cabe acrescentar que, “os insulares nativos têm imagem de seu território distinta da criada pelos insulares que não

nasceram na ilha, mas para aí migraram numa fase determinada de suas vidas” (Diegues, 1998, p. 7).

Mesmo que alguns pesquisadores rejeitem as análises com base em conceitos provenientes da insularidade, por acreditarem que o determinismo geográfico é um fator preponderante deste conceito, não podemos negar a influência deste na comunidade em questão, presente em quase todos os relatos dos antigos moradores da Ilha do Cabeço.

### 1.5 Maritimidade

A presença do mar é fundamental para o surgimento dos conceitos de *Ilheidade* e *Insularidade* citados anteriormente. Mas, não é unicamente a presença do mar que fez surgir os conceitos acerca deste, mas, novamente, as relações das comunidades com este elemento. A maneira dos moradores da comunidade insular de lidar com sua limitação geográfica, encarando a presença do mar como obstáculo ou um meio para a manutenção de suas relações internas e externas têm como consequência a presença ou ausência da *maritimidade*.

Como foi dito anteriormente, não é uma regra que todos os moradores de comunidades insulares desenvolvam estruturas sociais tendo o mar como principal elemento, inclusive a *maritimidade* é encontrada principalmente entre os pescadores. Estas estruturas presentes nas comunidades pesqueiras se tornaram os principais objetos de pesquisa da Antropologia Marítima.

A maritimidade não é um conceito referente diretamente ao mundo oceânico como entidade física, é uma produção social e simbólica que nem sempre existe em todas as sociedades insulares.

[...] A maritimidade aparece mais claramente em grupos humanos que vivem em ilhas oceânicas e desenvolvem técnicas de apropriação econômica e simbólica do mar (navegação, pesca, etc.) (DIEGUES, 1998, p. 40).

O conceito de *Maritimidade* surgiu especialmente devido ao desenvolvimento da relação singular dos habitantes de ilhas oceânicas com o mar. Assim como o conceito de *Ilheidade*, identificamos um termo proposto por alguns pesquisadores para diferenciar antropologicamente as territorialidades continentais das territorialidades insulares. Destaco que, a ilha fluviomarina do Cabeço não é oceânica, mas foram identificadas estas particularidades nos ex-moradores do

povoamento e acredito ser razoável pensar na eficácia destes dois conceitos quando aplicados neste contexto.

Desta forma, não devemos levar em consideração o determinismo geográfico, mas estas singularidades encontradas nestas comunidades que não são encontradas em comunidades continentais, pelo óbvio: são estruturas que são relacionadas à presença do mar e há relações sociais que surgem e são estabelecidas especialmente pela presença deste.

Cercadas pelo oceano, as ilhas não podem escapar dele, e em grande parte dos casos são habitadas por populações marcadas pela maritimidade. Essa relação com o mar não é, porém, algo dado, imutável, mas uma inter-relação construída historicamente. Nem todas as sociedades insulares, no entanto, desenvolveram práticas sociais e simbólicas que constituem a maritimidade. Algumas delas se constituíram historicamente de costas para o mar, ao passo que outras, inicialmente nessa condição, passaram, numa fase subsequente, a construir a sua maritimidade. Até recentemente, essas comunidades marítimas eram estudadas com a utilização de conceitos e metodologias aplicadas às sociedades agrícolas ou rurais (Diegues, 1993). A partir da década de 70 começou a se desenvolver uma área específica do conhecimento nas ciências humanas intitulada antropologia marítima ou sócio-antropologia marítima (DIEGUES, 1998, p. 43).

Sendo assim, de forma semelhante à *Ilheidade*, podemos identificar a ausência gradativa da *maritimidade* nos antigos moradores da Ilha do Cabeço, visto que antes moravam numa ilha e ter contato com o mar era algo que fazia parte do cotidiano de quase todos moradores, sendo que agora, ao se mudarem para o povoado Saramém, a comunidade fica distante cerca de quase um quilômetro do porto (aproximadamente 900m), que fica localizado às margens do rio São Francisco e ainda mais longe do mar. Do porto até a antiga Ilha do Cabeço são aproximadamente dois quilômetros e meio pelas águas, tornando-se inviável ter contato todos os dias com o mar, exceto para alguns pescadores.

## **1.6 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR)**

Como os próprios termos já sugerem, podemos identificar os seus significados desta forma, respectivamente: territorialização como sendo o processo de criação de símbolos locais, a formação das estruturas sociais presentes nas comunidades, ou seja, o processo de construção do sentimento de Territorialidades e Território citados neste capítulo; a desterritorialização é identificada como a perda destas práticas, podendo ser causada pela saída da comunidade do lugar que os pertence de forma voluntária ou compulsória, afastando-os das suas práticas sociais

internas construídas ao longo do tempo de convívio dentro da comunidade; e a reterritorialização é o reposicionamento destas territorialidades em um novo espaço, provocando mudanças no cotidiano da comunidade e com mudanças significativas no sentimento identitário entre os moradores, visto que a influência do espaço contribui muito para a formação das estruturas sociais desta.

Apesar de que o processo de desterritorialização pode ser interpretado de outra maneira, este não deve ser visto apenas como perda do território físico, pois além das perdas materiais o que chama a atenção são as perdas imateriais (simbólicas), pois muitos símbolos locais perdem seus significados provocando relevantes ressignificações, as relações de convívio na comunidade são alteradas e as perspectivas de futuro da comunidade quase sempre são modificadas.

Em relação aos antigos moradores da Ilha do Cabeço, o autor apresenta:

De fato, esta comunidade, que já havia consolidado seus territórios (identitário) naquela localidade, foi forçada a se desterritorializar e se reterritorializar, enquanto resistências de territorialização de fazer-se e refazer-se constantemente para continuar a existir, a reproduzir-se socialmente, pois a territorialização é a construção de práticas socioespaciais, por determinados grupos ou pessoas, a construção de um território identitário, de um lugar de vida entre outros. A desterritorialização pode significar saída ou perdas de identidades, de pertencimento que se tem a algum lugar ou perdas de territorialidades. A reterritorialização pode ser compreendida como a relocação, entrada em um novo lugar, aceitação ou negação de novas territorialidades (SILVA, 2014, p. 17).

O espaço geográfico-cultural tem relevância para a antiga comunidade do Cabeço e este sentimento é presente em quase todos os relatos de ex-moradores da região. De fato, mesmo depois de anos, muitos ainda não superaram os impactos causados em virtude da saída compulsória da antiga ilha, não somente diante da perda material, mas por conta da perda identitária da comunidade.

Nas sociedades agrícolas pré-industriais e nas sociedades "primitivas" de caçadores e coletores, o território não se define por um princípio de materialidade de apropriação, mas por um princípio cultural de identificação, ou, se preferirmos, de pertencimento. Este princípio explica a intensidade da relação ao território (HAESBAERT, 2009, p. 72).

Para muitos pesquisadores, havendo o processo de desterritorialização, conseqüentemente haverá por obrigação o processo de reterritorialização, com proporções diversas nas comunidades. Obviamente, o processo de reterritorialização só deverá acontecer mediante a perda da territorialização (des), ou seja, é um efeito em cadeia: para ocorrer a reterritorialização deverá ter acontecido a

desterritorialização e esta, por sua vez, ocorrerá se tiver ocorrido obrigatoriamente o processo de territorialização.

Salienta-se que o processo de reterritorialização da antiga comunidade da Ilha do Cabeço para o povoado Saramém (no continente), teve significativo impacto na comunidade, pois o mar era presente no cotidiano dos moradores por gerações e a ausência dele provocou toda uma ressignificação do convívio dentro da comunidade. Deixaram de ser insulares para serem continentais, a limitação geográfica espacial não existia mais e o contato com outros moradores de regiões diversas passou a fazer parte do novo cotidiano entre os moradores.

Sendo assim, a desterritorialização promoveria três consequências: a primeira, provocar um desenraizamento real e simbólico dos espaços, trazendo impactos materiais e imateriais; a segunda, a relocação em um novo espaço, que por si só representa profundas mudanças; e a terceira, a depender das condições objetivas e subjetivas de um grupo social para reproduzir-se, podem (re)surgir novas territorialidades de trabalho e no espaço vivido (PEREIRA; CARRIERI, 2005; HAESBAERT, 2009); e é isso que encontramos no processo de transferência do Cabeço para Saramém, o que não significa negar as contundentes transformações vividas pela comunidade (SILVA, 2014, p. 41).

Destarte, identificamos estes três processos citados na comunidade do povoado Saramém, sendo que cada morador possui uma visão particular. Todavia, identificamos discursos que são relatados de forma semelhante, pois a mobilidade coletiva compulsória provocou impacto e trauma nos moradores da antiga Ilha do Cabeço e se o sentimento de territorialidade é algo compartilhado por uma comunidade, identificamos além deste, pois o processo de desterritorialização, reterritorialização e seus desdobramentos é algo presente no imaginário coletivo da comunidade até os dias atuais.

## **2. Processo de Povoamento das Comunidades Ribeirinhas e Insulares**

Historicamente, sociedades se formam próximo a ambientes aquáticos principalmente pela necessidade vital do consumo de água (doce), sem dúvida, este é o principal motivo do surgimento de civilizações ribeirinhas, não menos importante, o consumo de animais oriundos da fauna aquática, em geral, soma-se a este como uma das principais causas destes povoamentos (ribeirinhos e insulares), ou seja, a presença de água e comida nestes espaços são os elementos que melhor justificam

a aparição de agrupamentos humanos que têm a intenção de explorar estes recursos para a sua sobrevivência.

Ao longo do rio São Francisco, identifica-se diversas comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, dentre outros) situadas em suas margens e em ilhas, sendo que a maior parte do surgimento destas povoações deu-se em virtude das possibilidades de sobrevivência que o rio oferece a estes habitantes.

Povos ribeirinhos ou ribeirinhas são aqueles que residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas e de subsistência.

A população tradicional que mora nas proximidades dos rios e sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado e do extrativismo é denominada de ribeirinha (INSTITUTO ECOBRASIL, 2017).

A antiga Ilha do Cabeço, segundo relatos dos seus ex-moradores, desde o início atraiu seus habitantes justamente por causa da pesca, todavia, quem regulava a quantidade de moradores era a Capitania dos Portos de Sergipe, por intermédio da fiscalização de um Conselho de moradores criado a pedido da própria Capitania. Fato comprovado durante pesquisa documental no arquivo da Marinha, onde também constatei que a instituição, além de desenvolver o censo dos habitantes regularmente, levava profissionais da saúde periodicamente até à ilha para atender as demandas médicas dos seus moradores, tudo apresentado em relatórios da ACISO (Ação Cívico Social) promovida pela organização.

No entanto, não devemos dizer que esta oferta da Capitania dos Portos de Sergipe era uma contrapartida por algum serviço prestado ou pela manutenção do farol, visto que a Marinha possuía uma casa nas proximidades do povoado que residia um militar da instituição, responsável pela manutenção e zelo da torre. Segundo Lima (2016), em sua dissertação de mestrado, referente ao tema abordado: “À Marinha cabia: (1) auxiliar no controle do crescimento de casas, (2) impedir a entrada de pessoas externas (sic) e (3) permitir ou não a construção de novos estabelecimentos”, acrescentaria ainda um quarto tópico: fazer a manutenção do farol.

Desta forma, destaco que além da própria limitação territorial do ambiente insular, a comunidade ainda convivia com a Marinha do Brasil como instituição reguladora de construção de novas habitações, reforçando ainda mais as delimitações que a comunidade do Cabeço já possuía.

Além disto, é correto acrescentar a diferenciação de perspectiva que motivou a aparição de comunidades ribeirinhas e insulares tradicionais das motivações contemporâneas que motivam comunidades modernas a ocuparem estes espaços, pois são elementos distintos que atraem os habitantes para tais regiões.

No mundo moderno, as ilhas invadiram os meios de comunicação sendo vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo. Turistas, fotógrafos, jornalistas, artistas e escritores, cada vez mais numerosos, respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terra no oceano, à procura de fragmentos de um paraíso que teria se mantido intacto frente aos avanços da História e da sociedade moderna. Na maioria das grandes agências de turismo, viagens às ilhas são também vendidas como mercadorias para o lazer de clientes especiais (entenda-se, de alta renda). As mais valorizadas são as ilhas oceânicas tropicais, como as do Caribe, as do Oceano Índico e da Polinésia (DIEGUES, 1998, p. 1).

Ou seja, identificamos que as comunidades insulares e ribeirinhas tradicionais tiveram um processo de formação voltado para a sobrevivência destas comunidades, enquanto que, atualmente, estes locais são vistos como exóticos, atraindo novos moradores pelas suas belezas naturais, potencial turístico ou como alternativa de isolamento dos grandes centros urbanos, provocando o interesse do público de maior poder aquisitivo. Sem dúvida, a ideia de habitar uma ilha passou por um processo de ressignificação nos últimos anos.

### **3. Processos de Territorialização e Desterritorialização ao longo do Rio São Francisco**

Como já foi dito, o processo de Desterritorialização está ligado ao processo de Territorialização, pois se trata das perdas de territorialidades das comunidades, no caso específico deste estudo, oriundas especialmente pela mudança das estruturas sociais presentes no antigo povoado Cabeço, visto que ao terem que mudar-se de local a comunidade passou por um processo intenso de mudança de suas práticas, conseqüentemente alterando os valores simbólicos construídos ao longo do tempo.

Para se compreender o processo de territorialização, devemos considerar os fatores históricos, a demarcação territorial do espaço físico e suas fronteiras, os espaços vividos, as relações presentes nas estruturas sociais da comunidade (especialmente do trabalho), as motivações e os processos de mudança e

adaptação que os pertencentes ao grupo passaram ao longo do período de construção das territorialidades.

Para Silva (2014, p. 55 e 56), o processo de territorialização do povoado Cabeço ocorreu de três maneiras distintas e complementares:

O primeiro está relacionado aos processos de desterritorialização e reterritorialização de nordestinos, que saíram do Sertão, de cidades dos estados de Alagoas e de Sergipe, devido à seca e ao desemprego, em busca de melhores condições de vida e sobrevivência. O segundo foi a partir das relações socioespaciais entre os desconhecidos com os moradores do povoado. Com o decorrer do tempo formaram-se laços de confiança, amizade, respeito, compadrio, namoro e até casamento. Esses eram alguns dos fatores que proporcionavam o acesso de pessoas externas ao povoado, como também facilitava que pessoas externas à ilha fossem aceitas no povoado como novos moradores. O terceiro processo de territorialização da ilha se deu a partir do crescimento da taxa de natalidade (número de nascidos). Como consequência, aumentou o número populacional do lugar. Após certo tempo, ao chegarem à idade entre sete e oito anos, os filhos de pescadores iniciavam o aprendizado do ofício da pesca com seus pais e/ou parentes. Mais tarde, ainda jovens, constituíam a própria família, logo, precisavam de outra casa para morar.

Conforme exposto, estes dois processos estão interligados entre si, pois o processo de desterritorialização demanda como consequência o processo de reterritorialização, como afirma o autor:

No movimento, simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

Entretanto, ao que tudo indica, o rio São Francisco tem tradição no que tange a construção de hidrelétricas e impactos causados em comunidades tradicionais ao longo do seu percurso, pois encontramos diversos povoamentos que foram atingidos de diferentes formas pelas mudanças que o rio vem provocando nas últimas décadas, principalmente por conta da construção de barragens, como por exemplo, os acontecimentos semelhantes das cidades de Canindé do São Francisco-SE e Petrolândia-PE. Possivelmente, diante das similaridades recorrentes desta questão, os ex-moradores do Cabeço atribuem à barragem de Xingó, como principal causador do rio “perder sua força” em sua desembocadura e, provocando um efeito reverso das águas marítimas ao adentrarem no rio São Francisco, fazendo não só que os

animais marinhos oriundos do rio desaparecessem por causa da intrusão salina, como também a própria ilha que eles moravam fosse completamente inundada.

A maior parte de nossas matrizes energéticas está concentrada nas bacias hidrográficas. Apesar de serem consideradas como fontes de energia limpa, ou seja, com baixos níveis de emissões de gases poluentes, os grandes empreendimentos nesse setor causam impactos e danos ambientais ao meio aquático e terrestre, à fauna e à flora da região onde estão sendo implantadas, como também provocam danos socioeconômicos às populações que vivem às margens dos rios (WWF- BRASIL, 2012, apud SILVA, 2014, p. 44).

O documentário produzido pelo Conselho Indigenista Missionário Nordeste (CIMI- NE), 2012, intitulado *O Elefante Branco: Resistência Indígena à Transposição do Rio São Francisco*, apresenta diversos casos de desterritorialização de povos tradicionais ao longo do rio São Francisco durante os últimos anos, ou seja, corrobora que o fenômeno de alteração das águas do rio São Francisco que ocorreu com a comunidade do Cabeço não foi um acontecimento isolado, pois os diversos casos existentes têm semelhanças e, como foi dito anteriormente, este é um dos motivos, além da vivência, dos ex-moradores acreditarem que o fato não foi proveniente de uma casualidade da natureza, inclusive algumas imagens deste documentário foram produzidas com moradores dos povoados: Brejão dos Negros, Saramém e Resina (povoados circunvizinhos), estes também pertencentes à cidade de Brejo Grande em Sergipe.

A partir da década de 60 a construção de 9 hidrelétricas ao longo do rio São Francisco causou o desaparecimento de muitas cidades e territórios e a remoção forçada de mais de 150.000 pessoas.

A história dos índios Tuxá é um exemplo representativo da violência ao patrimônio material e imaterial dos povos tradicionais exercida pelas grandes obras (CIMI- NE, 2012).

Alguns pesquisadores abordam em seus estudos as recorrências do fenômeno de mobilidade compulsória (coletiva) que atingem as comunidades tradicionais ao longo rio São Francisco:

Historicamente algumas dessas transformações atribuídas às construções de usinas hidrelétricas têm ocasionado nos trechos do rio São Francisco, durante o processo de construção e funcionamento, as chamadas migrações compulsórias, que são deslocamentos populacionais de caráter obrigatório, realizados a partir de desapropriação dos lugares de vidas de centenas de famílias (CARVALHO, 2006; FONTES, 2011; apud SILVA, 2014, p. 45).

#### 4. Impressões dos Antigos Moradores

Em relação ao quinto questionamento realizado na pesquisa: “O que significava para você a antiga ilha antes da sua saída?”, percebe-se quase unanimidade a memória da fartura e fraternidade. Praticamente em todos os relatos, estes dois elementos foram citados como principais memórias. Certamente, as recentes dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais afetaram diretamente no quantitativo dos pescados no interior da comunidade e modificaram suas relações sociais, visto que até então a pescaria era realizada de diversas formas, especialmente por se tratar de uma ilha fluviomarinha e o baixo custo (ou nenhum) de guiar embarcações movidas a pano.

A mudança da comunidade da Ilha do Cabeço para o Saramém provocou a necessidade de novas tecnologias, principalmente no que tange a principal atividade econômica da comunidade, a partir de então (após a saída da ilha), os barcos necessitaram possuir motor para sua locomoção. Salieta-se que pouquíssimos pescadores possuíam motor em seus barcos quando moravam no Cabeço, mais um exemplo de um conhecimento tradicional que ficou para trás: o manuseio do barco a pano.

O pescador Walberck dos Santos, 48 anos, conhecido na região como “Bagre”, e um dos principais interlocutores desta pesquisa, fez um lídimo relato biográfico do povoamento do Cabeço, abordou temas diversos que foram desde a pescaria, moradia, farol, comunhão entre os moradores, o cotidiano no seio da comunidade, o conselho de moradores, a associação de moradores, as relações das pessoas com a Capitania dos Portos, a invasão da água no meio da noite, o desespero dos habitantes diante da inundação de suas residências, os últimos dias no Cabeço, a falta de assistência do poder público, os primeiros dias no Saramém, até mesmo os naufrágios (existem ao menos 3 embarcações submergidas na região da foz do RSF, segundo os pescadores), ainda acrescentou as oralidades dos seus parentes mais idosos que, supostamente, testemunharam a presença de submarinos alemães na foz do RSF durante o período da Segunda Guerra Mundial, etc.

O “Bagre” auxiliou bastante nos direcionamentos das reflexões e indicações dos interlocutores desta pesquisa, sem contar com as inúmeras vezes que o consultei via smartphone (Whatsapp).

Dentre as principais lembranças, ele rememora a fartura presente na antiga comunidade, os pontos de pesca (conhecimento tradicional dos pescadores), os amigos que não moram mais na região e as atuais dificuldades de ir pescar no mar:

Rapaz era muito importante para mim, significava muita coisa, porque além de eu nascer e me criei lá, tinha muitos amigos, os amigos foram embora, os meus melhores amigos foram embora, sinto muita saudade até hoje... e aí a gente era muito apegado às pescarias que mudou até o ponto das pescarias, 'nós sabia até o pontos das pescaria', era mais fácil a gente lidar com a pescaria do que aqui (Povoado Saramém), porque aqui você... até pra você se deslocar daqui você vê a dificuldade, a metragem que tem, cronometragem que tem daqui pra lá (do povoado até o porto)... e você anda também mais outros quilômetros pra chegar no ponto de pescaria e lá (Ilha do Cabeço) não tinha isso.. você empurrou o barco já estava pescando.



FIGURA 11 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o pescador Walberck dos Santos, o “Bagre”.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Dona Maria Nilza Arcanjo dos Santos, 65 anos, nascida no povoado Cabeço e moradora da antiga ilha até o momento que a água invadiu sua residência, relata que preferia morar no Cabeço especialmente pela abundância de alimentos que a comunidade tinha quando eram insulares, mas faz questão de lembrar as dificuldades de locomoção na época que moravam na região:

[...] significava uma riqueza... porque tinha água de rio, mas tinha fartura. Graças a Deus o peixe era demais pra gente, por isso eu digo: era uma riqueza, era uma fartura, 'nós não passava' necessidade! Pra mim era melhor do que aqui, porque aqui é melhor, se entende: porque lá nós pra ir pra o médico tinha que pegar uma canoa a pano, nesse tempo não existia motores, era pano. Pra ganhar menino no Piaçabuçu (cidade de Alagoas), canoa pano. Não tinha motor.



FIGURA 12 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Maria Nilza Arcanjo dos Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O pescador Genalro dos Santos, 58 anos, nascido no antigo povoado Cabeço, é um dos poucos pescadores que ainda faz passeios com turistas até a foz (quando aparecem). Para ele, o significado da antiga ilha também estava em torno da grande quantidade de pescados que era comum na antiga ilha, somada à fraternidade também presente entre os antigos moradores. Mesmo com boas recordações da antiga ilha do Cabeço, o pescador cita a melhor estrutura que a comunidade possui atualmente no povoado Saramém que não tinham enquanto insulares. Podemos identificar também o estranhamento de ter que conviver com moradores de outras regiões (adaptação):

Rapaz o que significava pra mim lá é o que eu achava que era uma ilha muito boa de peixe 'né', bom da gente viver... pronto é por isso que nós estava no Cabeço, por causa disso. O peixe, o respeito 'né', rapaz a comunidade lá era o seguinte: nós toda vida era pescador mesmo, mas o pessoal era assim... ele parecia tudo de uma família só, porque quando se precisava de uma coisa ele servia, era unido... Quando dormia não fechava a porta, quando o cara vinha falar com você entrava numa porta e saía na outra (apontando para frente e o fundo da casa), não olhava mulher de ninguém, filha de ninguém, não ia pensando... tudo era uma amizade só... Quando um caía doente 'nós fazia uma vaquinha', comprava aquela cesta básica e dava a feirinha pra eles... e era assim o Cabeço. Rapaz hoje é

diferente, quer dizer o Cabeço não tem mais, aqui no Saramém é diferente... porque quando acabou lá a metade do pessoal uns foram morar em Pirambu quando o mar comeu, outros no Crasto, outros na Barra dos Coqueiros... saiu 'né', e aí veio para o Saramém não todo mundo 'né', se 'espalhemos', aqui chegou outra gente dali da Resina (povoado próximo), tamo junto com a gente, mas não é o mesmo jeito... é melhor porque a terra firme 'né', tem o lado bom por causa disso, tem energia que lá não tinha, era luz de motor... ligava de cinco às nove da noite, aqui tem transporte, aqui nós podemos botar nossos filhos pra estudar mais que lá não tinha, não podia, porque a pessoa só ensinava... só tinha professor até acho que o quarto ano, aí de lá se você passasse e tivesse uma família que morasse em Piaçabuçu, em Aracaju... aí você já ia pra casa daqueles parentes pra continuar seus estudos... se não tivesse ficava ali mesmo.



FIGURA 13 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o pescador Genalro dos Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Para a pescadora Josenilda Gomes Barbosa, 50 anos, conhecida como dona Dinha, nascida na Fazenda Arambipe e ex-moradora da Ilha do Cabeço, ela continuaria morando na região se ainda pudesse. Inclusive, foi uma das últimas moradoras a ficar nas proximidades da antiga ilha e até hoje exerce o ofício da tradicional pesca artesanal da comunidade:

[...] eu acho que tudo, tudo de bom o que o Cabeço significava pra mim... lá eu tinha, como eu falei, lá eu tinha uma paz de espírito maravilhosa,

totalmente diferente daqui. A gente não escutava barulho, você dormia tranquilo, entendeu?... e assim, a pesca lá pra mim era bem melhor, aqui pra eu sair pra pescar aí eu saio daqui até o porto, aí me desloco e rodo tudo aí... na volta, aí é que é ruim, o porto pra aqui quando a pessoa tem um transporte bem, quando não tem é a pé... aí é o quê? Uns dez minutos de caminhada, imagine à noite, dez, onze horas, meia-noite... e lá não, lá era tudo em cima de casa, tanto pescava do lado da praia como pescava do lado do rio, era tudo perto. Então tudo era melhor!



FIGURA 14 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a pescadora Josenilda Gomes Barbosa. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

A aposentada Elza Barreto, 77 anos, relata que a riqueza do antigo povoado Cabeço tem destaque em sua memória, mas acredita que a comunidade não obteve um desenvolvimento significativo por conta de sua limitação territorial, especialmente por não possuírem transporte terrestre:

[...] ah... o Cabeço 'significava muito bom!' Era uma terra rica, era uma terra rica como se diz: pra gente sobreviver 'né', só não era mais rica porque não tinha transporte terrestre 'né', de terra, o transporte só era de embarcação, aí a gente só viajava se fosse embarcado 'né', de lancha 'né'... lá na Barra chamam de Tototó 'né', e aqui a gente chama de barco motorizado... aqueles barcos que puxa (gesticulou demonstrando a forma de acionamento do motor de rabeta para embarcação), ainda existe, ainda tem... quer dizer no Cabeço não tem mais nada, só é mar e céu, como diz a história... agora ainda existe 'as embarcação' porque o pessoal pesca 'né'... e daqui vai pra Alagoas, pra Piaçabuçu, vai pra Brejo Grande, vai pra Ilha das Flores, de lancha 'né'... então que lá não tinha transporte que tem hoje

aqui 'né', aqui tem o Via Norte (empresa de ônibus rodoviário) que vem todo dia de segunda a sábado de Aracaju, vai todo dia, sai daqui quatro horas da manhã pra Aracaju, chega aqui cinco horas da tarde, ele volta e vem pra cá todos os dias... não tinha moto, que hoje em dia todo mundo tem moto, não tinha bicicleta, não tinha carro, não tinha nada, somente mar e terra lá. Mas, era uma terra rica porque de tudo a gente tinha, de tudo, de tudo... você não passava um dia pra dizer: hoje não tenho o que comer na minha casa... hoje tá faltando isso assim, assim na minha casa, não... porque tinha pesca... o pessoal pescava, a gente pescava, porque a gente tudo aqui a maioria somos aposentados de pesca 'né'... eu, meu marido, minhas filhas tudo aposentado de pesca 'né'... porque eu pescava, eu comprava, eu vendia, sabe?... eu pescava, eu comprava de quem pescava e eu ia vender nas feiras... botava o cestinho na cabeça e ia pra feira vender... Brejo Grande, Ilha das Flores, Piaçabuçu... toda semana a gente ia vender! Então lá tinha o caranguejo, tinha o massunim, tinha o aratu, tinha o siri, tá vendo!?!..tinha o peixe, tinha tudo... e tinha plantação de arroz! Plantação de arroz naquela época não era como hoje, porque hoje é na máquina.... (segue explicando o plantio artesanal do arroz).



FIGURA 15 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a aposentada Elza Barreto.  
Imagem capturada em dezembro de 2020.  
Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Segundo a senhora Elízia Rosa Santos Pereira, 49 anos, nascida no povoado Cabeço e que antes praticava a pesca na antiga comunidade, mas atualmente vende cocada na foz do rio São Francisco do lado de Alagoas, o antigo Cabeço

representava paz, mas a falta de estrutura que a comunidade vivia também foi citada por ela como empecilho:

[...] a gente não tinha muito como tinha agora, não tinha água, não tinha nada... não tinha luz, não tinha assim colégio pro menino estudar 'né', no tempo era mais... mas, a gente gostava de lá, que a vida da gente era mais... não tinha essas coisas que tem agora, esses acontecimentos 'né' que tem agora hoje em dia... muitas violências, essas coisas... lá não tinha essas coisas, era mais tranquilo lá... o povo dormia na porta, na rua, assim ninguém ligava, mas agora não... eu gostava muito de lá... sossego. Só era ruim, só era isso porque não tinha estudo pra os meninos, não tinha 'né', a gente vivia de luz de motor, essas coisas... a água era de poço, fonte, cacimba... a gente cavava... mas, tirando isso...



FIGURA 16 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Elízia Rosa Santos Pereira. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O pescador Arlindo Ferreira Lima, 58 anos, conhecido na região como “Bacurau”, ex-morador que nasceu na antiga Ilha do Cabeço, rememora que entravam embarcações de grande porte pela foz do RSF até a cidade de Penedo-AL e relata que a comunidade do Cabeço significava muita coisa para ele. Além de citar a grande quantidade de pescados, que era comum na época que moravam no povoado, ainda se mostra indignado ao destacar os diversos tipos de peixes que não são mais encontrados na região da foz do rio São Francisco, principalmente

pelo processo de “intrusão salina” e acredita que a mudança ocorreu por conta da construção das barragens no Rio São Francisco:

Rapaz era muita coisa... ali tem muita história pra se contar, viu?... o Cabeço tem muita história pra se contar... porque eu nasci e me criei no Cabeço... vi peixe que eu nunca via na minha vida, ‘nós botava’ a rede, o peixe tava aí boiando aí, ‘nós pegando’... e hoje depois que fizeram as barragens o peixe se acabou! Acabou a Pilombeta, acabou o Bagre-amarelo que dava, a Pescada, toda qualidade que dava... era o Mandi, era o Surubim, era a Xira... dava tudo no rio, no Cabeço... porque pra mim era melhor, a minha importância porque eu nasci e me criei ali e eu não queria sair, era como um paraíso... é como um paraíso. Foi minha vida foi ali, minha vida toda foi ali, minha família toda.



FIGURA 17 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o pescador Arlindo Ferreira Lima, o “Bacurau”. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O comerciante Raimundo Gonçalves Santos, 51 anos, nascido em Penedo (Alagoas), ex-morador da Ilha do Cabeço, afirma que da antiga comunidade só lhe resta lembrança, comparando a antiga comunidade com um paraíso e, assim como os demais, a memória do tempo de fartura dentro da comunidade é o que predomina o significado da antiga ilha naquela época para ele. Destaca-se também em seu relato, a ideia que muitos ex-moradores possuem, de que a ação humana contribuiu para a inundação da antiga Ilha do Cabeço:

Paraíso... um ponto de apoio da gente, entendeu?... nós tinha de tudo no Cabeço, tudo aqui a gente vivia no Cabeço e nós não percebia isso, ‘nera’? Nós tinha fartura e hoje não temos mais nada do Cabeço, só a lembrança... dá até tristeza lembrar do Cabeço. Mas, que pena que foi o ser humano ‘né’, que conseguiu fazer isso, destruir com o nosso Cabeço, foi o próprio ser humano, não foi só a natureza não, a natureza não destrói, isso é ilusão,

é a gente que está destruindo.... eu acho que isso é assim, entendeu?... e a gente fica muito triste com isso, 'né'...



FIGURA 18 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o comerciante Raimundo Gonçalves Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

## **II ANTIGA ILHA DO CABEÇO, MOBILIDADE COLETIVA E A VIDA NO NOVO CONJUNTO HABITACIONAL SARAMÉM**

### **2.1 Aspectos Gerais da Comunidade do Povoado Cabeço**

Este capítulo, assim como os demais, tem sua base em informações obtidas através das oralidades nas entrevistas, somadas à pesquisa documental em arquivos, artigos científicos, monografias, fotos e vídeos provenientes de pesquisas já publicadas na internet, dentre outros.

Em relação ao nome “Cabeço”, segundo os pescadores mais antigos, pode-se afirmar que a antiga ilha e a comunidade que existia nela possuía este nome, porque a certa distância assemelhava-se a uma cabeça, todavia, relatam que o povoado já recebeu outro nome antes deste: Samoco. Sendo que somente os mais antigos citaram esta informação. Segundo alguns ex-moradores, quem nascia no Povoado Cabeço era chamado de “cabecense”<sup>12</sup>.

O antigo povoado do Cabeço possuía uma estrutura simples, considerada comum às comunidades tradicionais ribeirinhas. Ele era composto por um vilarejo de aproximadamente 140 casas, duas pequenas igrejas de ordens diferentes (Assembleia de Deus e Bom Jesus dos Navegantes), duas escolas de ensino fundamental, bar, cemitério, farol (pertencente à Capitania dos Portos), três poços, alguns barracões (para atividades do ofício da pesca), algumas plantações particulares de coqueiros e de arroz e alguns espaços públicos de uso coletivo, como uma árvore que ficava centralizada no povoado e servia de local para os pescadores tecerem redes e conversar (Silva, 2014, p. 51 e 52).

Ressalto que, os moradores não tinham escrituras de suas casas e para construir alguma edificação era somente com o consentimento do Conselho de Moradores, que possuía 6 homens como membros e que era respaldado pela Capitania dos Portos (o que provocou algumas desavenças por um tempo). Importante também notabilizar que as ruas do povoado não tinham pavimentação (o

---

<sup>12</sup> Gentílico; adjetivo pátrio, classe de palavras que designam um indivíduo de acordo com o seu local de nascimento ou de residência.

terreno era arenoso), não tinha veículos na comunidade (carros, motos ou bicicletas), no máximo carroça, as embarcações motorizadas para transportar pessoas eram somente duas de propriedade de dois pescadores, sendo que os demais utilizavam vela de pano para navegar em seus barcos.

Outras características que devem ser levadas em consideração pela sua relevância são: a falta de infraestrutura na antiga ilha, pois, além da ausência de energia elétrica (somente algumas poucas casas possuíam geradores), também não tinha água encanada, transporte público, coleta de lixo, escola que oferecesse o ensino médio e/ou maternidade, pois o nascimento das crianças ocorria com a ajuda de parteiras ou a depender da necessidade, em cidades próximas, sendo as gestantes transportadas às pressas, muitas vezes em barcos movidos a pano, segundo relatos.

Dentre os diversos relatos, algumas curiosidades surgem durante as entrevistas: alguns ex-moradores relatam que para assistir televisão no povoado, durante algum tempo, tinham que pagar ao dono do eletrodoméstico para ter direito ao entretenimento, fato justificado pelo custo da obtenção da energia “via gerador”.

Mas, em contrapartida, a fartura de alimentos, sobretudo os pescados, é algo inolvidável a todos os ex-moradores do antigo Cabeço. Não foi identificado um relato sequer que fosse contrário a esta memória coletiva.

## **2.2 Questões Econômicas e o Cotidiano dos Moradores da Ilha do Cabeço**

A principal atividade econômica exercida no antigo povoado Cabeço era a pesca artesanal, esta por sua vez era correlacionada ao cotidiano dos habitantes da antiga ilha. A pescaria tinha uma função social capaz de moldar as estruturas no interior da comunidade, visto que a maioria das famílias dependia do exercício desta prática para a sobrevivência na ilha, ou seja, o cotidiano dos moradores estava interligado ao desempenho haliêutico<sup>13</sup>. Saliento que existia uma estrutura de regras criadas pelos pescadores artesanais (repassadas oralmente), que eram respeitadas por todos os praticantes da pesca na antiga ilha, caso algum pescador infringisse estas regras orais, era estigmatizado pelos demais pescadores, correndo o risco de ser considerada uma pessoa sem confiança dentre os demais.

---

<sup>13</sup> A arte da pesca.

Foram identificadas diversas práticas pesqueiras desenvolvidas na antiga comunidade, utilizavam ferramentas artesanais como: o simples anzol, tarrafa, groseira, variados tipos de rede, etc. Todavia, dentre as principais práticas da pesca artesanal se sobressai, sem dúvida, a pescaria com a lambuda, também chamada de Marinho ou Arrasto, alguns pescadores e/ou autores as diferenciam, mas nas entrevistas realizadas, para maioria dos pescadores é a mesma coisa, mudando apenas o tamanho em algumas vezes, porém com a mesma técnica empregada.

A lambuda consistia de uma rede de maior comprimento e que para ser executada a pesca tinha que ter a colaboração de no mínimo cinco a seis homens. Estes por sua vez, quando aptos à investida desta pescaria, tinham funções distintas durante sua atividade: os donos da rede lambuda eram chamados de comandantes ou mestres, pois, além de proprietários da rede, eram os responsáveis por toda a operação da investida, inclusive o de escolher os locais que iriam dar o lance (colocar a rede no mar) e dividir as tarefas entre os envolvidos. A pescaria com a lambuda ainda envolvia pescadores com a função de proeiro, chumbeiro e dois ou três salta- proeiros, todos engajados na tarefa de manusear a rede lambuda. Por fim, os pescados eram divididos entre eles em quantidade de acordo com sua função hierárquica (importância) durante esta empreitada.

Ressalto que, nem todo pescador possuía a rede lambuda e os horários de pesca eram divulgados oralmente na praça ou no bar, sabendo que todos respeitariam ao anunciado. Após a pescaria, entrava em cena outro grupo também importante na execução da pescaria com a lambuda: as mulheres do povoado. Estas por sua vez, ficavam responsáveis em tratar e salgar os peixes, tarefa considerada também importante diante da falta de refrigeradores (energia elétrica) no povoado, o salgamento era imprescindível para a conservação dos pescados e o pagamento a estas mulheres também era efetuado com uma parte dos pescados.

Segundo os ex-moradores, a fartura na antiga ilha era tamanha que algumas vezes tinham que soltar metade dos peixes capturados nas redes por não darem conta de tratar todos os pescados, visto que dependiam do esforço coletivo da comunidade e muitas vezes a quantidade de envolvidos não dava conta. Esporadicamente, acontecia o fenômeno de encher a rede num só lance, chamado por eles de “barrote” e quase todo pescador tem uma memória semelhante de alguma pescaria que aconteceu este fenômeno, chegando a parecer mítico quando abordam este tema, aliás, não seria exagero comparar a ilha submersa com a

lendária Atlântida, visto a abundância, tempos áureos e fraternidade, adjetivos registrados em oralidades, dignos de um lugar epopeico.

A pesca artesanal dos antigos moradores da Ilha do Cabeço é detalhada no estudo de Edson Silva, em 2014. Em relação à pesca realizada com a rede de lambuda, o autor complementa:

Dentre as atividades pesqueiras desenvolvidas no Cabeço, a mais destacada por ex- moradores foram as pescarias de rede de lambudas, porque, além de ter garantido o sustento de dezenas de família de pescadores, juntamente com outras atividades de pesca desenvolvidas no local, foram garantidoras da alimentação, da gestão e uso dos espaços de utilização comunal e dos recursos naturais nos arredores da ilha. Ou seja, as atividades pesqueiras produziram territorialidades típicas forjadas a partir das dinâmicas econômicas e ecológicas do lugar. Havia uma territorialidade própria com as lambudas. Os pescadores utilizavam os espaços da orla no entorno da ilha para exercerem esse tipo atividade (Pg. 67).

Com o engajamento solidário desses grupos, identifica-se que a relação do trabalho em equipe e o reconhecimento deste esforço mútuo, em forma de retribuição (ou pagamento) com parte dos pescados, caminham lado a lado, e certamente são os elementos principais que fortaleceram as estruturas sociais presentes na antiga comunidade. Além disto, existiam compadrios e casamentos entre as famílias no seio do povoamento do Cabeço, desenvolvendo uma tradição de grau de parentesco, fortalecendo a transmissão dos conhecimentos tradicionais, inclusive, dos “locais de pesca”, que determinados grupos possuíam apropriação simbólica.

[...] Diegues (1996:428) descreve as variadas “formas comunitárias de apropriação de espaços e recursos naturais” baseadas num “conjunto de regras e valores consuetudinários, da ‘lei do respeito’, e de uma teia de reciprocidades sociais onde o parentesco e o compadrio assumem um papel preponderante”. Entre as comunidades de ribeirinhos da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas em função dos seus usos, significados e conhecimento das águas. No caso desses últimos, o usufruto coletivo de áreas determinadas estendia-se para além da terra para incluir ‘territórios marinhos’. Para esses grupos, a marcação é “um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores. (...) A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encompassa também a noção de *lugar* mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar” (MALDONADO 1993:105, apud LITTLE, 2002, p. 10).

Destarte, a relação de parentesco nas comunidades tradicionais ribeirinhas e insulares são recorrentes, sendo que diversos autores corroboram com a citação supracitada. Nesta mesma linha de raciocínio, o autor a seguir complementa:

Nessa perspectiva, entende-se que essas relações socioespaciais dos pescadores são indispensáveis à manutenção, sobrevivência e continuidade de povos, comunidades e/ou grupos de pessoas que têm a pesca como principal atividade de trabalho e fonte econômica a atividade pesqueira, constituindo-se em elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro desses atores. Além disso, o parentesco é em parte considerável o caminho de entrada de muitos homens na pesca artesanal (CORDELL, 2000; MALDONADO, 1994; RAMALHO 2006, apud SILVA, 2014).

Alguns moradores, além da pesca artesanal, criavam animais, plantavam coqueiros e arroz, conseguindo fazer destas atividades algo também lucrativo, enquanto outras mulheres exerciam a atividade de produção de doces (especialmente a cocada), mas estas atividades não tinham a força econômica proveniente da pescaria exercida pela maioria dos habitantes da ilha.

Em relação às festividades no antigo povoado Cabeço, a maioria destaca a festa de Bom Jesus dos Navegantes (padroeiro da igreja e da comunidade) e o carnaval, lembrado especialmente pela figura alegórica de um burro puxando uma carroça, com um aparelho de sonorização dentro desta e “arrastando” o bloco dos brincantes desta festividade. Atividades que eram desenvolvidas, segundo os moradores, sem a presença de drogas ilícitas, sem violência e com a ideia principal de serem todos pertencentes a uma “grande família”.

Em síntese, posso afirmar que o povoado do Cabeço possuía características pacatas, típico do perfil interiorano, onde todos se conheciam, se respeitavam e que, neste caso específico, não tinham muita perspectiva de mobilidade social. A antiga comunidade pesqueira, até o momento que antecedeu o seu processo de migração compulsória do território insular, não poderia imaginar a reviravolta que as relações intersociais sofreriam após essa intempérie.

### **2.3 Mudanças e Adaptações do Cotidiano dos Moradores no Saramém**

Diferentemente das perspectivas simplórias que os moradores do antigo povoado Cabeço poderiam almejar enquanto moradores da antiga ilha, a nova morada no Saramém possibilitou que a comunidade pesqueira ultrapassasse a barreira limitante de almejar os mais variados sonhos, dificilmente cogitados em tempos pregressos, durante a vivência na ilha do Cabeço. Este novo cenário criou a oportunidade para que a antiga comunidade não se sustentasse unicamente da pesca, mas estas possibilidades vieram resultantes de uma série de fatores que os levaram a abrir mão de antigas práticas tradicionais, muitas de suas territorialidades.

Sabe-se que o processo de inundação da antiga ilha ocorreu de forma gradativa e que muitos moradores debandaram para outras localidades, principalmente entre Sergipe e Alagoas, antes mesmo do poder público construir as casas que serviriam como morada no Novo Conjunto Habitacional Saramém, ou seja, muitos moradores que viveram quase sempre no povoado Cabeço tiveram que buscar apoio em outros territórios e assim criaram novos laços de convívio nestes novos espaços (Desterritorialização e Reterritorialização).

Muitos moradores construíram novas casas ou barracos próximos   antiga Ilha do Cabeço, em um pedaço de terra doado pelo proprietário da Fazenda Arambipe. Este local foi apelidado pelos moradores de "Iraque" ou "Novo Cabeço", todavia, mesmo numa distância aparentemente segura e sem riscos de ser inundada, a localidade teve o mesmo fim do Cabeço, pois o mar também a alcançou e destruiu essas casas posteriormente. Saliento que o processo de mobilidade da comunidade para o novo território, não ocorreu em um único dia, sendo que algumas famílias ainda persistiram em permanecer na região próxima até o momento da entrega oficial das novas casas no Novo Conjunto Habitacional Saramém. Segundo alguns ex- moradores, alguns deles passaram até dois anos no "Iraque".

Por fim, foram construídas 80 casas no Saramém pelo poder público, para ser entregues aos moradores do Povoado Cabeço, número abaixo do esperado, pois o povoado consistia em 140 casas na antiga ilha (o censo desenvolvido da Marinha apontava para este quantitativo), ainda assim, nem todas as casas foram destinadas aos moradores do Cabeço, alguns foram contemplados enquanto outros não sabe-se que ao demorar a entrega destas casas, muitos moradores receosos de vê-las invadidas, ocuparam suas casas mesmo antes da fase final de acabamento da constru o.

A partir deste novo núcleo de povoamento, surgiram novas possibilidades e também novos problemas. Segundo os ex-moradores, o espírito de fraternidade que era identificado na antiga Ilha do Cabeço foi sumindo aos poucos por diversos fatores, dentre eles: 1) Os novos vizinhos, visto que muitos moradores do Saramém não eram oriundos da antiga Ilha do Cabeço, estes por sua vez, tinham outras formas de se relacionar dentro da comunidade, diminuindo o convívio diário com parentes; 2) A dificuldade de executar a pescaria, pois além do povoado Saramém ficar distante do porto, ainda assim o porto fica muito longe da foz do rio São Francisco, tornando-se muitas vezes inviável deslocar-se até os tradicionais locais

de pesca com barco movido a pano, ou seja, as práticas pesqueiras foram aos poucos substituídas por trabalhos de diferentes ordens, especialmente no novo território continental e afetando a principal estrutura social dentre os antigos moradores; 3) Muitos pescadores optaram por se aposentar, não precisando se aventurar na foz do rio São Francisco para obter o seu sustento familiar; 4) O acesso a energia elétrica, água encanada, escola com ensino até o segundo grau, ruas pavimentadas, posto médico inserido na comunidade, transporte terrestre interligando a cidades vizinhas duas vezes ao dia, coleta de lixo, dentre outros, possibilitou que a comunidade vislumbrasse outras perspectivas para as futuras gerações; 5) Alguns moradores do antigo povoado tinham uma posição social destacada por terem mais de uma casa, plantação de coqueiros e mais de uma lambuda, estes moradores, além de perder seus bens que foram frutos de uma vida inteira de trabalho, os elementos que eles possuíam antes e que agregavam certo status no interior do povoamento passaram a não ter o mesmo valor simbólico na nova comunidade; etc.

A priorização dos vínculos econômicos e burocráticos em detrimento dos vínculos sociais e comunitários, que se intensificou simultaneamente à modernização do baixo São Francisco, enfraqueceu os vínculos sociais. Os atores sociais acreditam que antes havia respeito entre as pessoas, que se podia acreditar na palavra de um homem, mas que hoje em dia não se pode mais. [...] O enfraquecimento dos vínculos pelo acirramento da competição e do mercantilismo criou uma situação que contrasta fortemente com a fartura que existia no BSF antigo, como se percebe no fragmento de discurso da ribeirinha que teve sua casa desapropriada: “Agora tudo tem que ser comprado. Se a pessoa não tiver dinheiro para comprar comida, ela morre”. A modernização trouxe para Neópolis o desespero, a tristeza, a falta de perspectivas e a ociosidade. Afastado da beira do rio, o ribeirinho perdeu o seu referencial e em seu lugar só encontrou a bebida (GOLOBI, [s/d], p. 13, apud LIMA, 2016, p. 84).

É incontestável que o novo território trouxe novas práticas, especialmente pelas novas possibilidades e dificuldades de manter os antigos hábitos. Estas novas práticas, por sua vez, provocaram novas relações sociais no seio da comunidade e, conseqüentemente, afetaram as relações interpessoais mantidas no antigo território.

Sendo assim, nota-se que a comunidade do Saramém, por não executar os mesmos hábitos que faziam há décadas, pode ser um exemplo das hesitações sugeridas por Halbwachs. Para o autor, é importante que as lembranças sejam reconstruídas e reconhecidas pelo grupo, pois com a ausência destas ações podem surgir questionamentos entre os envolvidos:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles (HALBWACHS, 2013, p. 39 -40).

Entretanto, é importante salientar que além de muitos moradores chegarem ao Saramém com suas residências inacabadas, também não havia infraestrutura no novo espaço. Segundo os moradores, as edificações públicas foram erguidas através de uma associação que eles já possuíam no Cabeço e que ainda durou aproximadamente cinco anos no NCHS (não tem relação com o Conselho de Moradores que funcionava em conjunto com a Capitania dos Portos).

Sendo assim, a rua principal do NCHS somente foi pavimentada cinco anos depois do início da ocupação, o abastecimento de água e a implantação de energia elétrica só chegaram três anos depois, aumentando o sentimento de revolta dos antigos moradores: “a usina que produz energia inundou nossas casas, mas advinha? Não tínhamos energia elétrica!”, desabafou a professora Edileuza Soares.

Locais como: escola; galpão para Associação das Doceiras e Artesãs do Povoado Saramém (atualmente sem reuniões e com o prédio deteriorado); posto médico; igreja; dentre outros, foram “conquistados” por eles, só que bastante tempo depois das primeiras ocupações no NCHS. Ou seja, mesmo já instalados no continente, a comunidade ainda teve que lutar para obter a infraestrutura necessária para a permanência na localidade.

O impacto causado à comunidade teve consequência negativa e positiva em diversos aspectos, fato é que aqueles que não tinham investimentos na antiga ilha não sofreram tanto com o processo de migração compulsória diante de outros que tiveram prejuízos financeiros irreparáveis.

Aparentemente, a partir da saída da antiga ilha, os moradores tiveram que recomeçar suas vidas praticamente do zero, com moradia em outro espaço físico, com novos vizinhos, com os valores simbólicos que sustentavam a teia de relações dentro da comunidade modificadas, havendo que se habituar à presença de pessoas “estranhas” passando em frente às suas residências, criando a sensação de insegurança, jamais vista entre eles, pois não possuíam mais o sentimento de proteção de morar em um espaço físico protegido pelas águas. Fora isto, não tinha a presença secular do farol nas redondezas de suas residências e sem a calma que só

encontravam na antiga comunidade tradicional, informação revelada como queixa pela maioria dos entrevistados neste trabalho, pois o povoado Saramém, agora com muitos veículos, muitos jovens e novas perspectivas, não se apresenta como lugar ideal para os idosos que não se acostumam com o barulho, proveniente de sons automotivos que jamais eram vistos na antiga ilha. Testemunhei diversas vezes os moradores incomodados e insatisfeitos com o barulho do som, mas nada podiam fazer, até mesmo viatura policial só avistei uma única vez, durante todas as minhas passagens de pesquisa de campo.

Destaco que, não importava se algum morador na antiga ilha possuía mais de um imóvel, terrenos ou plantações, este teria direito apenas a uma única casa no NCHS, deixando-os numa aparente igualdade social no novo território. Acrescento que a nova casa era muito simples e pequena, com o modelo de casa conjugada (uma única parede separava uma residência da sua vizinha), a habitação consistia em uma sala pequena, um quarto e o banheiro na área externa da casa.

Atualmente, a realidade da maioria das casas é outra: as fachadas são revestidas de cerâmica, portões de ferro ou alumínio, algumas fizeram um “puxadinho”, acrescentando mais um ou dois cômodos no domicílio, etc. Sem dúvida, as casas estão esteticamente melhores e mais valorizadas.



FIGURA 19 – Na imagem, preservação do modelo de casa conjugada (2 em 1), primeiras casas construídas no NCHS para os moradores que vieram do Cabeço.

Fonte: TELES, F. L. Imagem capturada durante visita ao povoado Saramém, 2020.

Um ponto importante a ser exposto neste trabalho é o desemprego, testemunhei inúmeras queixas das poucas oportunidades trabalhistas, alguns moradores relatam que têm filhos formados (nível superior) e desempregados, não demoram a comparar com a vida no Povoado Cabeço: dizem que se ainda morassem lá os filhos já estariam se virando, ganhando dinheiro, mas com a nova vida no Saramém eles têm acesso aos estudos, mas não têm oportunidade. Muitos preferem a vida na antiga ilha.

Entretanto, diante da dificuldade encontrada para se obter um emprego e das adversidades em se conseguir pescar, surgiram novas possibilidades que atualmente é uma realidade entre os moradores do Povoado Saramém: os programas de benefícios governamentais. Constata-se nas oralidades, que muitos moradores são cadastrados em programas como Bolsa-Família, Auxílio-Defeso e mais recentemente no programa do Auxílio-Emergencial do governo federal, em virtude da pandemia do COVID-19, sem contar o expressivo quantitativo de moradores aposentados da pesca. Estes fatores, excetuando-se o último citado, deveriam ser executados como situações paliativas e temporárias, todavia, apresentam-se como estruturas financeiras basilares da comunidade.

O novo modelo de organização dos modos de produção da sociedade do BSF parece estar diretamente influenciado pela instalação de ações dos segmentos do governo que incidem nas mais diversas regiões brasileiras almejando o desenvolvimento do potencial econômico e progresso mercantilista em tais localidades.

A região do BSF, segundo laudo da perícia que avaliou os impactos socioambientais na região, vive de benefícios como Bolsa Família e Auxílio Defeso. O primeiro diz respeito à um programa de transferência de renda para famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza; o segundo versa sobre uma concessão no valor de quatro salários mínimos ao ano aos pescadores que sobrevivem da prática pesqueira, que interromperiam seu trabalho na época do defeso, ou seja, quando as espécies capturadas estão em época de reprodução (LIMA, 2016, p. 41).

Em dezembro de 2020, durante imersão ao campo pesquisado, pude testemunhar o receio do interlocutor “Zé Véio”, diante da minha proposta de novamente ir pescar na foz do RSF, para minha surpresa o mesmo relatou que se fosse flagrado fazendo algum tipo de pescaria, perderia o “Seguro-Defeso” que ele estava recebendo, seria multado e teria seu material de pesca apreendido, corroborando com as informações supracitadas que os moradores da região recebem o tal benefício.

A partir da etnografia empreendida na análise dos dados, tive de alguma forma que fazer uma comparação entre as pessoas no seio da comunidade

estabelecida neste novo território, utilizando uma estratégia próxima da etnologia. Desta forma, constatei que as relações sociais perpassavam as novas práticas estabelecidas no novo território, como já foi dito, os moradores do Saramém não eram em sua totalidade remanescentes do Cabeço e isso gerou desconfiança entre eles. Algumas vezes, em busca de interlocutores, pude identificar que existe diferença de tratamento entre os remanescentes do Cabeço e os moradores vindos de outras regiões. De fato, as pessoas do Cabeço mantêm tratamento diferenciado entre seus pares.

[...] a etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade (frequentemente escolhidos, por razões teóricas e práticas, mas que não se prendem de modo algum à natureza da pesquisa, entre aqueles que mais diferem do nosso), e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles; ao passo que a etnologia utiliza de modo comparativo (e com finalidade que será preciso determinar em seguida) os documentos apresentados pelo etnógrafo (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 14).

#### **2.4 Impressões dos Antigos Moradores (Mobilidade Coletiva)**

Apesar dos vários registros documentais (incluindo vídeos e fotografias), durante o processo de inundação da Ilha do Cabeço, nada deve se comparar aos relatos obtidos dos remanescentes da antiga comunidade insular, afinal são oralidades captadas em vídeos carregadas de emoção. A experiência única de testemunhar a inundação de todo o território que se viveu desde o seu nascimento, a perda de suas residências, das plantações, dos espaços que estes eram familiarizados, tudo isso somado ao sentimento de impotência, oriundo desta vivência inolvidável, provocada pela fúria do mar em sua investida contra a antiga ilha.

Como já foi dito, não teve registro de vítimas fatais, mas o trauma de quem presenciou a água arrancar e arrastar edificações inteiras, invadir suas residências levando eletrodomésticos e destruindo tudo que se via pela frente é algo que estes insulares jamais irão esquecer. Inclusive, alguns moradores contam que tiveram que fazer a exumação dos corpos de entes queridos às pressas para enterrá-los em outra localidade, pois a água estava os desenterrando e desaparecendo com os caixões pelo mar. Destacam-se nas oralidades, a ausência da Capitania dos Portos em ajudá-los, especialmente com o transporte da mudança doméstica, para alguns ex-moradores, a Marinha omitiu-se em ajudá-los.

Sendo assim, sabe-se que houve certo período de tempo até o poder público tomar a iniciativa em ajudá-los, enquanto isso, alguns moradores se reuniram e pediram ao proprietário da Fazenda Arambipe que os vendesse uma parte de suas terras, vizinho a antiga Ilha do Cabeço, para que eles pudessem construir novas casas, mas o senhor Hugo Gurgel, segundo os moradores, negou-se a vender, preferiu doar uma parte de terra para os moradores, pois alguns já estavam desabrigados ou vivendo em casas de parentes. A região referida foi apelidada de “Iraque” ou “Novo Cabeço”, citada anteriormente. Foi uma atitude nobre, diante da situação que aquelas famílias estavam passando. Registro aqui, este ato louvável.

Ao analisar os dados e as oralidades, conseguimos obter uma perspectiva próxima do que foi vivenciado pela comunidade, encaixando os fragmentos de lembranças individuais, notamos que a comunidade compactua de uma memória coletiva, não testemunhei nenhum caso relevante que contrariasse algo dito anteriormente por outro interlocutor, pelo contrário, as oralidades se completam. Algo aproximado do que o autor defende:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2013, p. 31).

As imagens a seguir, foram capturadas e cedidas gentilmente por uma das interlocutoras deste presente estudo, Edileuza Soares. Nota-se o exato momento em que as águas marítimas invadem o antigo povoado e as pessoas ficam atônitas, sem saber o que fazer. Momento de aflição, quando começou a destruição do povoado.



FIGURA 20 – Fotografia capturada durante o processo de inundação do povoado Cabeço.

Na imagem, os moradores estão surpresos com a situação.

Fonte: TELES, F. L. – Acervo da professora Edileuza Soares.



FIGURA 21 – Fotografia capturada durante o processo de inundação do povoado Cabeço.

Na imagem, o que restou de uma casa após o recuo da maré.

Fonte: TELES, F. L. – Acervo da professora Edileuza Soares.

Todavia, a determinação do mar em trazer o povoado Cabeço parecia não ter fim, como já foi dito, até mesmo o local chamado por eles como “Novo Cabeço” ou “Iraque”, atualmente é composto apenas por poucos vestígios das casas que foram construídas pelos pescadores desalojados da antiga ilha, mesmo bastante distante e pensando que àquela distância não poderiam ser alcançados, foi comprovado que as águas atingiram volumes inimagináveis até por quem conviveu sua vida inteira com o mar.

Ao responderem a sétima pergunta realizada nas entrevistas: “Em qual momento você percebeu que não poderia mais permanecer no Cabeço? Algo o assustou?”, percebe-se que o que predomina no imaginário da maioria dos ex-moradores são as lembranças do mar invadindo suas casas durante a madrugada, naquele momento eles perceberam que insistir em permanecer no antigo povoado estaria colocando em risco as suas vidas e as dos seus familiares.

Para a aposentada dona Maura dos Santos, reconhecida pelos moradores do povoado Saramém como “a mais velha da comunidade”, com aproximadamente 100 anos (sem conseguir ter precisão de sua idade por acreditar que foi registrada muito após seu nascimento e sem achar o seu documento pessoal para que pudéssemos analisar), a invasão do mar em suas residências assustou aos moradores e ela mostrou-se surpresa com a força das águas conseguirem levar as edificações e destruir todo o povoado:

Mas, se não tinha mais onde a gente ficar para trabalhar, acabou-se as casas todas, derrubou casa, derrubou coqueiro... meu marido mesmo tinha um “pedacinho de coqueiros, nós criava”, criava pato de granja, criava porco, tudo a gente criava. Nós tinha duas redes, duas lambudas para pegar peixe, era aqueles “fardão” de peixe... quando nós saímos, saímos tudo, não tinha mais onde ficar, meu irmão! Derrubou igreja, derrubou tudo... uma nora minha deu tanto grito no mundo, a correr dentro de casa, a casa era de telha e ela corria pra frente, corria pra trás, ia pra frente e dava meia-volta... invadiu, carregou... carregou casa, derrubou a casa, tinha um bar, nós tinha a casa de morada da igreja (perto), tinha uma rua por cá, uma rua por cá (gesticulando) e a igreja no meio... depois, derrubou a igreja, a casa de morada e o bar, nós tinha um bar de frente a igreja, derrubou uma casa de um genro meu, que eles foram para Pirambu, se mudaram, foi simhora tudo, as casas tudo de telha. Derrubou a igreja, levou o farol, levou dois cemitérios, queria os mortos (risos)... a fartura era muito também, as canoas vinham era cheias de peixe.



FIGURA 22 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a aposentada Maura dos Santos, em momento descontraído. Imagem capturada em dezembro de 2020.  
Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

A senhora Maria Elisabete Santos Pereira, 74 anos, conhecida como dona Betinha, orgulha-se em relatar que era parteira no antigo povoado, exibindo como relíquias as ferramentas do ofício desenvolvido por ela durante os 50 anos que trabalhou fazendo partos na comunidade, como funcionária concursada da

prefeitura. Além disto, dona Betinha fez um relato com bastantes detalhes de como era a vida no Cabeço, como se deu o processo de inundação até os últimos dias de moradia na ilha, narra o desespero dentre os moradores, inclusive da sua própria família, ainda falou sobre a forma que o poder público reagiu diante os fatos, etc. Durante a entrevista, dona Betinha fala da fraternidade no interior da comunidade quando era localizada na antiga ilha e a mudança de comportamento dos moradores ao se mudarem para o Novo Conjunto Habitacional Saramém.

Em relação ao momento que ela percebeu que não poderia ficar mais na antiga ilha, respondendo à sétima pergunta da entrevista, ela concluiu:

No momento que o mar entrou dentro da minha casa e não podia mais ficar... quando a água começou a entrar dentro de casa e a gente começou a sair, aí foi o momento que eu digo: agora Cabeço já era! Ninguém mora mais aqui... ainda ficou "uns pessoal" lá, mas o mar foi comendo devagarzinho, sei que tá cobrindo tudo, não tem é nada mais...

Ah me assustou! Me assustou porque quando a pessoa tá dormindo, se acordar com um mar dentro de casa "rum" (imitando o barulho da invasão do mar), com duas crianças dormindo, esse daqui que tava com quatro anos (apontando para o filho ao lado, hoje com vinte e cinco anos), o outro esse meu que mora ali na rua de lá, ele já tava com mulher, ele com 18 anos já tinha "carregado" uma mulher, aí pronto, me assustou foi tudo... vai matar, vai morrer esse povo todinho! Ele ficava gritando, ao invés de pegar o mais novo e tirar, ficava era gritando, era um momento triste, foi horrível, foi horrível pra todo mundo... quem disser que não foi tá mentindo.

Aí veio meu marido e mais duas ou foi três pessoas, foi... mais dois homens e três mulheres e veio pra invadir aqui no terreno (apontando para o chão), pra fazer barraco, pra ficar debaixo... aí o prefeito acho que se acanhou, né?... de ver aquilo, aí começou a "não, tenha paciência, tenha paciência que a gente vai fazer umas casinha"... e quando acabou de fazer as casinhas, as casinhas mesmo... essa era daqui pra aquela porta do meio (apontando para o interior da casa), não tinha mais nada, era só esse quarto aí, essa salinha e "tchau", banheiro já era fora... aí ele "não, não", aí que foi que chamou esses homens: Renatinho de Propriá que era o prefeito, o prefeito de Neópolis e esse repórter de Aracaju, sei que começou a fazer essas casas, que quando o prefeito dizia "vamos fazer umas barracas de lona", ele dizia "não, faça umas casinhas pro povo, porque se vocês fizerem umas barraca de lona se esquece deles", era assim. Mas, o prefeito queria fazer de lona, umas barracas de lona pra gente vim aqui, pra aqui pra debaixo de umas barracas de lona, que andava mais ligeiro (supostamente daria celeridade na retirada do povo da antiga ilha, ameaçada pela enchente). Aí esse repórter de Aracaju dizia "não, não tá certo".



FIGURA 23 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a ex-parceira do Cabeço, dona Maria Elisabete Santos Pereira, enquanto a mesma exhibe as ferramentas utilizadas por ela durante os 50 anos de serviço no antigo povoado.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se

A senhora Maria Luísa dos Santos, 50 anos, durante a sua entrevista, ressaltou que demorou um pouco a construção das casas do povoado Saramém por causa da burocracia e que neste momento a sua família já estava morando na terra doada pela Fazenda Arambipe, lembrou também que a região era excelente para pescaria e que era um ótimo lugar para se morar, salientou que no Saramém tem transporte, médico e educação para as crianças, que são fatores positivos que não tinham no antigo povoado, mas finaliza expondo que para se viver ela preferia a antiga ilha. Durante o processo de inundação, ela complementa:

O momento que o mar começou a comer... a gente não tinha como mais ficar ali. É esse momento assim: de você tá na sua casa, acordar de madrugada com a casa cheia d'água, sem poder se levantar, seus filhos tudo chorando em cima de uma cama, com medo da água levar, entendeu? Aí pra mim foi nesse momento que eu achei que ali não dava mais.



FIGURA 24 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a dona Maria Luísa dos Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O senhor Josafar dos Santos, 77 anos, conhecido como seu Jusa (ou Zuza), relatou que para ele a vida no povoado Cabeço era melhor “No Cabeço nunca faltou nada pra gente”, e que ele não teria saído da antiga ilha se não fosse obrigado a fugir por causa da inundação, salientando a fartura e a calma que era predominante na comunidade quando todos eram insulares:

Aí lá tinha um moço que tem um barco grande, aí trouxe a gente pra aqui, todo mundo pra cá... Só saí por causa do mar que tirou a gente, senão ainda tava lá, nós tudo tava lá... Tava dormindo, acordei “azuado”, embaixo d’água, como é que fica?  
Rapaz, aqui é bom, mas eu gostava muito de lá, achava melhor porque lá tudo era fácil, “nera”? E aqui para tudo tem que comprar.



FIGURA 25 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o ex- pescador senhor Josafar dos Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O senhor Júlio Pereira dos Santos, 80 anos, nascido no povoado Cabeço e conhecido como “seu Pêra” na região, relembrou que a área que a antiga comunidade ocupava na ilha pertença à Marinha e que a instituição era a responsável pela demarcação do espaço físico, também falou das edificações da Capitania dos Portos de Sergipe instaladas na ilha, como o farol, a casa do faroleiro e a estação (que continha o sistema de comunicação). Salientou que quando o mar começou a invadir as casas ele e a sua família foram para Piaçabuçu, em Alagoas, retornando posteriormente à comunidade quando esta já estava no Saramém. Em relação à sua saída da antiga ilha, seu Júlio complementa:

O mar veio cá na terra (gesticulando, aproximando a mão ao seu corpo)...  
[...]derrubou cemitério, derrubou tudo...  
Quando o mar comeu que não tinha mais condições de ficar no Cabeço...  
não dá não, com oito filhos, tudo lá, nasceram e se criaram tudo lá. O mar arriscado cair, derrubar tudo.



FIGURA 26 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o senhor Júlio Pereira dos Santos, conhecido como seu Pêra. Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

A entrevista do senhor Júlio aconteceu em conjunto com a sua esposa, dona Marli Rosa dos Santos, 74 anos, que assim como muitos entrevistados, rememorou o tempo que a fraternidade na comunidade era algo comum no cotidiano dos moradores, enfatizou que a união dos moradores na antiga ilha é discrepante se comparado com o cotidiano da comunidade atualmente no Saramém.

Assim como alguns moradores relataram, dona Marli contou sobre os momentos que o mar invadiu as edificações, inclusive o cemitério da comunidade, e saiu arrastando caixões e restos mortais dos seus parentes que estavam enterrados ali, ficando comum entre os moradores terem que reenterrar os restos mortais de entes queridos às pressas, pois o mar estava exumando e carregando estes:

O povo morto, dava até as caveiras do povo na praia, todo mundo via... Tinha lá um cemitério feito, aí caiu tudo, ia caindo... a maré batia “bou” (imitando o barulho das ondas), aí caía até os caixão... tava lá as “caveirona” do povo... minha mãe mesmo e meu pai, foi minha mãe ou foi meu pai, morreu com poucos anos, ainda ficou lá ainda a cabeça dele, foi o povo e enterrava, pra não ficar na beirada do mar... Conhecia porque era pouco tempo né? Eu não via não porque eu não gosto dessas coisas, não vi não. Agora os outros viam, meus filhos tudo que ia pra beira da praia via... aí dizia assim: olhe parece que ali é a cabeça do meu pai, o jeito, até o caixão na beirada... eu não ia nem pra lá pra não ver.



FIGURA 27 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Marli Rosa dos Santos.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Para o pescador Paulo Jefferson Carozo Teles, 57 anos, intimamente chamado por mim como “tio Paulinho”, o Cabeço significava paz e sossego, mas hoje em dia não significa nada para ele, principalmente por não existir mais o espaço físico. Enquanto o entrevistava, tio Paulinho descansava numa rede de pesca improvisada para descanso, sustentada em duas árvores, num espaço particular conhecido por todos como “Área da Norcon” (empresa de construção civil renomada em Sergipe), espaço privado que é utilizado por alguns pescadores para tecerem e dar manutenção em suas redes de pesca, obviamente, sem a permissão dos proprietários, mas que é considerado um espaço coletivo e que eles nitidamente não se importam em sofrer algum tipo de represália por cortarem a cerca e invadir o terreno por longas horas diariamente. Ele ainda citou as perdas materiais de muitos moradores por causa da inundação, também relata que muitos adoeceram com depressão por causa da contrariedade sofrida e outros sequer continuaram a pescar após a saída da comunidade da antiga ilha:

[...] Nada! Porque acabou. Agora pra muitas famílias que moravam direto lá, entendeu? A vida toda... aí sentiram muita falta, “né”? Até uns deles ficaram doentes, entendeu? Porque não queria sair do Cabeço... meu pai mesmo, a coisa mais difícil é ir no Cabeço. “Muitos adoeceu”, entendeu? Tinha uns

que tinha “uns terreninho”, tinha uns que tinha, como é que se diz: casas, tinha uns lugares que eles ficavam mais à vontade.



FIGURA 28 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o pescador Paulo Jefferson Carozo Teles. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Ressalto uma observação interessante: como já foi dito anteriormente, tio Paulinho saiu da antiga comunidade do Cabeço aos seis anos de idade, deixando os seus pais morando na ilha e só retornando para a comunidade nos anos seguintes como visita, indo morar na comunidade quando esta já estava instalada no Saramém. Resultado: nota-se em sua narrativa que o mesmo cita os ex-moradores do Cabeço em terceira pessoa, ou seja, não se inclui como sendo um remanescente do antigo povoado insular, mesmo nascendo no povoado Cabeço, deixando os pais morando na comunidade e já morando entre eles há mais de dez anos.

Percebemos essa distinção durante as investidas ao campo de pesquisa, mesmo após vinte anos da instalação da comunidade no Novo Conjunto Habitacional Saramém, como foi dito, é perceptível que existe um tratamento interno diferenciado entre os seus pares (remanescentes insulares do Cabeço).

Curiosamente, ao responderem a décima terceira pergunta do questionário: “Apesar de tudo, considera a vida hoje melhor que a vida na antiga ilha?”, ficou registrado que a maioria ainda preferia, caso pudesse, viver no Cabeço, basicamente todos fizeram comparações relacionadas aos benefícios da

infraestrutura oferecida no NCHS, ainda assim, mesmo com uma diferença pequena, a maioria relatou que “a vida no Cabeço era bem melhor”.

### III FAROL SÃO FRANCISCO DO NORTE

#### 3.1 Localização, Aspectos Históricos e Sociais

##### Localização

O antigo Farol São Francisco do Norte, popularmente conhecido como Farol do Cabeço ou Farol de Cotegipe, está localizado no lado direito da foz do rio São Francisco, no município de Brejo Grande em Sergipe, sob as coordenadas: 10° 30' 70S / 36° 24' 07W, segundo relatório da Marinha do Brasil. Mesmo com sua base totalmente submersa pelas águas costeiras do oceano Atlântico, este é facilmente localizado, pois encontra-se com a água à sua meia altura. Destarte, é o único bem remanescente da antiga Ilha do Cabeço que se mantém à vista na região, fazendo o papel de identificação da localidade do antigo povoamento, visto que atualmente é impossível visualizar qualquer estrutura ou ruína das antigas edificações da comunidade por estarem submersas.

Em alguns estudos, são encontradas denominações como: “Farol do Cabeço”, em homenagem à ilha que o farol era instalado, “Farol do Cotegipe”, em homenagem ao Ministro do Segundo Reinado, João Maurício Wanderley (o Barão de Cotegipe), como também “Farol São Francisco do Norte”, nome técnico que é frequentemente encontrado nos relatórios da Marinha do Brasil. Vale ressaltar a importância do farol para a antiga comunidade pesqueira da ilha do Cabeço, pois este não era só útil apenas para grandes embarcações, visto que ajudava como guiamento dos próprios pescadores da região que ele se encontrava, especialmente durante as pescarias diárias realizadas em alto-mar por estes, e que eram as responsáveis pela principal atividade econômica e subsistência dos habitantes da ilha.

As informações técnicas acerca do Farol São Francisco do Norte contidas neste trabalho foram oriundas de investigação histórica, especialmente pelo acervo documental presente na Capitania dos Portos de Sergipe, que salvaguarda

documentos como: fotografias do antigo farol em pleno funcionamento e durante sua manutenção, recortes de jornais contendo matérias da época da inundação da antiga ilha, fichas catalográficas originais do farol, relatórios resultantes de visitas técnicas ao povoado Cabeço (ACISO), dentre outras documentações.

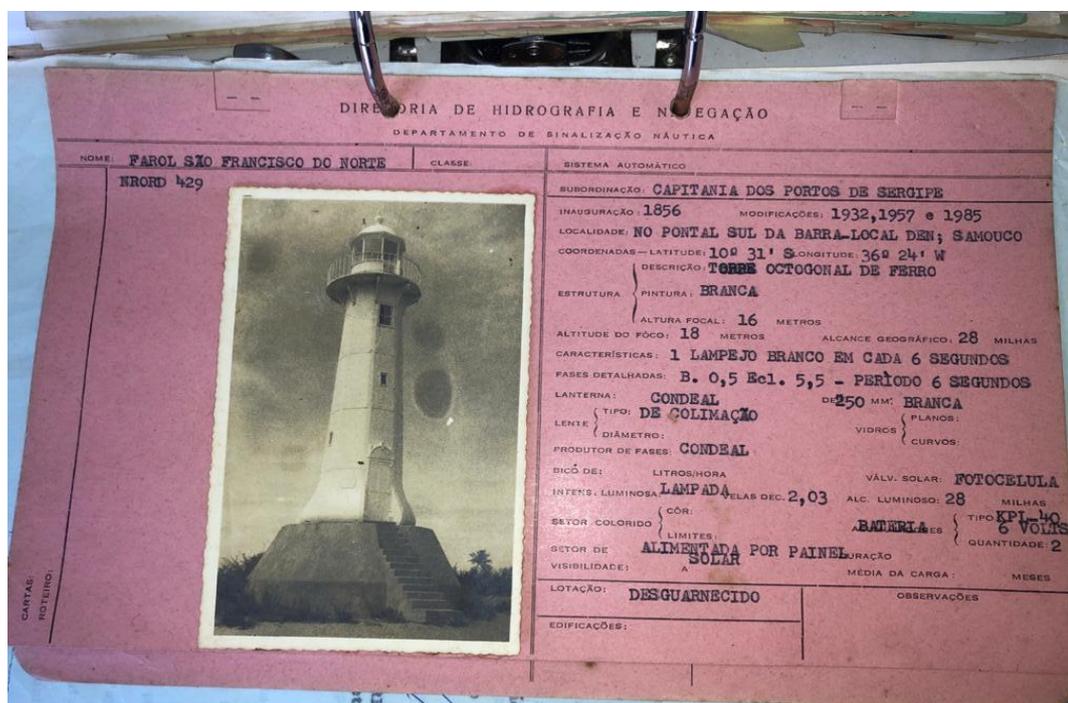


FIGURA 29 – Fotografia da ficha catalográfica do Farol São Francisco do Norte.  
Fonte: TELES, F. L. – Arquivo da Capitania dos Portos de Sergipe. Dezembro de 2020.

## Aspectos Históricos e Sociais

Este ícone, com a perspectiva atual (feito de metal) foi erguido na antiga ilha do Cabeço no século XIX, entretanto, segundo a Marinha do Brasil, desde 1856 já existia uma estrutura naquela região da foz do São Francisco que executava o papel de farol, todavia de maneira rudimentar.

Sabe-se que somente duas décadas depois, em 1873, foi instalado o farol na perspectiva que podemos visualizá-lo hoje, como diz o texto abaixo:

A estrutura octogonal branca de 16 metros foi equipada com uma lente de 4ª ordem de luz fixa, e tinha alcance de 10 milhas. Entrou em operação em 1 de março de 1873, e logo iniciou sua batalha contra a força das águas. O Mapa de Iluminação da Costa do Império de 1874 (um ano após a inauguração do novo farol) trazia a seguinte observação: “Pedem providências contra as enchentes e grandes marés que ameaçam o pharol e o tornam inacessível” (Texto retirado do memorial instalado no saguão da Capitania dos Portos de Sergipe, 2020).

Desde sua implantação, assim como a maioria dos faróis brasileiros, o Farol São Francisco do Norte pertenceu à Marinha do Brasil e esta instituição sempre foi a responsável pela manutenção e bom funcionamento deste.



FIGURA 30 – Fotografia captada durante a manutenção do farol. Imagem obtida da ficha catalográfica do Farol São Francisco do Norte. Fonte: TELES, F. L. – Arquivo da Capitania dos Portos de Sergipe. Dezembro de 2020.

Sendo assim, podemos notar que logo no início de sua instalação o Farol São Francisco do Norte já sofria com o avanço das águas marítimas, causando dificuldades ao acesso para sua manutenção. Há vasta documentação relacionada aos detalhes técnicos das manutenções, problemas com as baterias, ocasionadas pela oxidação, eram recorrentes.

Sobre a historicidade da mudança de local do Farol do São Francisco do Norte, o orientador deste presente trabalho, prof. Dr. Gilson Rambelli, juntamente com os doutores Ademir Ribeiro e Luís Felipe escreveram em seu artigo, já citado no presente estudo:

Segundo fontes consultadas, desde 1856 a foz do São Francisco foi sinalizada para os navegadores. Primeiramente por um candeeiro que era suspenso durante a noite por um mastro onde hoje é o lado alagoano. Depois, em 1873, esse aparato precário foi substituído pelo atual farol pré-fabricado de 16 metros, construído em chapas de ferro por uma fábrica escocesa.

[...] Em 1884 ele teve que ser transferido da margem esquerda para o local que atualmente está, pois as dependências de apoio haviam sido invadidas pela água e abandonadas. (Rambelli, 2013).

Corroborando com as informações supracitadas, em 22 de agosto de 1883 (10 anos após a instalação do farol), o então deputado Coelho e Campos levantava o questionamento do estado de precariedade dos faróis nas Barras da Província e, curiosamente, da ausência do farol em uma das localidades que deveria se encontrar (foz do RSF), visto que na carta marítima constava a presença do farol na barra do rio São Francisco. Empreende-se um debate entre os deputados:

“Na Barra da Cotinguiba existe uma atalaia de esteios arruinados, com farolete de sistema antigo e de curta distância. Na do Rio Real nem isto, apenas 2 paus cruzados para sinais, que são o desespero dos navegantes. Quanto à barra do rio São Francisco dá-se um fato realmente curioso: consta da carta marítima a existência de um farol ali; os navegantes o procuram, mas debalde, não o acham; e, entretanto, existe o farol.

O Sr. Gomes de Castro: -Eu já o vi.

O Sr. Coelho e Campos: -Acredito que o nobre deputado o visse, mas é que, sendo depois desmontado para ser colocado na margem de Sergipe, em vez disso o depositaram e guardaram, talvez para não se estragar.

O Sr. Gomes de Castro dá um aparte.

O Sr. Coelho e Campos: -Foi isto mais ou menos de 2 anos a esta parte, tal tem sido a incúria, o desleixo daqueles a quem incube este serviço” (ALMEIDA, 2002, p. 30 e 31).

Diante do exposto, nota-se tradição antropológica da Marinha do Brasil em lidar com a situação do avanço do mar naquela região, pois foi constatado que inicialmente o farol foi instalado em solo alagoano e depois foi mudado de lugar, sendo transferido para solo sergipano justamente por conta da invasão marítima, depois retornando ao seu lugar inicial (em solo alagoano), sabe-se que a estrutura atual do antigo Farol do Cabeço não tem mais a utilidade de farol. Atualmente, o farol da foz do rio São Francisco está instalado na praia Pontal do Peba-AL, a torre do Cabeço não obtém mais o título de farol daquela região.

Como já foi exposto, vale ressaltar que toda a Ilha do Cabeço foi completamente destruída por conta da invasão das águas do oceano Atlântico e apesar de muitos relatarem a rapidez com que se deu o processo de inundação que provocou a mobilidade coletiva dos habitantes da antiga ilha, houve apenas danos materiais e simbólicos daquela comunidade.

As imagens a seguir, também foram cedidas pela interlocutora Edileuza Soares. Nota-se o exato momento em que as águas marítimas invadem o antigo povoado e o farol começa sua penitência de suportar a força das águas.



FIGURA 31 – Fotografia capturada durante o processo de inundação do povoado Cabeço, entre uma enchente e outra.

Na figura, já notamos a inclinação do farol.

Fonte: TELES, F. L. – Acervo da professora Edileuza Soares.



FIGURA 32 – Fotografia capturada durante o processo de inundação do Povoado Cabeço, entre uma enchente e outra.

Na imagem, os moradores estão destelhando a igreja que ficava bem próxima ao farol, para aproveitar o telhado da edificação já condenada.

Fonte: TELES, F. L. – Acervo da professora Edileuza Soares.



FIGURA 33 – Fotografia capturada durante o processo de invasão das águas atingindo diretamente o Farol São Francisco do Norte, conhecido como Farol do Cabeço.

Fonte: TELES, F. L.- Acervo da professora Edileuza Soares.

Durante a pesquisa de campo, foi perguntado a todos os entrevistados se obtinham o conhecimento da mudança de lugar do farol em algum momento de sua história, e nenhum deles souberam falar sobre o assunto, pois todos desconheciam o fato. Além disto, muitos propagam histórias desencontradas e informações sem fundamento sobre o farol, tanto da sua origem (que já foi citada), quanto suas dimensões ou o paradeiro de sua placa de identificação fabricada com cobre e que ficava junto ao corpo da torre. Esta, por sua vez, alguns ex-moradores informaram que havia sido roubada, outros disseram que foi retirada e enviada para um museu no Rio de Janeiro, fato é que a localizei em um memorial improvisado no saguão da Capitania dos Portos de Sergipe. Segundo os militares da Capitania dos Portos de Sergipe, trata-se da placa original do Farol São Francisco do Norte.

A placa que pertencia ao Farol São Francisco do Norte conta um pouco sobre sua história, está escrito nela informações da época de sua implantação sobre o Imperador, o nome do ministro que mandou construir o farol, o nome do engenheiro, a data de fabricação, o país de origem e os construtores, todas estas informações facilitam a pesquisa sobre a torre. Sabe-se que foram encomendados da Escócia uma remessa composta de nove faróis para melhorar a iluminação costeira brasileira

e o presente farol era um destes. Alguns dos seus “irmãos” ainda permanecem em excelente estado de conservação, foram tombados e são atrativos turísticos, como o Farol de Itapuã- BA e o Farol de Santa Luzia- ES. O Farol do Cabeço não teve a mesma sorte.



FIGURA 34 – Fotografia capturada da placa de inauguração do Farol São Francisco do Norte, conhecido como Farol do Cabeço, juntamente com uma breve biografia. Fonte: TELES, F. L. – Memorial localizado na Capitania dos Portos de Sergipe.

Memorial modesto, feito para apresentar aos transeuntes do pequeno saguão da Capitania dos Portos de Sergipe o antigo Farol São Francisco do Norte, fazendo-se notar que a estrutura não tem mais importância para a instituição visto a pequenez de sua exposição e o abandono da torre na foz do rio São Francisco. É possível que em certo tempo a estrutura do antigo farol afunde totalmente no meio do mar e não sobrar nada além de recordações da estrutura e do antigo povoado. Durante conversas informais com militares da Capitania dos Portos de Sergipe, identificamos que não se referem à antiga torre como farol, mas o denominam de ex-farol, pois para eles só deve ser chamado de farol se o mesmo estiver em funcionamento, ou seja, a antiga estrutura sequer é reconhecida como farol por eles na atualidade.

### 3.2 Registros Atuais

Em relatório produzido em 1989, foram registradas observações acerca do desgaste na cúpula da referida torre: “a cúpula está solta, todos os seus parafusos estão desgastados pelos seus mais de cem anos”. Segundo outro relatório, a cúpula

foi retirada em dezembro de 1991 para fazer reparos em Aracaju. Dentre os inúmeros relatórios arquivados na Capitania dos Portos de Sergipe, além dos frequentes laudos direcionados às baterias, pois descarregavam repetidas vezes, também foram encontrados registros da recuperação do para-raios e diversas ACISOS.

Em menos de dez anos após os relatórios supramencionados, em janeiro de 1998, o Farol São Francisco do Norte foi desativado e o Capitão dos Portos já apresentava em seu relatório sobre a situação da estrutura nos meses seguintes:

- a) Processo de erosão irreversível, em face da contínua invasão do terreno pelo mar;
- b) Não existe nenhum planejamento, a nível desta Capitania para uso do terreno;
- c) A perda da aplicabilidade do referido tombo, em função da desativação do Farol São Francisco do Norte substituído pelo Farol do Peba, construído no estado de Alagoas, na foz direita do Rio São Francisco (OFÍCIO nº 362 - Assunto: Reversão de Tombo à SPU 16/07/1998).

Em 22 de outubro de 1998, finalmente se concretizou o Pedido de Solicitação de Reversão do Tombo (Nº 6441M0000003 - São Francisco do Norte. Este processo refere-se à exclusão da torre como patrimônio pertencente à Marinha, em outras palavras, a Marinha do Brasil estava oficialmente lavando as mãos do que viesse ocorrer com a estrutura dali em diante.

Como foi dito anteriormente, o antigo farol encontra-se hoje entregue à sua própria sorte, pois está inclinado, bastante oxidado e degradado, demonstrando aparentemente que não vai demorar a submergir na foz do “Velho Chico”. Ao longo dos anos, pesquisadores que estudam a região da antiga ilha do Cabeço salientam o estado avançado de deterioração do antigo farol.

Em visita técnica realizada em agosto de 2011, buscando encontrar valor cultural relacionado ao Farol São Francisco do Norte, o prof. Dr. Gilson Rambelli e sua equipe, reuniram informações que agregavam valores arqueológicos, históricos, paisagístico cultural, afetivo e simbólico do mesmo, tendo como resultado o cadastramento junto ao Iphan da região do antigo povoado Cabeço, reconhecendo-o como primeiro sítio arqueológico subaquático em Sergipe.

Em relação ao estado de conservação que se encontrava o farol naquele tempo (há 10 anos), eles publicaram:

Desse modo, o farol permanece naquele local há 128 anos e atualmente está com cerca de 20 graus de inclinação, correndo o risco de tombar e ser inundado completamente.  
O estado do farol é preocupante. Quando foi desativado em janeiro de 1988, os equipamentos de iluminação foram retirados pela Marinha e a

placa comemorativa de sua inauguração foi enviada para o Museu Naval do Rio de Janeiro. Os documentos da Marinha mostram que esse farol sofreu intervenções reparadoras em 1932, 1957 e 1985. Atualmente ele está bastante oxidado. A parte externa, que sofre contato direto com a água e maresia, está com vários pontos de ferrugem, os quais comprometeram a balaustrada, fazendo-a cair. A parte interna, segundo informações orais da equipe da Marinha que vistoriou o farol naquele mesmo mês, está íntegra e permitiu o acesso até a torre do farol. Desse modo, apesar do estado de conservação desse bem estar bastante ruim, ainda há tempo de restaurá-lo (Ribeiro; Rambelli; Santos, 2013).

De fato, o farol já contempla mais de cem anos de sua existência e claramente identificamos certa confusão no que tange sua inauguração e conseqüentemente sua idade, pois os números vez ou outra aparecem desencontrados. Destarte, saliento que na ficha catalográfica do farol, identificamos a inauguração deste no ano de 1856, sabemos que em 1873 houve a modernização da torre, sendo substituída pelo metal. Em 1883, nos deparamos com relatos que o farol não encontrava-se erguido em lugar nenhum da foz (questionamento levantado pelo deputado Coelho e Campos, registrado em ata da assembleia provincial). Em 1884, sabe-se que o farol foi transferido para o local que se encontra até hoje. E por fim, temos a data de 1870, registrada em sua placa de identificação, atualmente fixada na parede do saguão da Capitania dos Portos em Sergipe.

São situações comuns em países que infelizmente o poder público não valoriza sua história, negligencia seu patrimônio histórico e faz pouco caso da salvaguarda de sua memória. Especialmente a falta de políticas públicas voltadas à educação patrimonial provoca estes tipos de desencontros de informações que sempre nos deparamos.

Fato, é que o antigo Farol São Francisco do Norte não desempenha mais o papel que exerceu desde sua implantação. Houve o tempo que a estrutura era fundamental para a comunidade, em especial para os comandantes de embarcações e pescadores que dependiam do seu funcionamento para guiá-los na costa. Atualmente, a torre tem três finalidades “não oficiais” bem diferentes de sua tarefa inicial: 1) demarcar o antigo local ocupado pelo povoamento do Cabeço; 2) fazer os antigos moradores lembrarem da época que a comunidade era insular e possuía um modo de vida bem diferente do atual; 3) ser um atrativo turístico para algumas poucas empresas da região. Importante destacar, que as memórias coletivas dos antigos moradores permeiam no pensamento destes, visualizar o farol provoca o “acesso automático” destas lembranças adormecidas.

Destarte, a insistência de permanecer de pé, resistindo ao tempo e demarcando o antigo local, o elevou, no imaginário coletivo, a símbolo da antiga comunidade, ou seja, após a inundação da ilha este deixou de ter sua utilidade econômica e passou a ter uma visibilidade simbólica. Conseguindo, de alguma forma, reconstruir a memória coletiva através do seu simbolismo, contextualizando com os conceitos abordados neste trabalho, podemos dizer que o antigo farol eleva aquele simples espaço a um lugar de memória.

Em dezembro de 2020, constatei a precariedade do antigo farol pessoalmente e, por não ser um técnico da área de restauro do patrimônio histórico, não poderei informar neste presente estudo se há possibilidade ou viabilidade de restaurá-lo.

A seguir, apresento uma montagem com fotografias do Farol São Francisco do Norte, em três momentos diferentes durante sua trajetória, em perspectivas distintas (da esquerda pra direita): a) na primeira imagem da torre, a mesma encontra-se em seu perfeito estado de conservação, durante manutenção realizada com a ajuda dos moradores; b) na segunda imagem, a estrutura já está sofrendo com os impactos da inundação do povoado (já inclinado e com a água em sua base); c) na terceira imagem do farol, este se encontra bastante deteriorado (com a água em sua meia altura), registro feito em dezembro de 2020.

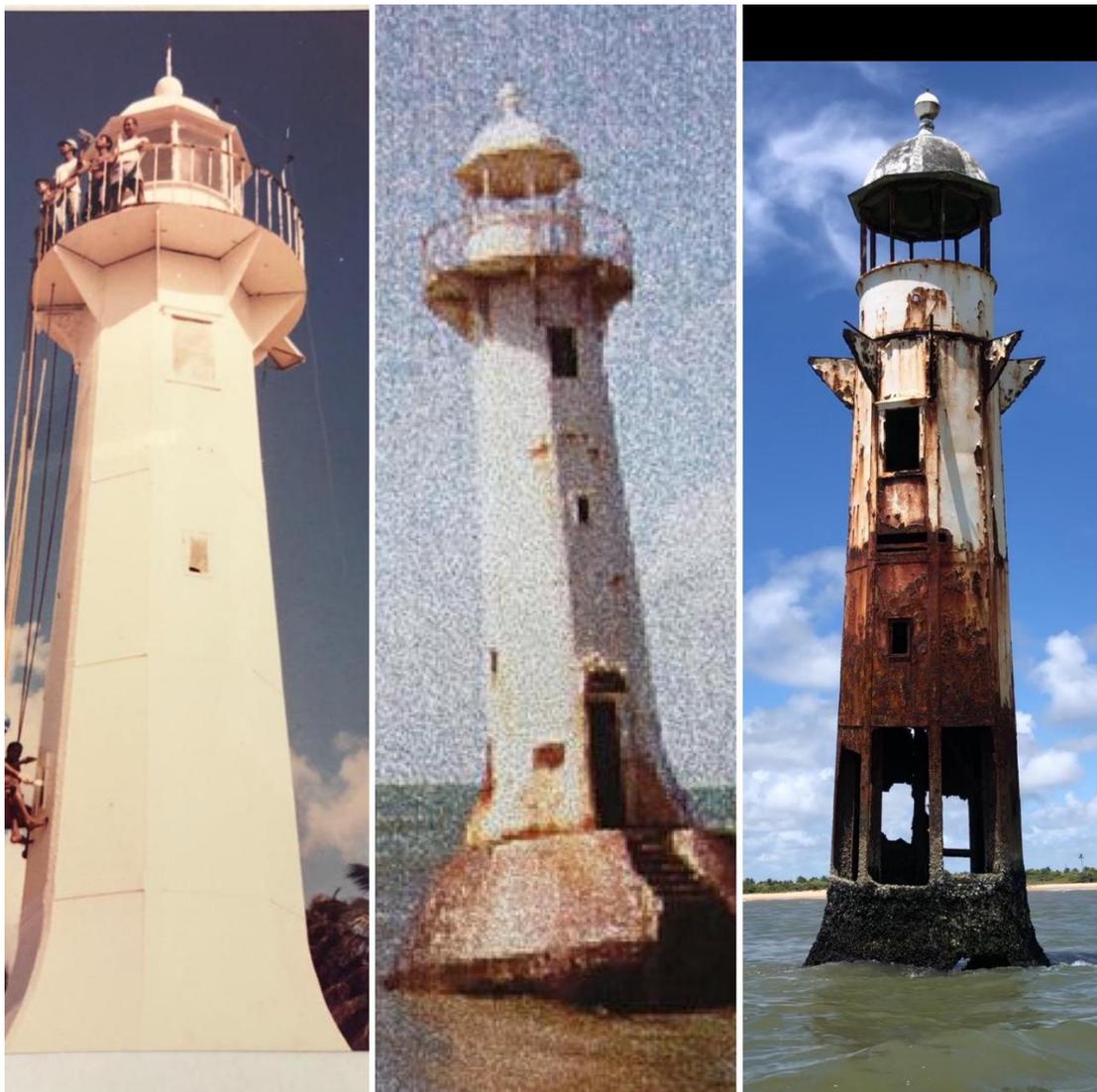


FIGURA 35 – Fotografia do Farol São Francisco do Norte, conhecido como Farol do Cabeço, sob 3 perspectivas (esq. pra dir.): a) durante manutenção, na época que o mesmo estava em seu perfeito estado e funcionando; b) durante os primeiros contatos com a água, já estando inclinado; c) completamente deteriorado, com a água ameaçando derrubá-lo de vez. Imagem cedida pela Marinha do Brasil, pela interlocutora professora Edileuza Soares e registrada em pesquisa de campo, dezembro de 2020 (respectivamente).  
Fonte: TELES, F. L. – Foz do rio São Francisco.

### 3.3 Impressões dos Antigos Moradores

Respondendo à décima pergunta da entrevista realizada com os ex-moradores do Cabeço: “O que o farol significa para você?”, avaliou-se que dos vinte e três entrevistados predominou o termo “lembrança”, curiosamente, a grande maioria revelou que hoje em dia o farol não tem muito significado para eles, mostrando certa indiferença, mas quase todos rememoram o tempo em que este era muito útil para o guiamento das embarcações e conseqüentemente para o sustento da comunidade pesqueira. Há um consenso dos entrevistados que ao verem o farol

faz com que imediatamente relembrem a comunidade da antiga ilha e o tempo de fraternidade dentre os moradores, como foi supramencionado.

Dentre as inúmeras curiosidades relatadas pelos antigos moradores do Cabeço, algumas ganham destaque, como a trama do “Cavalo Gigante”, pois contam que durante a manutenção do farol a cúpula da torre precisou ser retirada e para o transporte terrestre foi alugado o maior cavalo da região, conhecido como Gigante. Os moradores contam que o esforço do animal para arrastar algo tão pesado custou a sua própria vida, falecendo após o cumprimento do seu trabalho, além disto, a Marinha do Brasil utilizou um helicóptero para conseguir retirar e colocar o “chapéu” do farol. Episódio que ficou marcado na memória coletiva dos moradores da ilha e que consegui confirmar ao encontrar o registro fotográfico do farol sem sua parte superior, no arquivo da própria Capitania dos Portos.

Em relação ao farol, a professora Silvânia Souza Barreto, 47, nascida no povoado Cabeço, relatou que em sua opinião faltou esforço dos envolvidos para tentar evitar ou diminuir o impacto causado ao farol e à comunidade:

[...] eu acho que é uma demonstração de que era a minha raiz, era o meu local, entendeu?... que acho que se tivesse tido um auxílio ainda tava em terra, se alguém tivesse feito alguma coisa a gente não tinha perdido porque era onde orientava a pescaria era lá né?, os barcos de pesca guiando.... assim, eu acho assim, que é uma lembrança mesmo também, é uma saudade, poderia ser um patrimônio que poderia ainda existir se tivesse tido realmente um cuidado das autoridades, eu acho que o Cabeço ainda existiria se não fosse... se fosse um levantamento da Chesf, tivesse vindo ver como é que ia, se ia destruir, quem realmente tava ali e não teve... fizeram.. a hidrelétrica não fez um estudo da população ribeirinha, quem é que tava lá, quem é que ia ser prejudicado com a construção.



FIGURA 36 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a professora Silvania Souza Barreto. Imagem capturada em dezembro de 2020.  
Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O pescador José Ferreira Lima, conhecido na comunidade como “Zé Baé”, 50 anos, relembra das dificuldades de locomoção através dos barcos movidos a pano, inclusive do sofrimento de levar os enfermos de canoa até cidades próximas, como Piaçabuçu- AL, como também destaca que a presença dos motores nos barcos marcou a mudança do estilo de vida dos pescadores. Em relação ao farol, ele relata que é um ponto de demarcação física do antigo povoado e é referência para qualquer ex- morador do antigo Cabeço:

[...] o farol ‘tá lá’ no meio do mar ainda, no meio do rio lá... ontem passei por lá, ontem... eu pesco por lá... passo todo dia... uma lembrança, lembrança do meu povoado, porque o farol ficava por trás do povoado da gente... ali é um ponto que nós temos como referência do povoado da gente... lembrança com certeza... do povoado com certeza... não tem esse que veja o farol e não lembrar, diz: ‘ói’, onde era o nosso povoado... pela frente do farol, o farol ficava detrás do povoado.



FIGURA 37 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o pescador José Ferreira Lima, o “Zé Baé”.  
Imagem capturada em dezembro de 2020.  
Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

A professora Edileuza Soares dos Santos, 52 anos, nascida no antigo povoado Cabeço, confessa em sua entrevista que procura esquecer a antiga comunidade em que vivia, diante do sofrimento passado por ela e sua família.

Destaco que a professora Edileuza cedeu gentilmente algumas imagens capturadas por ela durante o processo da erosão marítima que a antiga ilha sofreu e que estas imagens compõem o presente estudo. Durante sua entrevista, a professora relata alguns sentimentos negativos vivenciados pela comunidade durante o processo de mobilidade compulsória, cita a construção de hidrelétrica como possível causador da inundação, no mesmo tempo que atribui ao farol o título de marco da antiga ilha:

[...] interessante, triste, chegava a ser cômico...  
Por que não foi por causa da hidrelétrica?... e lá nem tinha energia.  
Impacto ambiental, emocional, financeiro, psicológico, olhe tudo! Gosto nem de lembrar essas coisas... eu tirei muita foto (sobre o farol)... um marco, falou do farol eu lembro logo do Cabeço, uma coisa boa... vê o farol já vem a lembrança... vida que segue. (Em relação aos impactos causados na comunidade e o farol).



FIGURA 38 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a professora Edileuza Soares dos Santos. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Município de Brejo- Grande/Se.

A senhora Anelice dos Santos, conhecida como dona Luzia, 82, relembra a diversidade e abundância dos pescados na antiga ilha e, em relação ao farol, a octogenária exalta a durabilidade deste, todavia aborda uma curiosidade que ouvi algumas vezes por outros moradores: o farol se move de um lado para outro a depender da força do mar e a posição das ondas. Afirmção difícil de comprovar, apesar de existir a possibilidade devido à sua base está aparentemente solta (diante a análise de fotografias antigas), imagem praticamente impossível de se capturar na atualidade, visto que há muito tempo sua base está submersa. Para tal comprovação, teríamos que fotografar o farol em determinada posição e torcer para que em algum momento o mesmo mudasse de posição para que pudéssemos comprovar essa afirmativa. Alguns pescadores desmentem esta informação, dizendo que o farol está no mesmo lugar do tempo que a comunidade era estabelecida na antiga Ilha do Cabeço.

Além disto, podemos identificar na entrevista de dona Anelice a teoria dos mais antigos que o farol foi construído pelos holandeses. Talvez, outro farol que

antecedeu este e que não temos registro, mas este já foi comprovado aqui neste mesmo trabalho a sua origem, inclusive sua ficha catalográfica está registrada e foi apresentada neste capítulo. No entanto, dona Luzia relata:

[...] e o farol... e o farol 'tá lá'... olhe eu nunca vi um farol daquele jeito... olhe já aguentou ali, rodou por ali... não cai ele, não 'tá' caindo... eu penso que ele não 'tá' caindo, porque eu nunca mais rodei pra lá não... aquilo que é um farol bem feito... só uma lembrança 'né', que ele ficou lá no meio do mar, ali no farol ele não era ali, era cá mesmo no meio da rua (apontando como se estivesse imersa na lembrança), cá perto, na rua... aí o mar foi batendo 'né'... e levando e ele rodando... não sei como aquele farol foi bater assim no meio do mar... e ficou assim... um dia desse ele 'tava' em terra, em terra mesmo... aí a maré pegou... essa maré de março, maré de abril... é porque agora não tem mais água de rio... ah! Se tivesse com água de rio pra mim ele já tinha caído por causa da força... tá lá no meio do mar, a lembrança que ficou aquele farol.

Eu disse: mãe você lembra quem mandou fazer esse farol?.. aí ela: não, não... mas, ouvi dizer... o povo antigo, velho que já morou aqui no Cabeço, ouvi dizer que quem fez foi 'os holandês'... foi quem fez esse farol... aí repare as atalaias de lá do outro lado cai tudo e ele não... e ele fica ali 'ói'... só rodando por ali, por ali por perto (gesticulando com o dedo para cima, girando-o), mas dizem que ali tem tanta pedra ao redor dele.



FIGURA 39 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Anelice dos Santos, conhecida como dona Luzia. Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Para dona Marivanda dos Santos Silva, 44 anos, ex- moradora do Cabeço, o farol tem muito significado para ela, salientando que o mar não o derrubou, enquanto que ela tentava, ao mesmo tempo no seu imaginário, fazer uma possível localização espacial da torre, no momento que foi interrompida pela senhora Maria Luísa dos Santos, 50 anos, que completou a resposta:

[...] o farol?... o farol significa muita coisa ali, 'tá' lá no mar, não foi derrubado ainda 'né'... olhe derrubou as casas e não derrubou o farol... ele 'tá' onde? Ele tá pra cá é? [apontando em certa direção] (dona Marivanda).

[...] o farol significa muita coisa por causa dos 'pescador 'né', que vai pro alto-mar e ele informa onde você 'tá', onde você não 'tá', entendeu?... ali significa muita coisa ainda para os 'pescador' significa. (dona Maria Luísa).



FIGURA 40 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Marivanda dos Santos Silva.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O senhor Edinésio dos Santos, ex-pescador conhecido na região como “Berg”, 56 anos, salienta a serventia do farol durante o seu funcionamento para navios de grande porte, rememora a data de sua origem contida na placa de identificação dele, dentre outros detalhes acerca da torre. Em seu relato, seu Berg iria atribuir aos holandeses a construção do farol, mas no meio da palavra ele se cala, corrigindo a informação, completando que foi d. Pedro segundo.

Nota-se que há confusão entre os antigos moradores sobre a origem do farol, neste momento, seu Berg representou uma pequena parcela que relata a origem correta do antigo Farol São Francisco do Norte.

[...] hoje não é mais nada... mas, significava o farol, ali era uma sinalização até para os navios... os navios que vinha dava o sinal, porque ele era assim: aquele piscando assim o farol (gesticulando a mão)... aí até 'as embarcação' se orientava pelo farol... aí foi quando acabou tudo... significa... pra mim não é 'tão', significa mais pra os camaradas que andava viajando... olhe pra você vê, eu lembro até a data do farol: 1873, viu?... que tinha uma placa 'né'... olhe eu lembro até que era cada garrafa da gota... cheia... não sei o que era dentro pra acender, era dois homens no pau pra trazer... pronto, é até um negócio assim: 'cê' acredita... naquele tempo... 'cê' já ouviu falar em corisco?... aquele que cai do... apontando para o céu e o chão), corisco é uma pedrinha que cai quando a trovoada vem... no vem?... a 'para-raio', mas o farol tinha... aí... chamava o corisco pra lá (gesticulou como se estivesse afastando um raio imaginário).. até isso os homens inteligentes... aí os homens muito inteligentes 'né'?... quando o corisco vinha, ele 'txá'... jogava pra lá"... tinha 'para-raio'... ali no foi do tempo dos 'hol...', ave-maria, d. Pedro segundo parece, sei lá.



FIGURA 41 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o ex- pescador Edinélio dos Santos.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

O senhor Álvaro Carozo Lima, 87 anos, ex-pescador, rememora o prejuízo causado pela inundação (principalmente por ter perdido três casas), relembra a fartura de alimentos presente na antiga comunidade, especialmente pela pesca artesanal com a “lambuda e groseira”, mas salienta a facilidade proveniente do acesso, ocasionada pela mudança de lugar da comunidade (para o continente). Fato interessante, comprovado em inúmeras entrevistas em relação à pesca: muitos

pescadores deixaram a pescaria após a transferência da comunidade da antiga ilha para o povoado Saramém, o senhor Álvaro foi um deles.

[...] rapaz foi um castigo... daquele mar... foi um castigo... eu usava as casas do farol 'né', papai era empregado do farol 'nera', da Marinha... usava as casas 'né'... tinha os simuladores que tinha que mudar 'né'?... dava cento e tantos 'quilo um' (referência específica do farol)... tinha lambuda 'né' (se referindo à pescaria).



FIGURA 42 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com o ex- pescador Álvaro Carozo Lima. Imagem capturada em dezembro de 2020. Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

A senhora Maria Adair dos Santos, 87 anos, ex-moradora da Ilha do Cabeço, relembra de acontecimentos marcantes na antiga ilha, como a presença de Zepelins (dirigíveis) voando em baixa altitude e os supostos submarinos alemães durante a época da Segunda Guerra Mundial, relatou também que ainda não recebeu nenhum dinheiro indenizatório, devido aos prejuízos financeiros ocasionados pela inundação da antiga ilha.

Além de lembrar a fatura da antiga comunidade, em relação ao farol, ela conta que este é a prova da existência da comunidade no local que hoje está submerso, para ela o farol é uma lembrança. Ainda ressalta que viveu sua vida

quase toda observando ele naquela localidade e relata, como alguns ex- moradores, que o antigo farol muda de posição de acordo com a força da água:

[...] tinha o farol... naquele tempo tinha o farol... você lembra do farol?... você ainda viu o farol lá?... 'tá' lá ainda?... 'apois' os meninos vieram arrancar ele... eu disse assim: moços... os meninos vieram de Maceió.. 'ô'..de Bahia (gesticulando com a mão)... eu disse: moços, eu vou dizer uma coisa a vocês... ele (o farol) 'tava' pendido assim.... porque ele tem um molejo, quando a maré 'tá' alta ele faz assim 'ói'... 'ói'...'ói'... eu ficava na beirada só olhando ele fazer assim (inclinou seu tronco, simulando uma inclinação do farol de uma lado para o outro)... eu disse: moço, não arranque o farol não... eles arrancaram a cabeça e ainda levaram... aquela chapela de cima levaram pra Bahia, não sei pra onde foi... eu disse: 'ói', não leve o farol não, deixe aí que aí tem uma prova pra gente... pra gente sair e de fora... ver o farol lá... aí é uma coisa boa pra gente... eles pegaram, fizeram outro farol do outro lado, cá do outro lado, não tinha um farol novo? 'Apois'.... eu vendi tantos anos artesanato de barro ali... jarra, boneco, pote de São Francisco... São Francisco eu vendi tanto cá do outro lado... aí agora já comeu, já carregou não foi?... o farol é uma prova pra gente... pra mim que sou velha antiga o farol é uma prova... de vez em quando eu pergunto: gente o farol?... o farol ainda 'tá' lá...

...muita coisa ele significa... porque é lembrança, significa vida porque eu vivi esse tempo todinho vendo ele lá... eu ia pra beirada do mar, a minha sentava 'naqueles pau', eu tenho foto lá em casa que eu tirei, as meninas fizeram, fui pra Maceió revelar as fotos mais as meninas lá que as meninas fizeram de Maceió vieram pra fazer a entrevista mais eu... tiraram retrato e levaram pra Maceió e eu fui também pra Maceió na excursão... aí lá nós 'passemos' a noite... aí bem cedinho viemos 'simbora'... é uma prova, nós 'tiremos' re... tudo, tudo nós 'tiremo'.



FIGURA 43 – Fotografia extraída de vídeo durante a entrevista com a senhora Maria Adair dos Santos.

Imagem capturada em dezembro de 2020.

Fonte: TELES, F. L. – Povoado Saramém – Brejo-Grande/Se.

Ainda sobre o Farol São Francisco do Norte, ressalto que em agosto de 2018 procurei o Iphan para fomentar a discussão que poderia resultar no possível “resgate” do farol, protocolando requerimento e anexando lauda de justificativa para o tombamento deste. No documento registrado em cartório, que foi anexo ao requerimento, apresento um breve histórico e solicito, além da apreciação de tombamento, a sugestão da possibilidade de içá-lo e restaurá-lo, sob a justificativa de preservação do patrimônio histórico. Saliento que até o presente momento não obtive resposta (mais de dois anos), mesmo que seja negativa, corroborando com o que foi dito anteriormente relacionado ao tradicional descaso que a historicidade e cultura sofrem no nosso país.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO BEM		1.2. CÓDIGO IDENTIFICADOR DO BEM		DOCUMENTOS APRESENTADOS	
1.3. QUADRA	1.4. SETOR	BEM TOMBADO	1.5. Em conjunto 1.6. Individualmente	1.8. RG/CPF de requerente	1.9. Comprovação de propriedade ou de uso do imóvel
PROTÓCOLO		1.7. ENTORNO DE BEM TOMBADO		1.10. Projeto de Equipamento Publicitário	1.11. Foto atual do imóvel
RECEBIDO				1.12. Implantação	1.15. Planta de Cobertura
M. 21/08/2018				1.13. Planta(s) baixa(s)	1.16. Corte Transversal
às 10:07 hs				1.14. Corte Longitudinal	1.17. Elevação Frontal
C. J. Teles				1.18. Outros	
2.1. NOME REQUERENTE		2.2. CPF/CNPJ REQUERENTE			
FREDERICO LIMA TELES		022.343.285-90			
2.3. ENDEREÇO DO IMÓVEL					
RUA SENADOR KOLLEMBERG, Nº 793, BAIRRO: SÃO JOSÉ, CEP: 49015-120					
2.4. TELEFONE PARA CONTATO		2.5. E-MAIL			
(79) 93995-3956		professor.fredteles@hotmail.com			
2.6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL (EDIFICAÇÕES VIZINHAS, PONTO DE REFERÊNCIA, ETC.)					
→ CIDADE: ARACAJÓ - SERGIPE.					
→ ENTRE A RUA LAGARTO E A RUA ARAÚA					
→ PRÓXIMO AO HIPER BOMPREÇO					
ASSINALAR COM "X" A SOLICITAÇÃO DESEJADA (Ver documentação necessária no verso)					
2.7. INFORMAÇÃO BÁSICA					
2.8. CONSULTA PRÉVIA					
2.9. AUTORIZAÇÃO PARA REFORMA SIMPLIFICADA OU INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS (Descrever os serviços a serem executados)					
→ VENHO INDICAR O BEM LOCALIZADO NA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE - SERGIPE, ANTIGA ILHA DO CABEÇO. ATUALMENTE PARCIALMENTE COBERTO PELAS ÁGUAS DO LITORAL (OCEANO ATLÂNTICO).					
→ TRATA-SE DO FAROL DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO.					
→ INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS EM ANEXO (1 LAUDA).					
2.10. AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO OU SINALIZAÇÃO					
2.11. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS					
DATA	ASSINATURA REQUERENTE				
21/08/2018	Frederico Lima Teles				
AS DECLARAÇÕES FALSAS OU OMISSAS FEITAS PELO DECLARANTE NESTE REQUERIMENTO ESTÃO SUJEITAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO					
DECLARO ESTAR CIENTE DE QUE ESTA SOLICITAÇÃO É PERTINENTE APENAS À AUTORIZAÇÃO DO IPHAN, NÃO INTERFERINDO NA DECISÃO DOS DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS					

FIGURA 44 – Fotografia do Requerimento de Tombamento do Farol do Cabeço em 2018.

Fonte: TELES, F. L. – IPHAN, 2018.

Neste mesmo ano (2018), busquei informações em outros setores que deveriam ser responsáveis pela preservação do patrimônio histórico, como a

Secretaria de Cultura do Estado e do município de Brejo Grande em Sergipe, mas estes não tinham ou não souberam informar se havia alguma regulamentação de preservação pelos órgãos citados, quanto ao Farol São Francisco do Norte.

Desta forma, exponho neste capítulo que não foram encontradas políticas públicas sendo desenvolvidas para a preservação do Farol do Cabeço. Respondendo a um dos objetivos específicos deste trabalho, no que tange as possíveis pautas de patrimonialização pelos órgãos fiscalizadores do nosso estado acerca do objeto, esclareço que se permanecer como se encontra atualmente, só nos resta esperar a queda da torre em questão. Se o próprio não encontrou o tombamento de reconhecimento de seu valor cultural, certamente buscará o seu próprio tombamento (queda literal), sendo tragado pelas águas do Oceano Atlântico e sentenciado ao esquecimento.

Neste presente estudo, não pretendo aprofundar-me na discussão do *Patrimônio*, mas observo que o resgate da estrutura em questão, está mais ligado à preservação histórica da região do que o quesito turístico, e, talvez por este motivo, o farol não tenha sido resgatado. Pois, obviamente, o salvamento deste patrimônio histórico está atrelado à retirada da torre da foz do RSF e os envolvidos no turismo local certamente desaprovam este feito. Ou seja, talvez seja mais válida (ou lucrativa) a movimentação econômica, através do fomento turístico causado pela presença de um farol histórico com água à sua meia-altura no meio do mar (mesmo sucumbindo), do que simplesmente retirá-lo dali para preservação, obtendo como consequência um custo elevado para resgatá-lo e a perda do atrativo turístico da região que beneficia um pequeno nicho de empresários.

O debate acerca da salvaguarda do antigo farol está longe de ganhar proporção e mais ainda de ser uma “queda de braço”, entre agenciadores do turismo local e poder público, afinal, sabe-se que a preservação do patrimônio histórico nunca foi prioridade dos agentes públicos e contrariar um setor que movimenta o comércio local e dezenas de empregos acaba sendo uma discussão já vencida, antes mesmo de ser iniciada.

Na contramão da ideia de “Maquinaria Patrimonial”, abordada na obra *Espelhos das Cidades*, que fundamenta o atual modelo de conservação patrimonial adotado nas cidades, como estratégia para o desenvolvimento turístico, neste caso, a preservação estaria se opondo a este quesito, visto que o setor que seria mais

afetado certamente é o setor do turismo. Entretanto, é interessante a reflexão que é instigada na obra, especialmente no que tange mensurar o valor simbólico de um bem:

[...] se o patrimônio não dispõe de um estatuto 'à parte', se ele se torna uma mercadoria como as outras (os bens culturais), perderá seu poder simbólico. É necessário que, de alguma maneira, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico. (JEUDY, 2005, p.20)

Sendo assim, o antigo Farol São Francisco do Norte vive outro dilema: enquanto outros faróis ao serem tombados agregaram valor histórico, simbólico e, conseqüentemente, turístico para a região, o chamado Farol do Cabeço poderá se aplicar o contrário: caso seja retirado do seu local para restauro, certamente não voltará para o mesmo lugar de origem, o que trará como consequência o enfraquecimento do turismo da região, pois o principal atrativo da foz do São Francisco não estará mais presente e a comunidade dos ex-moradores do Cabeço não terão mais o seu principal símbolo que demarca o antigo território ocupado pela comunidade.

Saliento que não foram encontradas sugestões com a intenção de resolver a questão do "Farol do Cabeço", nem foi identificada em nenhum registro a possibilidade do restauro e a instalação da torre no NCHS, com o intuito de desenvolver o turismo no novo território ocupado pelos ex-moradores da antiga ilha. Com certeza, surgiria uma nova ressignificação desta materialidade e traria uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico na região. Fica aqui registrada uma possível solução para o resgate deste notável patrimônio histórico.

## -CAPÍTULO IV –

### IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 4.1 Análise Geral da Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi desenvolvida sem muitas surpresas e, assim como o estudo de uma forma geral, teve a participação de muitas pessoas, fazendo com que o processo ocorresse de forma construtiva e sem alteração substancial do ponto de vista que iniciou sua trajetória.

Inicialmente, como qualquer visitante desavisado, o Farol do Cabeço, figura apoteótica no meio do mar, atraiu minha atenção. Todavia, durante as primeiras conversas com os ex- moradores, já soube que este ícone era apenas a “ponta do iceberg”. Os questionamentos logo se direcionariam aos remanescentes do antigo povoado insular, e se multiplicariam em velocidades inimagináveis. Em pouco tempo, casos, hipóteses, narrativas interessantes, tudo já estava sendo anotado num esboço de diário de campo, evidencio que registros fotográficos e anotações aleatórias também integravam as ideias que ainda estavam soltas. A este primeiro contato com os moradores do povoado Saramém, nomeei carinhosamente de “pré-campo”.

Mais tarde, compreendi que a pesquisa de campo desperta possibilidades e as guinadas de ponto de vista acontecem com frequência em pesquisas amplas, provocando verdadeiras reviravoltas. Tive sorte em identificar os “objetos de estudo”, antes mesmo de fazer efetivamente a primeira imersão de pesquisa de campo.

Neste caso, quando as investidas à comunidade já eram efetivamente consideradas pesquisas de campo, ou seja, a partir da segunda visita em diante ao povoado Saramém, eu já era aluno regular do mestrado em Antropologia e certamente a base teórica adquirida na academia serviu como guia para as possíveis escolhas desse humilde candidato a antropólogo.

Durante as investidas ao campo pesquisado, busquei desenvolver a tão debatida (e criticada por antropólogos) técnica da *Observação Participante*, certo que a utilizei desde cedo como procedimento de aproximação e não como metodologia adotada, destaco que fui feliz nesta escolha, pois acredito que o

presente estudo teve certo tempo de maturação que foi sendo desenvolvido à medida que se criava importantes vínculos com os interlocutores desta pesquisa.

Além das primeiras investidas ao campo pesquisado, caracterizado pela aproximação e aceitação de um pesquisador no seio da comunidade, destaco dois momentos importantes na pesquisa de campo: primeiramente, foi a visitação que fizemos à antiga localidade que a comunidade era instalada, no Cabeço, pois o antigo local e o farol foram elementos citados constantemente durante as entrevistas e o fato de já ter ido lá (um dia antes), registrado em vídeo a atual situação de deterioração da torre e mostrá-la aos entrevistados, provocou uma ideia de aproximação e aumentou a minha segurança em questioná-los com mais propriedade. Outro momento que destaco, foi justamente a execução das entrevistas durante a captação das oralidades, gravando vídeos, pois estes tiveram um papel imprescindível para coletar os dados que foram analisados posteriormente.

A iniciativa de gravar vídeos realmente foi bastante positiva, porém, a falta de experiência provocou maiores dificuldades para transcrição. O maior erro cometido, em minha opinião, foi o de gravar algumas entrevistas com poluição sonora promovida por autofalantes de sons automotivos, nas ruas do povoado Saramém. Esta falha obteve como consequência o esforço mais que dobrado para ouvir os áudios dos interlocutores, na tentativa da busca em ser fiel durante a transcrição. O segundo erro foi relacionado à iluminação, pois a luminosidade ideal poderia mitigar os efeitos sonoros, caso utilizasse da técnica de leitura labial, mas infelizmente a luz não estava propícia, e o posicionamento da câmera surgiu como um terceiro erro de captação de gravação: a câmera deveria estar centralizada na frente do entrevistado, não de lado como foi gravado a maioria das entrevistas. Erros básicos, que foram identificados posteriormente, mas que não afetou no resultado da etnografia desenvolvida, apenas aumentou o grau de dificuldade de desenvolver as transcrições.

Mesmo diante da orientação de não ser necessárias inúmeras entrevistas, optei em fazer 23 destas com 14 perguntas cada, o que estendeu significativamente o tamanho da amostragem, pois captei mais de 8 horas de entrevistas, algumas com áudios poluídos, tendo que voltar algumas vezes o vídeo para produzir uma escrita idêntica aos depoimentos captados. Estamos falando da análise minuciosa de aproximadamente 28.800 segundos de áudio captados em entrevistas.

Desenvolver a análise dos dados obtidos no campo de pesquisa, transcrever os áudios das entrevistas com bastante atenção para se conseguir obter uma compreensão analítica das informações prestadas, em seguida criar uma narrativa própria dos acontecimentos com base nestes resultados levou um tempo considerável, mas que julgo necessário para o desenvolvimento da etnografia pleiteada.

O campo de pesquisa, comumente, causa estranheza para o pesquisador que ainda não se adaptou ao ambiente e também para o pesquisado que não está acostumado a lidar com uma pessoa “de fora” perguntando inúmeras situações vividas, que para eles são básicas do cotidiano, como também questionamentos acerca da história que a comunidade está inserida. Neste caso, temos o oposto, pois o povoado Saramém já recebeu inúmeros pesquisadores e para obtermos relatos verídicos precisamos estar atentos, pois inicialmente causou receio que as respostas fossem semelhantes ou parecessem estar ensaiadas antecipadamente.

Outro fato é que alguns moradores estão inseridos em processos judiciais, fazendo com que talvez tivessem a orientação de se limitar em algumas respostas, neste caso, tive a felicidade dos entrevistados falarem abertamente as situações vividas. As perguntas tornaram-se verdadeiros “gatilhos de memória” e quase na totalidade pareciam estar querendo falar sobre suas lembranças do antigo povoado há muito tempo, mas não tinham quem os ouvissem.

Pensei que teria dificuldade em executar as entrevistas, mas, surpreendentemente, as expectativas foram superadas, conseguindo atingir os objetivos da pesquisa de campo com a ajuda da própria comunidade que se mostrou interessada em compartilhar suas memórias. Atribuo os créditos, aos anfitriões que facilitaram a minha entrada na comunidade: Bagre, Zé Véio e Tio Paulinho.

## **4.2 Conclusões do Autor**

A presente pesquisa, que concluo em formato de dissertação, teve sua dinâmica basilar pautada no registro das oralidades, com compreensões analíticas respaldadas em reflexão de teóricos da disciplina da Antropologia. Destaco que, dentre outros fatores, um dos maiores desafios foi o de desenvolver um estudo etnográfico em um momento tão difícil mundialmente, em virtude da pandemia do

COVID – 19, mantendo a comunidade e os interlocutores seguros, especialmente utilizando os equipamentos de segurança recomendados pela OMS e preservando o distanciamento necessário. Contudo, durante a pesquisa de campo, o intuito foi o de priorizar as entrevistas com os ex-moradores do Cabeço, captando as narrativas constituídas de sentimentos como: saudades, anseios, medos e felicidades que estes destacavam ao relembrar de sua terra natal.

Inicialmente, como já foi dito, ainda nas primeiras “descobertas” da existência desta trama, ganhou destaque a historicidade do lugar, ocasionada em virtude da presença de uma edificação (o farol), que se tornou uma figura enigmática por não possuir nenhum elemento ao seu redor que justificasse sua aparição, em seguida as pessoas oriundas de uma comunidade tradicional que relataram histórias fantásticas, dignas de um best-seller de longa-metragem tornaram-se o foco desta pesquisa, por fim, o surgimento da necessidade (pessoal) de salvaguardar estas memórias, captadas através da História Oral, pode resumir o passo a passo do desenvolvimento deste estudo.

Todavia, não posso deixar de rememorar algumas situações marcantes durante o percurso desta escrita, como: a empolgação de investigar documentações históricas de um fenômeno social compulsório, que ainda agrega revolta entre os envolvidos, o insight de fazer entrevistas de vídeo, registrando os remanescentes (ou seriam sobreviventes?), a preparação e as investidas ao campo pesquisado, as dificuldades de um noviço candidato a antropólogo que por inúmeras vezes teve que recomeçar do zero a escrita, por estar produzindo de forma errônea este simplório ensaio etnográfico, as infinitas e exaustivas leituras que constituem a base teórica do presente estudo (através da seleção bibliográfica), etc. Tudo isto, além do caderninho de bolso (apelidado de diário de campo, por pesquisadores), caneta, celular, um amigo para ajudar nas dificuldades encontradas, um plano que parecia fácil de executar e muita disposição. Estes foram os elementos necessários para a produção deste trabalho, mas que obtive a felicidade de concluí-lo dentro das expectativas criadas.

Como foi exposto no início desta pesquisa, a atenção das comunidades ribeirinhas e insulares se dá, quase sempre, pela atração dos ambientes paradisíacos ou pela possibilidade de fugir dos grandes aglomerados centros

populacionais das cidades. Dentre outras possibilidades, surgem os pesquisadores e curiosos, estes querem conhecer e explorar as práticas sociais vividas nestas comunidades, que não são vistas no cotidiano das grandes cidades.

A Ilha do Cabeço, hoje submersa, também teve seus “tempos de glória”, tempos que a fartura, a calma e a fraternidade predominavam no seio da comunidade tradicional de pescadores artesanais, mas estes além de serem reservados, eram protegidos pela presença de militares da Capitania dos Portos, instituição que era responsável em regular o crescimento habitacional no interior da antiga ilha, informações confirmadas em ACISOS, pois existe o registro de moradores que foram convidados a prestar esclarecimentos na Capitania dos Portos, por estarem construindo casas sem a autorização da instituição.

Fato, é que tudo estava aparentemente indo bem, até que na última década do século passado, o rio São Francisco, com a diminuição da sua vazão em sua foz, provocou o avanço do mar e permitiu que este inundasse gradativamente todo o espaço insular ocupado pela comunidade. Aos poucos, em um intervalo de aproximadamente vinte anos, as águas costeiras submergiram todas as edificações do antigo povoado, o que acarretou no fenômeno social de mobilidade coletiva e em prejuízos financeiros irreparáveis aos moradores até os dias atuais.

Um elemento que não deve ser ignorado, rememorado em todas as oralidades registradas em entrevistas, em forma de revolta, é a construção da Barragem de Xingó, que aconteceu concomitante aos primeiros indícios de recuo da vazão do rio São Francisco. Até hoje os moradores culpam a CHESF (empresa responsável pela construção da barragem) de ter provocado o represamento das águas, que obteve como consequência o recuo da foz e o avanço das águas marítimas, culminando no processo de mobilidade compulsória dos moradores do espaço ocupado por eles. Salienta-se que, a investigação documental indica que a ocupação da comunidade na antiga ilha do Cabeço, existia há mais de cem anos, sendo uma consolidada comunidade tradicional de pescadores artesanais.

Não posso deixar de destacar que, durante visita ao Povoado Saramém, em dezembro de 2020, testemunhei o aumento da vazão do rio São Francisco em sua foz e que, segundo alguns pescadores, ocorreu pela possível liberação de maior volume d'água, proveniente de problemas técnicos referentes à Hidrelétrica de

Xingó. Não consegui confirmar esta hipótese proferida pelos pescadores locais, mas tive a oportunidade de flagrar o surgimento de novos bancos de areia na região da foz, possivelmente pelo rio ter “ganhado força”, conseguindo avançar mar adentro, além da costa.

Consegui, gradativamente, atingir os objetivos pleiteados por este estudo. Utilizei a observação participante nos primeiros contatos com os moradores do Saramém, conseguindo me aproximar de alguns interlocutores e ganhando a confiança destes. Ressalto que, a presença de um caderno de anotações, registros de vídeos e fotografias aparentemente não incomodaram o destrinchar das atividades em campo.

Desta forma, fazer as anotações das informações relevantes do campo de pesquisa, conseguir gravar uma quantidade significativa de entrevistas, acessando as memórias dos remanescentes da comunidade do Cabeço, compreender as dinâmicas e as narrativas ainda no seio da comunidade e posteriormente analisar os dados obtidos nestas investidas, aconteceu de forma planejada e sem muitas surpresas, apesar das dificuldades criadas em virtude da inexperiência em gravar entrevistas. Ou seja, o objetivo geral de analisar os impactos causados à comunidade em virtude da inundação, através das oralidades captadas, foi concluído dentro do plano esperado, tornando-se exaustivas apenas as transcrições por conta do grande quantitativo das amostragens e a má qualidade de algumas entrevistas produzidas.

Dito isto, foi analisado o processo de mobilidade coletiva dos moradores do antigo povoamento do Cabeço até o novo território no Saramém. Desde os primeiros indícios de aproximação marítima das edificações da comunidade insular, perpassando pelos momentos de terror que muitos moradores passaram com seus filhos (algumas vezes no meio da noite), como se deu o transporte de seus móveis e utensílios domésticos, até as primeiras ocupações no Novo Conjunto Habitacional Saramém.

Foi identificado que as práticas do cotidiano dos moradores que resistiram após a saída da ilha, ou seja, os costumes dos moradores que permaneceram vivendo na mesma comunidade, mas em outro território (Saramém), não possuem a mesma força que antes, visto que quase todas as relações sociais no interior da

comunidade insular eram voltadas à pesca artesanal e estas práticas foram alteradas substancialmente em virtude das novas dificuldades encontradas pela comunidade no novo território.

A intrusão salina fez com que fosse modificada a vitalidade do RSF em sua foz, provocando o desaparecimento de diversas espécies de animais aquáticos, somado a isto, a distância para colocar os barcos na água devido ao percurso do Povoado Saramém até o porto utilizado por eles, a distância do porto até os tradicionais locais de pesca (localizados próximo à foz do rio São Francisco), a necessidade de adaptação das embarcações que antes eram quase todas movidas a pano e agora necessitavam de um motor para se locomoverem, fazendo com que qualquer investida da pescaria já tivesse um custo de investimento (combustível de motor), mesmo sem garantias de retorno (lucro), o receio de enfrentar o percurso da foz que, segundo os pescadores, está diferente desde a saída dos moradores da ilha, as novas possibilidades de sustento familiar provenientes da proximidade da comunidade de cidades vizinhas, dentre outras coisas, fizeram com que as principais práticas no interior da comunidade fossem perdendo suas forças e novas ressignificações surgissem entre os remanescentes insulares do Cabeço.

Desta forma, ao desenvolver meu próprio posicionamento, pautado na experiência empírica, investigação documental, etnografia e análise de cunho antropológico, defendo a hipótese de que as perdas das territorialidades presentes na antiga comunidade não ocorreram por causa da mudança do espaço físico (insular para o continental), mas pelos desdobramentos causados em virtude desta ação, ou seja, as ressignificações estão ligadas às novas relações sociais estabelecidas provenientes das modificações de suas práticas, (obviamente ocorridas em consequência da mudança espacial), não especialmente ligadas à mudança do espaço em si.

Notamos em suas narrativas, que a antiga comunidade do Cabeço, atualmente, quase não possui relação com o antigo espaço que os ocupava, além do imaginário. Principalmente, pela distância do Saramém ao antigo Cabeço, pela inviabilidade de se deslocarem até o antigo espaço, executando-se alguns poucos pescadores que ainda frequentam os tradicionais locais de pesca (próximo à região da antiga ilha), e, especialmente por estes ex-moradores não possuírem um motivo

aparente em ir até o local que está totalmente submerso. Percebo que muitos ex-moradores do Cabeço não gostam de relembrar a vivência na antiga ilha, criaram um tipo de rejeição do antigo espaço, em virtude dos traumas e prejuízos sofridos. Inclusive, muitos alegam que tudo que conquistaram na antiga ilha foi proveniente do mar, e o próprio mar retirou deles. Dizem isto, porque muitos investiram financeiramente no interior da ilha, comprando casas, terrenos e investindo em plantações de coqueiros, perdendo tudo após a inundação do território.

Em relação ao Farol São Francisco do Norte, como foi dito no capítulo anterior, não foi encontrado nenhum documento que assinale alguma discussão de preservação da torre em questão. Mesmo com todo o simbolismo que a materialidade possui, seja para a antiga comunidade, para a Marinha do Brasil, para a historicidade regional ou turismo local, constatei que, atualmente, este item não adentra em nenhuma pauta de patrimonialização pelos órgãos fiscalizadores, excetuando-se o registro feito pelo professor dr. Gilson Rambelli, prof. Dr. Ademir Ribeiro Júnior e o prof. Dr. Luís Felipe Freire, no qual elevaram o antigo povoado Cabeço ao patamar de primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe, estudo originado de uma vistoria técnica realizada em agosto de 2011, realizado para sanar questionamentos levantados à época, acerca dos valores arqueológicos, históricos e culturais do presente farol.

Saliento que, a comunidade de ex-moradores do Cabeço apresentam-se indiferentes com a torre que ainda resiste no meio do mar, o IPHAN (órgão fiscalizador e regulador do patrimônio brasileiro) não se mostrou interessado num possível restauro da edificação, a Marinha do Brasil fez um processo interno da instituição de “destombamento”, como se o farol não pertencesse mais à instituição e os mesmos “lavassem as mãos” do que viesse a ocorrer com a torre, e o Poder Executivo e Legislativo (estadual e municipal) também não sinalizam interesse em resgatar o farol condenado à própria sorte. Enquanto isso, o antigo farol do Cabeço permanece inclinado, resistindo, mas é difícil prever até quando ele irá suportar, pois a qualquer momento pode tombar no meio do mar e sumir de vez dos olhares que os contempla há mais de 100 anos.

Pressuponho, que se o farol cair a memória do Povoado do Cabeço será atingida de alguma forma, não será apagada completamente, mas sem um dos

principais acionadores desta memória, certamente as discussões aos poucos vão diminuir, até o momento que somente os envolvidos de alguma forma com a comunidade irão retratar os eventos daquela região.

Assim, a presente dissertação é resultado do trabalho de campo realizado entre os anos de 2019-2021 com os antigos moradores do Povoado Cabeço, tendo como foco principal do trabalho a análise das formas de interação entre as pessoas e o ambiente, e o modo como eles estabeleceram seus processos de interação ao criar novas configurações que perpassaram as questões sensoriais, já materializadas a partir da territorialidade insular.

Ao decorrer do estudo, pude observar as diferentes camadas que constituem o pensar tanto o território quanto a territorialidade, no diálogo intenso com o campo da Antropologia, mediante o uso da observação participante e da descrição densa, a fim de registrar as memórias existentes sobre as experiências produzidas naquele contexto e interpretar os significados dos fenômenos sociais que estavam presentes em suas falas, perpassando o modo em que eles estabeleceram leituras de sua realidade ao acentuar as percepções acerca do ambiente e dos atores, e no modo de se relacionar cotidianamente nessa territorialidade. Além destes dois elementos citados, as entrevistas e as análises dos dados obtidos no campo pesquisado, concluem os pilares deste trabalho, auxiliando no desenvolvimento da etnografia apresentada nesta pesquisa. Ademais, foi possível mergulhar nas diferentes dimensões que o grupo estabelece sobre o território no presente.

Como complemento dos temas abordados neste estudo, abordei conceitos utilizados especialmente na Antropologia Marítima com o intuito de facilitar a compreensão dos fenômenos discutidos. Conceitos como: ilheidade, maritimidade, insularidade, desterritorialização e reterritorialização, muitas vezes ficam às margens da discussão antropológica, todavia, encontrei ligação direta destes conceitos com os fatos ocorridos no presente estudo e que certamente criaram parâmetros para pensarmos nas oralidades captadas em entrevistas, auxiliando na compreensão das narrativas.

O presente estudo ainda apresentou semelhanças da trajetória da comunidade estudada com outros casos, ao longo do mesmo rio e aparentemente

com causas correlativas às alegadas pelos ex- moradores, com análise feita sob a ótica da Antropologia Marítima.

Importante salientar, que as práticas sociais do antigo Povoado Cabeço foram alteradas, as formas de sustento no interior da comunidade que eram voltadas para a pesca artesanal também foram adaptadas e isso atingiu a base das principais territorialidades presente na comunidade, como se fosse um efeito em cadeia. O jogo mudou, as regras mudaram e os jogadores também, pois estes tiveram que se adaptar a esta nova ordem estabelecida dentro da comunidade. A maior queixa dos entrevistados, sem dúvida, foi a saudade da fartura que tinham na antiga ilha e a fraternidade presente entre os moradores, ambos, segundo eles, foram submersos junto com a antiga ilha.

Acentuo a vasta literatura direcionada aos impactos ambientais ocorridas ao longo do rio São Francisco, estudos relacionados à historicidade do Farol São Francisco do Norte e do próprio Povoado Cabeço, monografias e teses acerca dos povos ribeirinhos, mas, destaco o contraponto da diminuta produção de estudos antropológicos das comunidades insulares no Brasil, mais especificamente dos insulares do Baixo São Francisco. Pois, apesar de reconhecer a existência de um intercâmbio de conhecimento entre a Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, dentre outros, é necessário destacar que existem elementos que contrastam e diferenciam as disciplinas citadas, como por exemplo: os arqueólogos utilizam-se dos artefatos (ou vestígios) encontrados nos sítios pesquisados na maioria das vezes como provas irrefutáveis do estudo pesquisado, os historiadores baseiam-se em documentações, relatos e recortes (espacial e temporal), muitas vezes privilegiando as ações dos agentes estudados, os geógrafos, por sua vez, baseiam-se em conceitos específicos de sua disciplina, como por exemplo, a compreensão de território apresentado neste trabalho não corresponde ao conceito tradicional elaborado pela mesma.

A antropologia, diferentemente da arqueologia, não analisa um vestígio como prova incontestável, mas busca analisar e compreender a representação simbólica material e imaterial encontradas nas relações sociais, fazendo com que os objetos em si não sejam os principais atores da discussão, mas suas particularidades, como a forma de uso e a representação desta no seio da comunidade pesquisada.

Diferentemente do campo do saber da disciplina História, a documentação e os recortes espaciais e temporais são relativizados na antropologia, pois a mesma busca analisá-los como forma de representação simbólica com interesse coletivo, priorizando as relações sociais dos envolvidos que mantêm as singularidades da comunidade pesquisada.

Obviamente, as disciplinas citadas não se limitam a estes conceitos apresentados e estas possuem vastas e incontestáveis produções teóricas e diversos trabalhos desenvolvidos, mas trata-se apenas de expor que, apesar de aparentemente andarem juntas, possuem campos de reflexões distintas, ou seja, não estou aqui exaltando a antropologia ou querendo diminuir a importância de outros campos do saber, pelo contrário, defendo que estas disciplinas se completam e estudos que possuem produções interdisciplinares são privilegiados, pois tendem a provocar uma multiplicidade de pontos de vista que ampliam as perspectivas. No caso do antigo povoamento do Cabeço, acredito que o presente estudo corresponde a um complemento da reflexão realizada até hoje, visto que o tema tem caráter construtivo e pluridisciplinar.

Sendo assim, produzir esta pesquisa em questão, exaltando os moradores de uma comunidade que teve sua formação influenciada pelo espaço físico insular (que não existe mais) e apresentar ao público as falas destes, que vivenciaram todo o fenômeno social de mobilidade coletiva, eleva a contribuição prestada neste trabalho, de simples registros de um trabalho acadêmico e análise de dados, ao nível de documento de memória de cunho antropológico e histórico feito por diversas mãos, ou seja, este ensaio não consiste num documento feito da comunidade ou para ela, vai além, pois tem a relevância de ser desenvolvido caprichosamente “com a comunidade”. Destarte, o presente estudo tem tripla relevância, visto que tem sua base na academia, alcança a própria comunidade pesquisada e ainda pode ser utilizado como fonte de pesquisa para o desenvolvimento de políticas públicas, voltadas para o tema abordado.

Após quase três anos pensando neste trabalho, talvez até mais, lidando com os questionamentos e dificuldades que surgem naturalmente nas pesquisas de campo, convivendo com o medo da pandemia de COVID- 19, perpassando um pleito eleitoral em 2020 que este antropólogo iniciante participou, sem contar com as

barreiras em virtude da distância, os custos, dentre outros fatores, o sentimento é de dever cumprido, pois considero um privilégio em poder salvaguardar e expor as narrativas de um povo muito acolhedor. Contudo, finalizo que este trabalho é voltado para as memórias dos antigos moradores do Povoado Cabeço e não seria justo limitar a história sesquicentenária de uma comunidade tradicional apenas nestas poucas linhas.

### 4.3 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de, Pe. Esboço Biográfico de Inácio Barbosa. Vol. 2. Aracaju: Funcaju/ Sercore, 2002.

AUGÉ, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa: 90 Graus, 2005.

BRASIL, Agência Nacional das Águas. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco ANA/GEF/PNUMA/OEA: Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF Brasília: 2004, p. 1.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Diálogos Intermitentes: notas sobre antropologia e ética. Revista *Anthropológicas*, vol. 21(2), pp. 191-215, 2010.

CHESF- COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Pescadores e pescadoras do Baixo São Francisco: Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco. s. l.: Chesf, 2011. v. 22 –Brejo Grande.

CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco: Subprojeto 2.1 – Mapeamento temático de uso da terra do Baixo São Francisco. BRASÍLIA/DF: CODEVASF, jan.2002.

DIEGUES, A. C. S. Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

ECOBRAZIL, Instituto. Eco turismo. Eco desenvolvimento. Comunidades Tradicionais. 2014. Disponível em: [http://www.ecobrasil.eco.br/site\\_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos](http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos) Acesso em 10 de abril de 2021.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Tradução de Fanny Wrobel; revisão de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o Antropólogo como autor. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. PP. 204.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Tomaz T. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn.– Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HAESBAERT, R. C. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

INGOLD, Tim. Antropologia não é Etnografia. Tradução e revisão de Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2011. pp. 229-243.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelhos da cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. 3. Ed. p. 14, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LIMA, Camila Santos de Figueiredo. Do Cabeço ao Saramém : um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do baixo São Francisco sergipano. 2016. 87 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia-UNB, pp. 32, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia / Bronislaw Malinowski; prefácio de Sir James George Frazer; traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. – 2 ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARIETTO, M. L. Observação Participante e Não Participante: Contextualização teórica e Sugestão de Roteiro para Aplicação dos Métodos. Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 17, núm. 4, pp. 05-18, 2018.

MATTOS, C. L. G., e CASTRO, PA., orgs. Etnografia e Educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Autores. 298 p.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG e CASTRO. PA, org. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, dez 1993. In: \_\_ Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984. pp. XVIII-XLII.

O Elefante Branco: Resistência Indígena à Transposição do Rio São Francisco. Produção do Conselho Indigenista Missionário Nordeste. Recife: CIMI- NE, 2012. Documentário. 30min. Disponível em: <https://vimeo.com/9209006>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, R.C. Ensaios Antropológicos Sobre Moral e Ética. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1996.

RIBEIRO JR., A. ; RAMBELLI, G. ; SANTOS, L. F. F. D. Antigo Povoado Cabeço: o primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe. In: Workshop Arqueológico de Xingó (MAX/UFS), 7, 2012, São Cristóvão e Laranjeiras, Sergipe. Anais.Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)-Núcleo Regional Nordeste, 2012. p. 1-5.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERGIPE, Observatório. Mapas dos municípios. Disponível em:  
<http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=jeMiBmdR9IGiDp5a2U2zDXRBW0QXe3Ye>  
Acesso em 10 de maio de 2021.

SILVA, E. C. Um mergulho nas águas do Velho Chico: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização dos pescados artesanais de Saramém, Brejo Grande-SE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semi- Árido. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

THOMPSON, Paul. A voz do passado.Tradução de Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.